

# Diário do Legislativo de 24/02/2010

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PMN-PR-)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

### LIDERANÇA DO BLOCO PMDB - PT - PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV--PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

### LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Tenente Lúcio

### LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado

Vice-Líder: Deputado

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

### LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente  
Malheiros

Deputado Ivair PMDB - PT Vice-Presidente  
Nogueira -PCdoB

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado BSD  
Lafayette de  
Andrada

Deputado Neider BPS  
Moreira

Deputado Padre PMDB - PT  
João -PCdoB

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado André Quintão PMDB - PT  
-PCdoB

Deputado Gilberto Abramo PRB

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander Borges BPS

Deputado Delvito Alves BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PMDB - PT Presidente  
Ferramenta -PCdoB

Deputado Paulo PMDB - PT Vice-Presidente  
Guedes -PCdoB

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado BPS  
Wander Borges

Deputado Doutor PDT  
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir PMDB - PT -PCdoB  
Paraca

Deputada Maria PMDB - PT -PCdoB

Tereza Lara

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD                      Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS                      Vice-Presidente  
Uejo

Deputado Célio BSD  
Morteira

Deputado                      BPS  
Sebastião Costa

Deputado Padre PMDB - PT  
João                      -PCdoB

Deputado                      PRB  
Gilberto Abramo

Deputado Delvito BSD  
Alves

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Délio BPS  
Malheiros

Deputado Dilzon BSD  
Moreira

Deputado Neider BPS  
Moreira

Deputado André PMDB - PT -PCdoB  
Quintão

Deputado Antônio PMDB - PT -PCdoB  
Júlio

Deputado Gustavo DEM  
Valadares

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente  
Gláucia Brandão

Deputado BSD Vice-Presidente  
Juninho Araújo

Deputado PMDB - PT  
Getúlio Neiva -PCdoB

Deputado Paulo PMDB - PT  
Guedes -PCdoB

Deputado BSD  
Marcus Pestana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado PMDB - PT -PCdoB  
Vanderlei Miranda

Deputado

Deputado Dimas BSD  
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB - PT Presidente  
Adalclever Lopes -PCdoB

Deputado Délio BPS Vice-Presidente  
Malheiros

Deputado BSD  
Walter Tosta

Deputado

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB - PT -PCdoB  
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS  
Ulisses

Deputado Dalmo BSD  
Ribeiro

Deputado Delvito BSD  
Alves

Deputado

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PMDB - PT Presidente  
Ângelo -PCdoB

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado PMDB - PT  
Vanderlei Miranda -PCdoB

Deputado Delvito BSD  
Alves

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PMDB - PT -PCdoB  
Tereza Lara

Deputado Eros BSD  
Biondini

Deputada Gláucia BPS  
Brandão

Deputado Gilberto PRB  
Abramo

Deputado Ruy DEM  
Muniz

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ruy DEM Presidente  
Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente  
Deiró Marra

Deputado BSD  
Dalmo Ribeiro

Deputada Gláucia BPS  
Brandão

Deputado PMDB - PT  
Carlin Moura -PCdoB

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito BSD  
Alves

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Arlen BSD  
Santiago

Deputada Rosângela BPS  
Reis

Deputado Adelmo PMDB - PT -PCdoB  
Carneiro Leão

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente  
Lessa

Deputado BSD  
Lafayette de  
Andrada

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado BPS  
Agostinho Patrús  
Filho

Deputado Adelmo PMDB - PT  
Carneiro Leão -PCdoB

Deputado Antônio PMDB - PT  
Júlio -PCdoB

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD  
Moreira

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS  
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PMDB - PT -PCdoB  
Quintão

Deputado Ivair PMDB - PT -PCdoB  
Nogueira

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente  
Avelar

Deputado Sávio PMDB - PT Vice-Presidente  
Souza Cruz -PCdoB

Deputado Luiz BSD  
Humberto  
Carneiro

Deputado Almir PMDB - PT  
Paraca -PCdoB

Deputado Gil BSD  
Pereira

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS  
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB - PT -PCdoB  
Lopes

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Carlos PMDB - PT -PcdoB  
Gomes

Deputado Lafayette BSD  
Andrada

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB - PT Presidente  
Souza Cruz -PCdoB

Deputado DEM Vice-Presidente  
Gustavo Valadares

Deputado Gil BSD  
Pereira

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Tiago BPS  
Ulisses

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB - PT -PCdoB  
Lopes

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Wander BPS

Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PMDB - Presidente  
Quintão PT  
-PCdoB

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado João BSD  
Leite

DeputadoDuarte BSD  
Bechir

Deputado Carlin PMDB -  
Moura PT  
-PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB - PT -PCdoB

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Fábio BPS  
Avelar

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB - PT -PCdoB  
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio BPS  
Carlos Arantes

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado Carlos PMDB - PT  
Gomes -PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Gil Pereira BSD



Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Luiz BSD  
humberto Carneiro

Deputada Cecília PMDB - PT -PCdoB  
Ferramenta

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio Braz BSD Presidente

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Gilberto PRB  
Abramo

Deputado Dimas BSD  
Fabiano

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB - PT -PCdoB

Deputado Pinduca BSD  
Ferreira

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente  
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo

Deputado Ruy DEM  
Muniz

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD  
Santiago

Deputado Doutor PDT  
Ronaldo

Deputado Marcus BSD  
Pestana

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João BSD Presidente  
Leite

Deputada Maria PMDB - PT Vice-Presidente  
Tereza Lara -PCdoB

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado PDT  
Tenente Lúcio

Deputado BSD  
Pinduca Ferreira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB - PT -PCdoB  
Ângelo

Deputado Sebastião BPS  
Costa

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

Deputado Gil Pereira BSD

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Walter BSD Vice-Presidente  
Tosta

Deputado Ivair PMDB - PT  
Nogueira -PCdoB

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputada Cecília PMDB - PT  
Ferramenta -PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma BPS  
Diniz

Deputado Marcus BSD  
Pestana

Deputado Getúlio PMDB - PT -PCdoB  
Neiva

Deputado Duarte BSD  
Bechir

Deputado André PMDB - PT - PCdoB  
Quintão

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente  
Gustavo Valadares

Deputado BPS Vice-Presidente  
Djalma Diniz

Deputado BSD  
Marcus Pestana

Deputado Dilzon BSD  
Melo

Deputado PMDB - PT -  
Adalclever Lopes PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Juninho BSD  
Araújo

Deputado Sávio PMDB - PT - PCdoB  
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar PDT

da Silveira Jr.

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado Fábio BPS  
Avelar

Deputado Antônio BPS  
Carlos Arantes

Deputado Carlos PMDB - PT -  
Gomes PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tenente PDT  
Lúcio

Deputado Zezé PDT  
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputada Cecília PMDB - PT - PCdoB  
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente  
Sebastião Costa

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado Luiz BSD  
Humberto  
Carneiro

Deputado Gilberto PRB  
Abramo

Deputado Padre PMDB - PT  
João -PCdoB

Deputado Gil DEM  
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB - PT -PCdoB

Deputado Durval PMDB - PT -PCdoB  
Ângelo

Deputado Dimas DEM  
Fabiano

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 1ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destina-se esta reunião à realização do Painel "As tecnologias da informação e comunicação a serviço da democracia"

1.2 - 2ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destina-se esta reunião à realização do Painel "Os dilemas da representação e o papel do Parlamento nas democracias contemporâneas"

### 1.3 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATAS

## ATAS

### ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/2/2010

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho e das Deputadas Rosângela Reis e Maria Tereza Lara

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Palavras do Sr. Caio Túlio Costa - Palavras do Sr. Sérgio Soares Braga - Palavras do Sr. Cristiano Ferri de Faria - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Braulio Braz, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do painel "As tecnologias da informação e comunicação a serviço da democracia". Este evento tem como objetivo analisar a situação atual e as perspectivas de utilização das tecnologias de informação e comunicação como instrumentos para o exercício da democracia, especialmente no contexto dos Legislativos Estaduais brasileiros, e é parte das ações da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para subsidiar a elaboração de seu planejamento estratégico para os próximos 10 anos.

Esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia, que a reprisará no dia 20 de fevereiro, às 9 horas. A ata desta reunião, contendo a transcrição completa das exposições e debates, será publicada no "Diário do Legislativo", edição de 24/2/2010. Posteriormente, o programa será colocado no "site" da Assembleia: [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Caio Túlio Costa, Doutor em Ciências da Comunicação pela USP, jornalista, professor universitário e Consultor de Novas Mídias em Comunicação; Sérgio Soares Braga, Mestre em Ciência Política e Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp e Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná; e Cristiano Ferri de Faria, Mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Londres, Desenvolvedor do programa e-Democracia da Câmara dos Deputados e Pesquisador Associado do Ash Institute para Governança Democrática e Inovação da Universidade de Harvard.

Antes de passarmos a palavra ao primeiro expositor, gostaríamos de informar ao público que, como haverá debate após as exposições, as inscrições para perguntas orais passam a ser aceitas a partir de agora. Recomendamos também que as perguntas por escrito sejam encaminhadas à organização, assim que formuladas, para agilidade dos trabalhos.

Para a sua exposição, com a palavra, o Sr. Caio Túlio Costa, doutor em Ciências da Comunicação pela USP, jornalista, professor universitário e consultor de novas mídias em comunicação.

#### Palavras do Sr. Caio Túlio Costa

Bom-dia a todos, membros da Mesa, Presidente, Deputados. Primeiro gostaria de agradecer o convite para estar aqui. É uma honra para um mineiro como eu poder falar a vocês e participar, de certa forma, do trabalho que está sendo realizado nesta Assembleia. Falarei um pouco sobre uma mudança muito importante, profunda e estrutural, que ocorre nas comunicações. Depois teremos tempo para discutir isso. O Sérgio e o Cristiano acrescentarão muito. O mais importante é apresentar um pouco a tentativa de explicar o que ocorre - estamos no meio dessa mudança, no olho do furacão dessa mudança - e ver o que é possível aprender e melhorar na nossa comunicação, na nossa maneira de comunicar, principalmente a vocês, que trabalham numa Casa Legislativa, com os representantes eleitos pela população. Vou restringir-me à questão da comunicação, a essa mudança estrutural, que todos vocês sentem, sabem que está ocorrendo, se aproveitam e gostam dela. Mas acho que ainda não temos o conhecimento da sua real dimensão. Essa é uma tentativa, um ensaio de tentar explicar essa dimensão. Há três conceitos importantes, sobre os quais falarei rapidamente, sem me aprofundar - quem tiver interesse pode ir atrás deles -: modernidade líquida, príncipe eletrônico e concentração. A modernidade líquida foi definida pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman, que mora na Inglaterra. Ele diz que vivemos um momento em que os conceitos se liquidificaram, no sentido de se adaptarem a cada momento, a cada situação, a cada hora, a cada necessidade. Os conceitos que, na modernidade, foram forjados de forma sólida começam a se moldar em função do receptáculo, do tempo, do espaço, da hora, da vontade, da necessidade, do imprevisto. Segundo ele, vivemos a modernidade liquefeita. Então, nenhum conceito mais é tão sólido como era para os nossos pais ou para os nossos avós. Isso gera implicações profundas, do ponto de vista do relativismo, da moral, da ética, já que estamos numa Casa Legislativa, e do ponto de vista da nossa vida pessoal. O Bauman escreveu o livro "Amor Líquido". Recomendando-o para quem gosta de novas ideias e de ler. Coloquemos no fundo a questão dos conceitos liquefeitos, que se vão moldando conforme cada momento.

Um outro conceito importante - e ele é político, moldado na esfera da política - é o do príncipe eletrônico. Todos leram Maquiavel e conhecem Maquiavel, que falava do príncipe e dizia que ele era aquela pessoa que tinha a sorte, a fortuna e a virtude de estar naquele momento e naquele lugar para conduzir o processo social, político e econômico, conduzir os povos, o seu povo. Ele tinha a sorte, a felicidade e a virtude de estar ali naquele momento e era o "conducteur", o condutor do processo. Esse é o grande conceito que molda a ciência política e inaugura a modernidade na política. Ele foi moldando o fazer político durante muitos anos, dezenas, quatro centenas de anos.

Isso mudou com o surgimento do partido político. Quem interiorizou isso foi um comunista italiano chamado Antonio Gramsci, que disse que hoje o papel do príncipe é feito pelo partido político. O partido é o príncipe moderno. O partido é o príncipe da modernidade, pois conduz as transformações. Esse conceito vale. Foi o partido que fez a primeira grande revolução moderna, a Revolução Francesa, as revoluções sociais democratas, as transformações democratas, a mudança nazista e a mudança comunista. Tudo isso foi liderado por partidos políticos.

O sociólogo brasileiro Octavio Ianni, talvez um dos mais importantes sociólogos brasileiros, disse que não. No final do século XX, a coisa mudou. Sem citar a questão da liquefação dos conceitos e imbuido dessa mesma ideia, ele nos veio dizer o seguinte: hoje o príncipe moderno também não é o partido, hoje não é mais o partido que conduz o processo social, histórico e político, ele não é o "conducteur" do processo, como há 30, 40 ou 50 anos. Esse processo ficou mais difuso, e hoje a sua condução é dada pelo príncipe eletrônico, a mídia.

O partido não existe sem a aparência que mostra na mídia. O sindicato não existe sem sua participação na mídia; o Executivo não existe sem sua participação na mídia. O que me dá a aparência de existência é a mídia falando de política. Contudo, ela engloba a moda, o cinema, a televisão, a novela, a notícia, a propaganda, tudo isso. A condução ficou mais difusa e líquida em função de cada momento. Então, quem conduz o processo histórico? O príncipe eletrônico, esse conjunto de instituições, elementos e indivíduos que moldam a condução do processo social. Historicamente, o partido e o sindicato já não têm mais a força que tinham. Apareceram novos elementos e as ONGs, trazendo força. As instituições já não têm mais a mesma força sólida que tinham, mas tudo isso em conjunto conduz o processo histórico. Este é conduzido pela mídia, que está na comunicação, na maneira de comunicar.

Começamos, então, a viver na comunicação um movimento brutal de concentração dos meios de comunicação. Nos anos 60, existiam mais de mil grandes empresas de comunicação em todo o mundo; nos anos 70, eram 230; nos anos 90, não mais que 23; e agora são 8 empresas de comunicação que detêm mais de 50% de todo o faturamento da comunicação no mundo e que usam todas as outras pequenas e médias empresas de comunicação como satélites. Elas compram ou produzem elementos para essas empresas. As grandes empresas são: a Time Warner, a Bartelsman, a News Corporation, do Murdoch, a Sony, a Disney, o Google e a Viacom, dona da MTV.

Essas são as oito grandes empresas que mais faturam. Todas elas faturam acima de US\$12.000.000.000,00. O Google, em pouco mais de 10 anos de existência, já fatura US\$22.000.000.000,00 por mês. Juntas, essas oito faturam cerca de US\$450.000.000.000,00 por ano. Está havendo uma concentração muito grande. Aqui, a Globo fatura R\$8.000.000,00, produz material que é vendido para essas empresas lá fora e compra delas material: a indústria de cinema, etc. O mesmo faz o "Clarín" na Argentina, o Grupo Cisneros na Venezuela, o Grupo Televisa no México, o Grupo Naspers na África do Sul, enfim, os grupos de mídia que são pequenos e que funcionam como satélites desse grande movimento de concentração.

Portanto, do ponto de vista econômico, vivemos uma concentração brutal do mundo na área das comunicações, mas, do ponto de vista dos indivíduos e das instituições, vivemos uma dispersão igualmente brutal. Uma alimenta a outra, ou seja, a dispersão alimenta a comunicação, que, por sua vez, alimenta e produz a dispersão. Hoje cada indivíduo pode consumir essa mídia de diferentes formas, seja comprando moda, seja olhando uma notícia no celular ou na internet, etc. Há várias formas de fazer isso. Ao mesmo tempo, essa dispersão produz o que podemos chamar, sem ter medo de exagerar, de uma verdadeira revolução, que espelha essa mudança estrutural. Darei alguns exemplos. Uns deles são muito próximos e outros estão um pouco distantes. Seis são muito sérios e dois, muito divertidos. O primeiro ocorreu em Manila, nas Filipinas, em 2001. Havia ali um ditador, Joseph Strada, de que as pessoas não gostavam. Então, começaram a enviar "e-mails" e SMSs entre

si dizendo: "Go to EDSA", ou seja, vá para a Avenida Edson não sei o quê, cuja abreviação é EDSA, e use preto. E começaram a ir até essa avenida usando roupa preta. Em duas semanas, mais de 3 milhões de filipinos - a população é pequena - tinham se manifestado nessa avenida, e, em pouco menos de um mês, o ditador caiu. Não houve participação de partido político nem da mídia, da imprensa tradicional nem de sindicato, mas, sim, das pessoas dispersas, usando internet e, principalmente, o telefone celular, o SMS. Foi uma manifestação que os americanos chamam de espontânea, que usou meios novos para se comunicar. Não foram insuflados nem chamados à militância, por mais duro que seja dizer isso em uma casa como esta, alimentada pelos partidos políticos.

O segundo exemplo é Madri, em 2004. O celular foi usado para explodir as bombas nos trens na estação de Atocha. Vejam aí o uso de uma nova mídia: digita-se um número e explode-se uma bomba. Imediatamente, o governo de José María Aznar divulgou que o atentado tinha sido feito pelo grupo ETA, pelo exército separatista basco. A mídia tradicional republicou aquilo sem contestar. Acreditou na fonte governamental - televisão, rádio, jornais. Uma única emissora de rádio da imprensa tradicional, da mídia clássica, que podemos chamar de velha mídia - o pessoal da velha mídia fica muito nervoso quando falo velha mídia; então, tenho chamado de mídia clássica -, divulgou o acontecimento, dizendo: "O responsável pelo atentado não é o ETA, mas a Al-Qaeda. Querem que a Espanha retire suas tropas do Iraque. Esse é o objetivo, e o governo não quer tocar nesse assunto agora porque haverá eleições no domingo, daqui a três dias, e isso pode comprometer a maioria esmagadora que os conservadores têm nas pesquisas de opinião". Imediatamente essas informações começaram a ser divulgadas pelos espanhóis por celular, "e-mail" e "instant messenger". Três formas de comunicação, uma informação que sai da mídia tradicional e começa a se dispersar de forma espontânea entre as pessoas, e as próprias pessoas começaram a dizer: "Vamos votar domingo, vamos depor esse governo que está mentindo para nós, que está instrumentalizando a mídia", porque grande parte da abstenção seria dada pelo pessoal mais de centro-esquerda. O que aconteceu foi que o Aznar perdeu uma eleição que estava praticamente ganha. Os espanhóis elegeram o Zapatero, que mudou uma razão de Estado e retirou as tropas do Iraque.

Esse exemplo que vou dar é de 2006, muito recente. Todos se lembram quando São Paulo foi afetada por uma onda de atentados nos ônibus, bancos, por conta da transferência de líderes do PCC para prisões no interior do Estado. Depois de três dias de ataques violentos e uma cobertura forte da mídia clássica e da nova mídia sobre o que estava acontecendo, São Paulo amanheceu sob toque de recolher. As pessoas começaram a ir para casa a partir das 11 horas. Ao meio-dia e meia, um repórter da TV Record olhou para baixo e falou: "Parece um toque de recolher". Foi a primeira vez que a palavra foi usada na mídia clássica. Mas as pessoas já estavam atendendo a ligações de celulares, "e-mails", sms, "instant messenger" de pessoas próximas que diziam para irem para casa porque havia um toque de recolher. A mídia clássica veio dizer que não havia toque de recolher. Uma autoridade pública veio em público às 4, 5, 6, 7 horas da tarde, dizendo que não havia toque de recolher. Mas olhem uma imagem da cidade às 8 horas da noite. Essa é uma imagem inédita da Av. Paulista. O comércio fechou, as escolas dispensaram os alunos, as indústrias dispensaram os funcionários, todos foram para casa. A cidade atendeu a um toque de recolher que não existiu e que foi divulgado de forma espontânea, por intermédio dos meios que não são os tradicionais de comunicação. A autoridade usou o meio tradicional para dizer que não havia toque de recolher e não soube usar o meio novo para dizer que não havia.

Quarto exemplo, bem recente: Mianar, 2007. Todos acompanharam o sofrimento da população religiosa de Mianar, resistindo contra a China, pelos vídeos e fotos que vinham por meio dos aparelhos celulares que não eram dos jornalistas. No Irã, idem. O mundo inteiro acompanhou o sofrimento dessa moça morta pelas manifestações. E nós soubemos das manifestações pelos vídeos dos celulares que vinham de pessoas anônimas que faziam isso e colocavam na internet.

Não vou mostrar o vídeo da Cicarelli, embora saiba que todos gostariam de vê-lo. Essa moça foi namorar na praia, um gaiato filmou, colocou na televisão de madrugada, na TV espanhola, uma edição toda bonitinha. A dupla, ela e o namorado, entrou na Justiça, e um Juiz mandou proibir o Youtube de divulgar o vídeo no Brasil; deu uma ordem para que as companhias telefônicas o impedissem de circular no País. Elas passaram a cumprir essa ordem que não tinha o menor significado, pois, imediatamente, o vídeo estava em todos os lugares; todo o mundo enviando-o para lá e para cá, por "e-mail", ou postando vídeos em outros receptáculos dessa mídia na Rússia, na Polônia, no Paraguai, etc. Isso virou notícia na velha mídia.

Temos um sétimo exemplo: esse rapaz, Dave Carroll, músico canadense, viajou pela United Airlines, mas não deixaram que ele levasse sua guitarra no colo. Ele a colocou no bagageiro, e ela foi quebrada. Ele ligou para reclamar e passou por aquilo que todos vocês passam quando falam com o "call center" de uma companhia qualquer para fazer reclamação, ou seja, "Tecla 1", "Tecla 2", "Pois não", "Estaremos atendendo ao seu pedido", e nada aconteceu. Ele fez uma musiquinha contando essa história, e a imagem da United Airlines foi fundamentalmente arranhada. Foi arranhada pela canção de um músico que, se tivesse recebido US\$1.800,00 para reparação de sua guitarra, não causaria o estrago na imagem da empresa nos Estados Unidos. É um baita caso.

No oitavo exemplo, vou demorar-me um pouco mais, porque é um caso sensacional. Todo mundo acha que o Obama ganhou a eleição por causa da internet, mas não é internet: é nova mídia. É muito mais que internet; a nova mídia é muito mais que internet. Ele montou uma estratégia digital que se baseava em algumas coisas-chave. Primeiro, o uso abusivo das redes sociais, seguido do uso abusivo do "e-mail", do "marketing" e também da telefonia fixa, que é diferente nos Estados Unidos. Lá a ligação local não é paga. Não há assinatura também. Se você não usar o telefone, você não paga. Se usar o mês inteiro apenas para ligação local, também não paga. Só paga se fizer chamadas de longa distância. Nos Estados Unidos, existe um negócio chamado "outreach call": as pessoas usam o telefone caseiro para fazer um "job" de "call center", um trabalho de "call center free lancer". Isso foi muito usado pelo Obama, que mandava "scripts" para pessoas que pegavam o número dos telefones dos vizinhos e os chamavam para uma festinha, para um comércio, para apoiar o Obama, para doar, enfim, para participar de algo. Ele também usou muito a telefonia móvel, o celular, para trocar informação com os eleitores. Tudo isso se baseou numa ferramenta que chamamos "customer relationship management" - CRM -, que é a administração da sua relação com o consumidor. Essa administração "on-line" é sensacional, porque, usando boas ferramentas de CRM, há várias possibilidades. Você tem um "site", por exemplo, e consegue saber quantas pessoas chegaram até ele; depois, consegue saber quantas pessoas entraram nele. Chegaram 100 pessoas. Vamos supor que entraram 20 pessoas. Então é preciso saber por que 80 pessoas não entraram; é preciso analisar o comportamento delas. Das 20 que entraram, 15 foram comprar alguma coisa que estava à venda no "site". Entretanto, elas preencheram os dados, os formulários e, na hora de pagar, apenas uma o fez. Logo, é preciso entender por que os outros quatro não pagaram. Esse é um pequeno exemplo. É possível analisar isso; é possível assim corrigir o que for possível no "site" e no relacionamento com o cliente. O mesmo pode ser feito com o telefone, analisando-se quantos ligam para comprar, a capacidade de atendimento. Pode-se observar também se o "site" está eficaz, se a linha telefônica está ocupada ou não etc. Há um conjunto de ferramentas que permite a análise do que está acontecendo e a ação quase em tempo real para correção de erros. Na base desse sistema digital, há todo um sistema de CRM.

Na sua campanha, Obama desejava passar uma mensagem, mas chegou à conclusão de que o que pretendia transmitir aos mais velhos já era veiculado pela televisão, tanto que gastou metade do que arrecadou, ou seja, metade dos US\$800.000.000,00, com essa mídia. Uma parte disso - vocês verão o quanto - ele gastou com a mídia da internet, com trabalhos de infraestrutura e com todo o CRM de internet, pois sabia que não faria diferença caso não atingisse muito bem os jovens. Houve um "case" de uma comunidade judaica na Flórida, cujos avós e pais eram altamente refratários ao Obama. Esse pessoal que trabalhou na internet do Obama atingiu os netos e os filhos dessa comunidade, ou seja, a molecadinha, com informações sobre o Obama. Essa molecadinha passou a falar sobre o Obama com os pais e os avós e mudou a opinião desses adultos sobre o candidato. Portanto, eles não miravam somente os jovens com capacidade de eleger, mas também o público infantil e jovem, com programas específicos, para conseguir fazer essa diferença. Isso não podia acontecer de forma autoritária. Todo o programa tinha de oferecer à população jovem as ferramentas para que, em rede, pudesse posicionar-se em relação ao Obama, sem nenhuma moderação, pois a forma era autoritária. Então, houve toda uma esperteza no tratamento da rede social por parte principalmente de um dos fundadores do Facebook. O segredo da rede social é não se meter no que denominamos comunicação "peer-to-peer", ou seja, par com par, em que a pessoa conversa com outra pelo Facebook. Foi dado um instrumento para que a pessoa pudesse manifestar-se.

Assim, fizeram coisas do arco da velha. Pediam para que fosse feito um donativo de US\$25,00 e, imediatamente, essa pessoa recebia um "e-mail", por meio do qual eram pedidos mais US\$25,00. Depois que esse valor era dado, a pessoa recebia outro, pedindo mais US\$50,00. Essa

pessoa poderia fazer uma página pessoal no "site" do Obama, denominado My Black Obama, e ganhava pontos cada vez que fazia um donativo, organizava um evento, levava pessoas ao comício e trazia mais pessoas para o "data base", que era um banco de dados montado imediatamente. Isso é um baita sistema de CRM, que utiliza todas as ferramentas possíveis deste novo mundo, que não é somente a internet, como faço questão de frisar.

Nessa página, era possível fazer tudo isso e ainda resolver dúvidas, subscrever o sistema para receber a mensagem e criar o seu "blog".

Como disse, a novidade é o "outreach call". Um dos Deputados que se baseavam nessa estratégia chamava-se Joe Rospars e era o Diretor de Mídia da Campanha. Foram contratados blogueiros e um guru de vídeo, uma menina muito respeitada que trabalhou na CNN, Kate Albert Hanna. O Sam Grattam Felson era da "The Nation", uma revista de centro-esquerda. Iniciaram com 20 "posts" por dia, que passaram a ser uma enormidade. E o resultado é esse que vocês conhecem, apesar das frustrações no primeiro ano em relação ao Obama, mas o resultado final foi de, no mínimo, 750 mil voluntários, 8 mil grupos de afinidades. Esse pessoal organizou, por conta própria, mais de 100 mil eventos. A campanha lidou com mais de 13 milhões de endereços de "e-mails", conquistou mais de 3 milhões de amigos no Face World, mais de 400 mil amigos no MySpace, mais de 250 mil seguidores no "twitter", teve apoiadores em todas as redes sociais menores, ganhou quase 2 mil vídeos no YouTube, o que significou 14,6 milhões de horas vistas. Havia uma estratégia de captação, como já disse. Eles captaram US\$197.000.000,00 "on-line" só em captações abaixo de US\$200,00. Toda a campanha captou quase US\$800.000.000,00.

Vejam o "design", que é arrebatador e foi feito pela empresa Mo Design. Depois de muito trabalho, cada comunidade tinha um logotipo especial, uma marca especial. Esse é o "site" em que me cadastrei, é o meu "site". É preciso ter endereço nos Estados Unidos para fazer isso. Enfim, arrecadaram US\$745.000.000,00 durante a campanha. As doações pequenas foram de US\$193.700.000,00. Houve 4 milhões de doações individuais. O McCain, candidato, arrecadou só US\$50.000,00. Foi a primeira campanha presidencial que usou, além da rede social, uma completa ferramenta de CRM. Vocês podem ter acesso a isso facilmente, basta entrar no equivalente ao TSE americano, e terão todos os dados da campanha.

Ele gastou muito pouco com o "on-line advertisement", se comparado com o que gastou com o "broadcast media". Isso aqui é a mídia de televisão. Ele gastou US\$18.000.000,00 na plataforma "on-line". Então, somando 18 e 7 aproximadamente, são cerca de US\$26.000.000,00. Ele gastou, ao todo, contando com o pessoal, por volta de US\$35.000.000,00 com a estratégia de CRM. E, com esses US\$35.000.000,00, arrecadou US\$197.000.000,00. Vejam que margem. Do ponto de vista de uma empresa, vocês podem imaginar a margem. Enfim, acabamos com o McCain.

Essa mudança traz dilemas, problemas e desafios. Liste 28 desses desafios. Estamos no meio delas e teremos que nos preocupar com ele e, de alguma forma, cuidar dele, do ponto de vista das Casas Legislativas de todo o mundo, que não darão conta disso, evidentemente, porque a mudança e a rede são globais. Portanto, a lei que vale no Brasil pode não valer no Uruguai. Digamos que seja proibido empresa de internet que não seja brasileira. Pode-se montar uma empresa de internet do Uruguai e fazer todo o conteúdo em português. Assim, todos os brasileiros poderão ver esse conteúdo. A questão do controle da rede é muito complexa. Hoje essa rede está centralizada nos Estados Unidos. Querem que um único país centralize o controle da rede? Não, ninguém quer isso. Querem que a China centralize isso? Ninguém quer isso. Então, por enquanto, a comunidade internacional fecha os olhos para que os Estados Unidos centralizem isso, apesar de haver movimentos importantes para que exista uma descentralização.

Existe a questão da diversidade cultural. Não dá para virar uma coisa só, evidentemente, isso tem que ser entendido. Cada lugar verá isso de um jeito diferente.

Há o âmbito da concentração, como já disse.

Há a questão da profissionalização. Essa mudança está dando o poder da mídia para o indivíduo, o que é fundamental. Vocês viram o indivíduo, de forma espontânea, organizando manifestações políticas importantes sem o uso dos meios institucionais tradicionais. Portanto, hoje, se o jornalista tem ainda a função de mediador entre o fato e a sociedade, qualquer pessoa aqui, neste auditório tem, atualmente, o poder de mídia: se terá audiência, se terá alcance, essa é uma outra questão. Mas, poder de mídia tem. A pessoa que levantou, pela primeira vez, o vídeo da Cicarelli no YouTube teve poder de mídia. Todos os espanhóis, que mandaram mensagens uns para outros, tiveram poder de mídia dentro dessa dispersão. Vejam que coisa complexa, contraditória, paradoxal. É uma nova realidade, uma revolução, uma mudança. Por isso é que a indústria de comunicação tradicional está absolutamente abalada com o que está acontecendo. Isso afeta profundamente a profissão de jornalista - eu sou jornalista. Qualquer um, hoje, sem nenhuma formação ética, sem nenhuma informação técnica, tem poder de mídia. Essa é a realidade, e não é possível lutar contra ela. A concentração permitiu que isso ocorresse.

Já vimos a dispersão, a convergência, que está no indivíduo, não no aparelho. Quem converge é o indivíduo. Falando assim, parece fácil, mas a indústria de comunicação ainda não entendeu isso na sua integralidade: que quem converge é o indivíduo. Toda a questão das redes sociais, que transfere para o ambiente de tecnologia a rede social normal, e amplia, e facilita. A questão do conteúdo participativo, que tem sido muito criticado, mas se vocês compararem, por exemplo, a quantidade de erros existentes na Wikipedia com os existentes na Britânica, verão que se a Wikipedia tem quatro erros por página, a Britânica tem três. Não há grande diferença. Ponto negativo para a Wikipedia. Ponto positivo para a Wikipedia: os seus erros podem ser corrigidos imediatamente. Na Britânica, temos de esperar anos para ter uma nova edição, com a correção, a não ser que seja da Britânica, "on-line", e que possam corrigir imediatamente. E, aí, já estarão dentro dessa nova mídia. A todo o momento, os mecanismos de busca, fazem com que todos vocês trabalhem de graça para eles. Ninguém aqui reclama do salário do "google", mas todos vocês deveriam dele receber salário. Cada vez que vocês colocam uma palavra no "google", estão trabalhando para ele, porque ele indexa aquela palavra, devolve-lhe um "link" com tudo aquilo a que se refere a palavra e o que teve mais relevância em função daquilo que você buscou. Dá-lhe um anúnciozinho, você clicou no anúncio e ele ganhou um dinheirinho e você comprou a mercadoria. É você alimentando o negócio dele. O "google" acabou com os classificados nos jornais pois virou, em 10 anos, a maior empresa de publicidade do mundo, inventou um novo jeito de fazer publicidade, por meio do texto, com base na navegação de cada um, que você diz o que é. É diabólico. Todo trabalho não remunerado que vocês fazem, que todo mundo faz, os mecanismos de busca. Está surgindo uma nova forma de se fazer publicidade. Está acabando aquela divisão entre "igreja" e Estado, que existia na imprensa tradicional. Há "marketing" contextual. Se você está numa página sobre empresas aéreas, pode clicar e comprar uma passagem. Toda a questão de "behavior targeting", que vê sua navegação e mostra-lhe anúncios que têm a ver com o seu hábito de navegar, a criação de um novo tipo de consumidor, que é o "prosumer", consumidor profissional, que palpita "on-line" sobre aquilo que está consumindo, seja serviço, seja produto. Toda a divisão e a briga entre jornalismo e entretenimento. Toda a inexistência que a rede trouxe para o jornalismo, que está, cada dia mais, inexistente em razão da rapidez com que se faz a informação. A emergência do indivíduo repórter, qualquer um pode ser repórter. A emergência feliz do cidadão repórter, que é aquele indivíduo que vira repórter mas tem elementos e preocupações de cidadão - a preocupação é individual. A tensão entre o indivíduo repórter, o cidadão repórter e o jornalista. A inexistência do indivíduo repórter, do cidadão repórter. Todos os problemas de privacidade possíveis e imagináveis. Todos os problemas que a simetria trás na transferência e no consumo dessa informação. Os conflitos de interesse, a quantidade de boatos que somos obrigados a consumir, todos os problemas do direito autoral, todas as questões da minoria, todas as questões de expressões ilegais e doentias, "sites" que ensinam a fazer bomba e terrorismo, todos os problemas de pedofilia, enfim, vou passar rapidamente do cenário de 2020, porque não tenho mais tempo. Vou deixar isso aqui, que é muito fácil de ser compreendido sozinho. É uma pesquisa que foi feita pelo Instituto de Pesquisa Pew.

Estamos numa Casa Legislativa, e vou mostrar esse aperitivo eleitoral rapidamente, que mostrei para os Presidentes de Assembleias Legislativas em Florianópolis, e gostaram muito. Essa ferramenta está disponível a todo o mundo, todos os partidos podem usá-la. É só entrar em Google Trends. Dá para entrar "on-line", se vocês quiserem ver. Digitem "Marina Silva", "Dilma Rousseff" e "José Serra". Esse resultado



mostra a importância dos três nomes na rede, junto às pessoas que estão na rede fazendo buscas sobre essas pessoas no Google. O azul representa a Marina Silva. Quando ela se lançou candidata, houve esse pique. O vermelho, Dilma; e o verde, o Serra. Aqui já é fevereiro, vejamos que a Dilma está sendo mais procurada e que a Marina se descolou um pouco do Serra, mas ainda estão muito próximos na rede. Quando colocamos "José Serra" na rede, vejamos o que as pessoas estão digitando: "José Serra", "José Serra biografia", "José Serra wikipedia", "José Serra twitter", "José Serra Presidente", "José Serra blog", "José Serra Governador", "José Serra site", "José Serra lattes", "José Serra chirico", não sei o que é. Há também a relevância disso, quantas vezes as pessoas digitaram essas palavras para procurar o José Serra. Aqui está o perfil do Serra, quem entrar lá, verá. Quando colocamos Marina, aparece: "Marina Silva biografia", "Marina Silva Senadora", "Marina Silva evangélica", "Marina Silva PV", "Marina Silva Ministra do Meio Ambiente", "Marina Silva twitter", "Marina Silva wikipedia", "Marina Silva criacionismo" e "Marina Silva Chico Mendes". E aqui está o perfil da Marina. Podem ver aqui os Estados que o Serra tem visitado, em que línguas ele está sendo pesquisado; há maneira de vermos também os países. Vejamos que a Marina está um pouco mais bem-dividida que o Serra, apesar de ele ser muito forte em São Paulo. Vejamos o que as pessoas estão procurando por Dilma Rousseff: "Dilma Rousseff", "Dilma Rousseff ficha criminal", "Dilma Rousseff biografia", "Dilma Rousseff terrorista", "Dilma Rousseff lattes", "Dilma Rousseff ditadura", "Dilma Rousseff antes e depois", "Dilma Rousseff wikipedia", "Dilma Rousseff guerrilheira", etc. Está tudo no Google.

É isso o que tinha para falar. Muito obrigado a todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O locutor - Para sua exposição, com a palavra o Sr. Sérgio Soares Braga, mestre em Ciência Política, doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.

#### Palavras do Sr. Sérgio Soares Braga

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; demais membros da Mesa; Sr. Caio Túlio Costa; Sr. Cristiano Ferri de Faria; público presente, bom dia a todos. Para mim, é uma grande satisfação estar aqui discorrendo sobre um tema que venho pesquisando há algum tempo, que são as relações entre internet e política de maneira geral e os "websites" legislativos, em particular. O título específico de minha exposição é: "Como os 'websites' parlamentares podem contribuir para agregar valor à atividade parlamentar e para aproximar o parlamento dos cidadãos?". A primeira coisa a que devemos responder é por que esse título. De acordo com a literatura internacional sobre o tema das relações entre internet e parlamento, que é bastante vasta - depois terei oportunidade de comentar algo a respeito -, o tema da internet, muitas vezes, é tratado como próximo à ficção científica. A internet dá asas à imaginação das pessoas. Os analistas, principalmente os filósofos sociais, tendem a abordar a internet como algo impressionístico, como se fosse uma realidade próxima à ficção científica. As expressões utilizadas para caracterizar a internet denotam um pouco isso, pois é conhecida como realidade virtual. O Prof. Caio utilizou o termo "modernidade líquida", mas há outros que denotam essa tendência de colocar a internet como algo completamente novo, tão novo que iria desconectar as pessoas do seu mundo real, das suas experiências cotidianas.

No caso específico da literatura sobre a relação com o parlamento legislativo, isso se manifesta com a tentativa de se associar a internet a novas experiências de democracia que a poriam em xeque, superariam e liquidariam a democracia representativa tradicional que conhecemos, a democracia parlamentar. Essa vertente sobre as relações entre internet e política é muito forte na literatura internacional; sugere que pode ocorrer o surgimento de um novo tipo de democracia qualitativamente diferente da democracia parlamentar a que estamos acostumados e não teria nada a ver com a democracia representativa tradicional. Outra corrente da literatura procura aproximar a internet dos problemas cotidianos, ficando mais próxima da experiência das pessoas; considera positivo o impacto da internet no sistema político, julgando que ela não trabalha para acabar com a democracia representativa, com a liquidação do parlamento, com as eleições tal como conhecemos, mas trabalha para fazer articulações de maneira completa, aprofundando essa democracia. O título dessa exposição expressa a minha filiação a essa segunda vertente da abordagem do tema internet e política. O problema fundamental sobre o qual os analistas políticos, os pesquisadores, os filósofos, os sociólogos da comunicação têm de refletir de maneira científica, produzindo evidências empíricas sobre o assunto, é tentar especular, no bom sentido do termo, sobre como a internet vai articular as formas tradicionais de democracia, as instituições tradicionais da democracia parlamentar ou liberal, tal como nós a conhecemos desde o séc. XIX.

Outro ponto que enfatizarei - e essa ideia me ocorreu ouvindo a interessante palestra do Prof. Caio - é que, sem que houvesse articulação ou coordenação prévia, as três palestras têm conexão lógica entre si. Fiquei bastante feliz com isso. Vocês acabaram de ouvir uma introdução realizada por uma das pessoas mais competentes do ramo no Brasil, o Prof. Caio Túlio, que nos apresentou o panorama geral sobre os impactos da internet na política e nas atividades cotidianas das pessoas, principalmente as que estão envolvidas com política. Agregarei mais uma mediação a essas ideias que ele acabou de expressar. Falarei sobre o impacto da internet no parlamento propriamente dito. Logo após minha fala, o Cristiano falará sobre novas experiências de democracias representativas, que, usando as novas mídias para estimular a participação do cidadão no parlamento, estão contribuindo para aprofundar a democracia através das novas tecnologias de informação e comunicação. Realmente, até para nós que estamos na Mesa, as conferências estão sendo proveitosas. E há uma conexão lógica, bastante difícil de ocorrer em Mesas desse gênero.

A estrutura de minha exposição será essa. Primeiramente, explicitarei algumas ideias básicas subjacentes à minha fala. Posteriormente falarei rapidamente sobre as funções do parlamento e o papel dos "websites" parlamentares nas modernas democracias representativas e sobre o que têm a agregar ao parlamento. Em terceiro lugar, apresentarei algumas evidências empíricas, alguns resultados de pesquisas que tenho feito nessa área nos últimos três ou quatro anos. Para encerrar minha exposição, chamarei a atenção para algumas boas práticas, para alguns avanços do uso da internet pelos parlamentos, principalmente os estaduais, e alguns dilemas, alguns pontos de estrangulamento que começam a emergir do emprego sistemático das novas tecnologias de comunicação e informação das novas mídias pelos parlamentos, especialmente nas unidades subnacionais brasileiras.

Atualmente, estou envolvido em três projetos de pesquisa sobre as relações entre internet e política. No final de 2007, publiquei este livro, pela Câmara dos Deputados, que se refere ao papel das TICs na institucionalização da democracia, um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul, com destaque para o Brasil. Fiz uma análise comparada dos Legislativos, Câmaras dos Deputados e Senados da América do Sul, e das Assembleias Legislativas estaduais. Esse estudo foi objeto de um seminário na Câmara dos Deputados. Esse livro está "on-line" e pode ser baixado na internet no "site" onde foi feito esse seminário - Portal da Câmara, Transparência e Cidadania -, em abril de 2007.

O segundo projeto no qual estou envolvido, referente às relações entre internet e política, é financiado pelo CNPq. Estou começando a fazer um estudo sobre o uso que os 1.052 Deputados Estaduais e da Câmara Distrital brasileira estão fazendo da internet na atual legislatura. Quem tem "website" ou não, por que, quem tem "blog", quem está usando "twitter" ou não. É a segunda linha de pesquisa.

Em meu terceiro projeto, estou coordenando um convênio com a Federação das Indústrias do Paraná, para implantar um sistema de monitoramento dos eleitos - Deputados Federais e Estaduais, Senadores e Governadores. Esse projeto, pioneiro nesse Estado, está hospedado na Rede de Participação Política do Empresariado. Posteriormente falarei um pouco sobre eles também. Não estou fazendo autopromoção; essas informações serão importantes para minha exposição posterior porque apresentarei evidências e resultados de pesquisas relacionados a essas três linhas de reflexão em que estou envolvido sobre o tema da internet e sobre as novas mídias, de maneira geral. Duas ideias, que considero importantes para fazeremos uma reflexão menos impressionista e especulativa sobre a internet e mais próxima dos problemas reais das pessoas, são as do "virtual political system" e do "critical citizens", produzidas por Pippa Norris, uma cientista política de Harvard muito importante, orientanda do nosso Cristiano, que, aliás, falará aqui depois. Ela fez uma reflexão acerca de vários problemas relacionados ao

impacto da internet em diversas instituições dos sistemas políticos contemporâneos e produziu duas noções importantes que depois ilustrarei com alguns gráficos. A primeira é o "virtual political system", que é essa pressão que existe para que todas as instituições, todos os atores do sistema político migrem para a internet, interajam dentro do espaço virtual e transfiram suas bases de operação pela internet. A segunda são os "critical citizens". O que são cidadãos críticos? São aqueles cidadãos que aderem aos valores democráticos, mas criticam as instituições políticas tal como existem nos sistemas políticos modernos. Em todas essas experiências que o Prof. Caio Túlio acabou de enumerar, como a campanha do Obama, a reação contra a manipulação eleitoral dos atentados em Madri, as manifestações contra Hugo Chávez na Venezuela etc., os cidadãos críticos, ou seja, aquela massa de jovens conectados, bem informados e habituados a acessar o Google e a participar de redes sociais, é que são os atores que emergem nessas manifestações e aderem aos valores da democracia. Ninguém está-se mobilizando para restaurar a ditadura, a tirania no Irã e voltar ao estágio pré-queda do Muro de Berlim. Eles querem ir para a frente. Agora, ninguém sabe que horizonte é esse, porque essas pessoas aderem à democracia, mas estão descontentes com o "status quo" tal como ele está aí. Então essa pressão cotidiana que entra pelos poros de todas as instituições e de todos os atores sociais gera esse sentimento difuso de que alguma coisa vai mudar, mas não se sabe exatamente para onde.

Vou só abrir um parêntese aqui. Fiz uma pesquisa no Scielo, que é um sistema de periódicos científicos no Brasil sobre as publicações científicas na internet nos últimos cinco anos. O assunto mais pesquisado na internet não é comunicação, não é ciência política nem sociologia, mas medicina. A internet está provocando um impacto enorme na relação entre médico e paciente. Hoje ninguém vai mais para o médico sem antes pesquisar no Google a sua doença, o remédio que o médico receita e sem consultar dois ou três médicos para checar o diagnóstico. Isso está provocando grande impacto na relação médico-paciente e na indústria farmacêutica, gerando uma copiosa produção científica sobre a questão. Como os médicos estão muito envolvidos por interesses profissionais e financeiros em todos esses problemas, eles produziram um "corpus" bastante denso e grande de artigos, textos e trabalhos para a internet.

Outra ideia básica subjacente são as outras funções desempenhadas pelo parlamento, além da de representação. Essa ideia é defendida pela Cristina Leston Bandeira, uma pesquisadora portuguesa radicada na Inglaterra e uma das grandes especialistas em estudo sobre a relação atual entre internet e parlamento no mundo. Segundo ela, quando formos refletir sobre o impacto da internet no parlamento, temos de ter uma visão complexa do parlamento como um sistema. O parlamento tem uma função estratégica que nem sempre é reconhecida pela mídia, pela população. Mas as pessoas que vivem cotidianamente o Legislativo sabem da sua importância para o funcionamento do sistema político como um todo. Não há arma mais eficaz contra um tirano populista, um líder populista ou uma imprensa manipuladora que um Legislativo que se afirme como instituição, que saiba contestar os grandes grupos da mídia, produzir as suas próprias notícias e fiscalizar o Executivo. Não é por acaso que todos os países de democracia institucionalizada e mais estável têm parlamentos fortes. Só conseguem afirmar-se dessa maneira porque desempenham outras funções além da mera função de representação. Estamos acostumados a considerar o parlamento como órgão de representação, só isso e apenas isso. Essa é outra ideia importante que se manifestará.

A terceira ideia corporifica tudo o que disse anteriormente: não há nenhuma evidência de que estamos indo na direção de uma superação da democracia parlamentar. Estamos iniciando um novo processo, uma longa marcha. Estamos testemunhando o início desse processo rumo a uma democracia parlamentar mais participativa e com mais espaços de deliberação. Essa ideia foi definida por Dominic Tinley. Creio que ela é Presidente da Escola do Legislativo da House of Commons, Casa dos Comuns, da Inglaterra. Ela tem um artigo monumental no livro "Parliaments in the Digital Age", publicado no "Oxford Internet Institute", que pode ser baixado "on-line".

Depois fornecerei todas essas referências para vocês. Disponibilizarei o PDF para o Alaor. Tudo o que eu disse tem referências bibliográficas. Cederei essa apresentação para que vocês possam aprofundar-se nesses temas.

O diagrama do "virtual political system" é este. São basicamente os atores do sistema político que interagem entre si, por meio da internet. Aqui são as funções desempenhadas pelo parlamento, o conjunto de variáveis essenciais a uma compreensão mais aprofundada dos impactos da internet sobre a instituição parlamentar. É um diagrama apresentado pela Cristina Bandeira. Temos: fatores institucionais, que afetam o uso da internet pelos parlamentos, várias funções do parlamento que sofrem os influxos da internet e dos impactos da nova tecnologia, comunicação, disseminação da informação, gerenciamento da informação - isso causa impacto sobre a função de resolução de conflitos -, função educacional do parlamento, função de legislação do parlamento, função de legitimação do parlamento, função de representação propriamente dita e função de fiscalização do Executivo ou de escrutínio, como dizem lá.

Aqui são os vários atores que interagem com esse sistema: membros do parlamento, cidadãos, partidos, eleições; enfim, toda essa parafernália que estamos acostumados a acompanhar na atividade política.

Aqui é um diagrama que consta no artigo escrito pela Dominic Tinley, que acabei de citar. Esse diagrama representa o deslocamento que está ocorrendo em todos os órgãos parlamentares. Isso não ocorre somente no Brasil ou na América do Sul, mas em todo o mundo. Das cerca de 188 nações existentes no mundo, apenas 4 não possuem "websites" parlamentares. É um movimento tão avassalador que até mesmo as ditaduras, mesmo que não tenham parlamentos, mesmo que os parlamentos não se reúnam, colocam o "website" lá.

Estamos no início desse movimento. Aquele quadradinho vermelho ali mostra onde se situa o parlamento médio brasileiro dentro dessa longa caminhada em relação ao parlamento mais transparente, mais participativo. Os cidadãos ainda não estão informados sobre a importância desses projetos, mas estão se deslocando para obter maior informação, existe mais interesse. Não há um jogo de soma zero entre a participação e a democracia parlamentar, mas há um efeito sinérgico entre essas duas instituições. Essas são as ideias fundamentais, e recomendo que, quando tiverem acesso à minha apresentação, busquem aprofundar-se nela, porque isso vai aumentar muito a autopercepção da importância do trabalho que estão fazendo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nesse planejamento estratégico para 2010, de que participaremos por meio deste evento. É mais ou menos para esse rumo que estamos indo. Não é um caminho que se percorre às cegas.

Temos essas funções básicas do Legislativo e dos "websites" parlamentares. Como a internet pode repercutir em cada uma delas, como poderia agregar valor em cada uma dessas funções? Na função de legislação, por exemplo, a internet aumentou enormemente a possibilidade dessas informações sobre sinopses legislativas e a criação de espaços de intervenção das pessoas, que podem participar dos processos legislativos e melhorá-los. A internet potencializou isso de forma muito rápida. Se entrarmos no "site" da Assembleia de Minas, da Câmara dos Deputados e de outras Assembleias, teremos acesso aos projetos de lei, aos projetos de resolução, aos requerimentos, às indicações. Pesquiso o Legislativo há mais de 20 anos. Antigamente, para se ter acesso a um "Diário" da Assembleia, tínhamos de entrar na Câmara dos Deputados, lá embaixo, nos subterrâneos, numa sala poeirenta; hoje, porém, tudo isso está digitalizado e acessível à população.

Quanto à função de representação, a internet potencializa a disponibilização de informações sobre parlamentares e a criação de espaço de contatos com os membros do Parlamento, com os Deputados. Antigamente não se conheciam os Deputados. As Assembleias eram verdadeiras caixas-pretas; aliás, algumas ainda são. Vou apresentar dados que comprovam isso. A Assembleia de Minas foi a que avançou mais nesse processo. Em muitos Estados, não existem informações apresentadas, de forma adequada, sobre os membros do parlamento. Não há informações mais singelas sobre quem são os Deputados, o que fazem, que perfil profissional têm. A resolução de conflitos também é uma função importante e pode ser potencializada por meio da internet. Vejo que a Assembleia de Minas também já avançou muito nisso, com a realização de fóruns com a participação da sociedade civil. Podemos citar o Parlamento Jovem e seminários setoriais. Tudo isso pode ser disponibilizado "on-line" e ser realizado de forma virtual.

Quanto à educação, o Legislativo tem uma importante função educativa. Para que servem todos esses programas, como o Parlamento Jovem, a TV Educativa, a transmissão "on-line"? Servem para mostrar o parlamento, persuadir o público sobre a sua importância e esclarecer como é importante o seu funcionamento para a manutenção do sistema político democrático. Isso tem múltiplas implicações na vida cotidiana das

peessoas.

A quinta função é a fiscalização, o monitoramento das ações da administração pública, por meio de comissões e instrumentos regimentais. Também esse trabalho pode ser infinitamente potencializado pela internet. Antigamente, para se ter acesso a um relatório de uma comissão, a um parecer de algum projeto da CCJ, era necessário enfrentar uma verdadeira corrida de obstáculos burocráticos. Hoje, no entanto, não é assim: com um ou dois cliques, podemos acessar a ata de uma reunião da CCJ, podemos ter acesso a esse processo. Isso provoca uma pressão pela institucionalização das comissões legislativas, que é um dos pontos fundamentais a serem discutidos no Legislativo hoje. Qual é o formato das comissões legislativas? Será que os Legislativos precisam ter muitas comissões ou será que precisam ter comissões que correspondam, mais ou menos, ao desenho do organograma do Executivo Estadual? Existem muitos órgãos legislativos subnacionais, que têm 15, 18 comissões permanentes. Se clicamos no "site", não há nada, parece cenário de filme de faroeste americano dos anos 50: só existe porta da frente; quando aberta, só há escuridão. A internet potencializará muito a institucionalização das comissões legislativas.

Finalmente, a função de legitimação, a afirmação do Legislativo em relação aos ataques que recebe, muitas vezes injustos. Todos aqueles que cometem uma injustiça num Estado democrático têm direito de defesa, inclusive o órgão legislativo. O Legislativo pode postar notícias em tempo real quando se sente atacado de maneira injusta pela mídia, pelos cidadãos, pelas pesquisas realizadas. Logo, isso contribui para a sua legitimação. A transparência é um instrumento importante para a legitimação.

Vou acelerar um pouco agora, porque apresentarei os resultados da minha pesquisa, para chegar à reta final da minha exposição, que é a parte mais importante. Os resultados que obtive estão neste livro. Procurei justamente avaliar os "websites" dos parlamentos sul-americanos e brasileiros com base nas várias funções que exercem. Fiz uma avaliação de 195 variáveis que podem estar presentes nos órgãos legislativos e que se desdobram nessas várias dimensões: navegabilidade, centros decisórios, informações sobre processos decisórios, relação com o público, administração, integração em rede, etc. Para fazer essa avaliação, apliquei esta planilha, que é uma espécie de DNA da informatização dos Legislativos sul-americanos e brasileiros. Esses dados podem ser consultados no livro. A partir daí extraí essas informações. A coluna azul mostra a situação no início desta legislatura e a coluna vermelha retrata o final de 2009. No espaço de dois anos apenas, há um movimento considerável no sentido de aumento do índice. O movimento que se percebia naquele diagrama, em direção a uma maior transparência e maior participação, de fato está acontecendo. E os Legislativos Estaduais brasileiros, conforme a previsão da Pippa Norris e de outros autores, estão migrando para o mundo virtual, como resultado de processos decisórios e parlamentares. Em todas as dimensões está havendo aumento.

Aqui temos o ponto central, que é a classificação geral. É uma avaliação de 29 Deputados, mais a Câmara e o Senado. O que obteve maior índice global foi a Câmara dos Deputados. Por uma série de fatores, ela apresenta o maior índice. Em segundo lugar, vem a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que melhorou algumas áreas que eles agregaram depois, como verba e despesas de gabinete, parecer de CCJ. Houve um aumento pequeno, mas mesmo aqueles que obtiveram maior pontuação no início conseguiram incrementar alguma coisa. Vê-se nesse ponto, em outra pesquisa que fiz, o índice de transparência global dos Legislativos Estaduais, com informações sobre os parlamentares. Em relação a Minas Gerais, pontuei cada variável sobre a qual existe informação sobre os parlamentares. Codifiquei, obtive o índice e o resultado foi este: a Assembleia Legislativa de Minas, mais uma vez, destaca-se como a de maior desempenho. De uma pontuação máxima de 100%, chegou a 71,5%. Depois vêm Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo. Aqui também está havendo um grande movimento em direção a maior transparência, por pressão da mídia e também por fatores endógenos às Casas Legislativas. Existe o compromisso de determinadas categorias de funcionários e parlamentares, numa visão mais moderna do processo político, de colocar tal visão "on-line". Isso está contribuindo para agregar valor à prática parlamentar, tornando-a mais transparente, e as informações, mais acessíveis. O que os cidadãos vão fazer ou não com elas é outro problema, no qual não vou me aprofundar por falta de tempo.

Para finalizar a minha exposição, destaco aleatoriamente algumas boas práticas de uso da internet que devem ser reproduzidas pelos demais órgãos legislativos e também alguns pontos de estrangulamento, conforme mencionei. As boas práticas são, por exemplo, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a disponibilização das votações nominais. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul é a única do Brasil que tem um dispositivo regimental que obriga que todas as votações realizadas em Plenário sejam registradas no "Diário" da Casa e disponibilizadas nos "websites". Eles têm um acervo de todas as votações nominais da Assembleia Legislativa realizadas no Plenário desde o ano 2000. É a única Assembleia Legislativa que tem isso. São informações preciosas tanto para o analista quanto para o eleitor que quer entender como o Legislativo funciona. Sabemos que o Legislativo brasileiro tem uma tradição de votação simbólica, ao contrário dos Legislativos mais institucionalizados, que fazem a votação nominal. Nos Estados Unidos, por exemplo, as votações mais importantes são nominais. Esse é um processo que tende a se difundir. Os parlamentares, os gestores de informação vão ter que aprender, progressivamente, a lidar com essa demanda da população, da opinião pública, para se saber como os parlamentares votam, como eles se posicionam em relação a cada proposição legislativa que é votada em Plenário. Estou num Estado onde essa informação inexistia até de forma impressa. Estamos fazendo um estudo sobre as votações nominais na Assembleia Legislativa do Paraná, e só existe material de outubro de 2008 para cá. Antes disso, não existe registro sobre votação nominal, porque todas elas foram simbólicas.

O segundo ponto de boas práticas é o Orçamento, informações sobre emendas orçamentárias e informação sobre execução de emenda orçamentária. Sabemos que um dos principais instrumentos de chantagem do Executivo sobre os parlamentares é a execução orçamentária. A falta de transparência de informações sobre a autoria das emendas do Orçamento e sobre a execução orçamentária contribuiu e contribui muito para que o Legislativo fique refém de chefes do Executivo autoritários e manipuladores do parlamento. É fundamental que o parlamento, para se afirmar, apresente e disponibilize, da maneira mais sistemática possível, essas informações.

A Assembleia Legislativa do Espírito Santo já começou a discutir o Orçamento de 2010 e colocou um artigo no PDF com todas as emendas ao Orçamento que estão sendo sugeridas. E existe o artigo retroativo, de 2005 para cá. Eu também estou num Estado em que essas informações são interdadas ao cidadão. Eu quis fazer uma pesquisa sobre o Orçamento nas últimas legislaturas e, simplesmente, não existe informação sobre autoria de emendas de execução orçamentária.

Uma terceira prática é da Assembleia Legislativa de Minas, que tem várias boas práticas, mas essa está adquirindo uma grande visibilidade. Além do seu elevado grau de transparência, há o Parlamento Jovem, a Escola do Legislativo. Existem monografias excelentes que usamos como fonte de estudo no Paraná. É um conjunto de monografias e serviço de mídia que influencia não só a vida de vocês, mas também a vida acadêmica de outros Estados. E o Parlamento Jovem, programa muito interessante relacionado à função de educação do Executivo, está sendo desenvolvido aqui e tem um "website" muito interessante.

Vou citar três pontos problemáticos que podemos ver em cada casa legislativa do Brasil, mas os exemplos poderiam ser facilmente multiplicados. Primeiro, informações incompletas e inadequadas sobre as sinopses legislativas. Um exemplo que acabo de dar é o da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde essas informações não se encontram disponíveis para o cidadão. Ao contrário da Assembleia Legislativa de Minas, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, ao contrário da Câmara dos Deputados, as informações sobre o trâmite das proposições legislativas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro são extremamente obscuras, como qualquer um pode verificar por si mesmo.

Outro aspecto problemático nos "websites" legislativos é a ausência de informação de comissões parlamentares. Cito como exemplo a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. A lista das Comissões não mostra a filiação partidária dos parlamentares, não há "link" para os perfis dos parlamentares, como ocorre na Assembleia de Minas, nem relação de projetos. Para termos acesso a parecer de proposição exarado pela CCJ, é necessário gastar dois ou três pares de sapato. Essa informação poderia estar disponível na internet. Outro aspecto problemático que detectamos é a forma de apresentação dos perfis dos parlamentares. Muitas Assembleias, como a de São Paulo e a do Rio Grande do Sul, delegam às assessorias pessoais dos parlamentares a forma de apresentação dos perfis dos Deputados, as quais, muitas vezes, tendem a

transformar os perfis institucionais das Casas Legislativas em "outdoors" institucionais, em peças de propaganda, sem fornecer aos cidadãos as informações relevantes, como data de nascimento, formação educacional, profissão e região eleitoral, como se faz nesta Assembleia. As Assembleias que mais avançaram no uso da internet usam formulários-padrão e aplicam questionários aos Deputados no início da legislatura para padronizarem as informações, que são muito importantes.

Há outro ponto de estrangulamento, objeto de verdadeira luta nas Assembleias: os parlamentares, às vezes, têm visão amadorística do processo político e se recusam a prestar tais informações aos funcionários, como se fossem donos dos seus perfis institucionais, e não funcionários públicos que devem estar subordinados às regras das instituições políticas. Conclusão: aspectos positivos e negativos do uso da internet pelos parlamentos. Os "websites" agregam muito valor às seguintes funções: de representação, de educação e de legitimação. Muitos perfis parlamentares estão disponíveis na rede; há as tevês "on-line" e os programas das Escolas do Legislativo e outros afins, além de muita postagem de notícia.

Outras funções não estão sendo desempenhadas de maneira inadequada. Com o risco de cansá-los, apresentei aquele conjunto de gráficos. Há uma tendência, que pode ser empiricamente acompanhada, de aumento das informações disponibilizadas nos "websites" parlamentares, devido até à operação do famoso efeito-demonstração. Há dois "websites" diferenciados em relação aos demais: os das Assembleias Legislativas de Minas e do Rio Grande do Sul. As outras Assembleias veem isso e começam a imitar. Esse processo ocorre, embora não haja sempre a boa vontade e o entusiasmo cívico necessários. Observamos ainda a pressão da mídia, os escândalos. Aos trancos e barrancos esse processo está acontecendo. O grande problema não é tanto a disponibilidade das informações, mas a qualidade delas. Provavelmente haverá uma frente de batalha desses atores - parlamentares com visão mais moderna da administração pública, funcionários comprometidos com a modernização da instituição e jornalistas com consciência cívica modernizante, que querem aprofundar e contribuir com o processo democrático, e não apenas se autopromovendo e ganhando audiência com os escândalos dos noticiários políticos. A coalizão desses atores pode provocar mudanças significativas em relação a esses aspectos na próxima legislatura.

Aspectos insuficientemente tratados nos "websites". Não encontramos muita evidência de que ocorrem processos desse gênero: primeiro, criação de mecanismos de participação e interação com a comunidade e evidência de que isso está sendo efetivo. Trata-se de um problema não apenas do Brasil, mas também geral. Agora começam a surgir os primeiros programas mais avançados de promoção da democracia participativa, de participação política no processo legiferante por meio da internet. Segundo: problema para o qual também não temos muita clareza. Como as informações estão sendo processadas internamente? Qual é a efetividade disso? Como as Casas Legislativas estão tratando isso? Faltam muitos estudos. Aliás, vocês podem fazer pesquisa sobre isso na Escola do Legislativo, que tem um campo para agregar as já excelentes monografias existentes aqui. Há um campo enorme, não só de pesquisa teórica, como fazemos na academia, mas também de pesquisa aplicada, que serve para melhorar a instituição em que vocês trabalham e ganham o sustento. Há um campo enorme de pesquisa, e está começando a surgir muita coisa interessante, aliás, nos parlamentos internacionais.

O terceiro ponto que penso ser importante é a efetividade das TICs no processo decisório e nas funções de legislação e fiscalização do Executivo. Então, é preciso começar a mensurar, a criar mecanismos para se mensurar a efetividade disso, e não só colocar na internet. Refiro-me a esses mecanismos que o Caio Túlio apresentou para nós de maneira bastante estimulante, mecanismos de mensuração, de gráficos para ver como isso está se efetivando na prática legislativa e contribuindo para melhorar e afirmar o Legislativo como instituição importante no processo legislativo.

Sei que já passei do tempo e peço desculpas. Para finalizar, quero mencionar alguns "websites" para vocês navegarem e se aprofundarem em todas essas questões. São os "websites" da cientista política Pippa Norris, os quais têm uma quantidade enorme de estudos importantes para quem trabalha nessa área - talvez ela seja uma das mais talentosas cientistas políticas vivas; o do Global Center for Information and Communication Technologies in Parliament, que disponibiliza diversos estudos - há lá um "link" só de estudos sobre parlamentos do mundo inteiro; ainda, o "site" CongressoAberto.com.br, uma iniciativa de ONGs e estudiosos, o qual visa ao acompanhamento das atividades da Câmara dos Deputados. Vocês poderão avaliar a importância para a coletividades das informações que estão aqui. São cientistas e analistas políticos que procuram dar um tratamento analítico de maior qualidade para as informações que vocês disponibilizam. Muitas vezes, o cidadão não acessa diretamente essas informações, mas elas passam em efeito cascata. Hoje há vários "sites" de monitoramento de Legislativos, como o Congresso em Foco, os quais utilizam os "websites" legislativos como fonte muito importante de informação. Isso repercute rapidamente entre os estudantes, cidadãos e pesquisadores. Em Minas, aliás, estão fazendo um. Então, essas iniciativas tendem também a se propagar a partir da próxima legislatura.

Finalmente, menciono o "site" da Fiep, a Rede Empresarial, uma rede de participação política que utiliza toda essa linguagem de rede, novas mídias, "nings", a fim de promover medidas de impacto para a coletividade e de desenvolvimento local e articulado, isso com um monitoramento das instituições representativas. O projeto de estímulo ao desenvolvimento local está articulado a um aprofundamento da democracia representativa. Então, não há uma relação de soma zero, e quem está na instituição representativa - e isso, aliás, será tema do próximo seminário - tem de aprender a conviver com isso, sem rejeitar essas experiências de participação como se elas fossem antagônicas ao Parlamento, como se as pessoas quisessem destruir o Parlamento. Elas não querem destruí-lo, mas aperfeiçoá-lo e colocá-lo em novos patamares de funcionamento, mais democráticos e compatíveis com a sociedade moderna que, cotidianamente, fiscaliza o destino dos recursos que transfere à esfera pública do Estado e, em particular, do sistema político. Então, esse "site" é uma experiência bastante interessante da rede de participação política do empresariado que corporifica essa concepção de democracia que penso estar começando a emergir por meio de todos os fenômenos enumerados tão bem pelo Prof. Caio.

Muito obrigado pela atenção e me desculpem da demora. Passei um pouco do tempo, mas, como pesquiso isso, esse assunto me empolga, ou seja, o fortalecimento do Legislativo e o aprofundamento da democracia por meio do aperfeiçoamento dos órgãos legislativos e da concepção de maior credibilidade a eles. Obrigado pela atenção.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente (Deputada Rosângela Reis) - Com a palavra, o Sr. Cristiano Ferri de Faria, mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Londres, desenvolvedor do Programa e-Democracia, da Câmara dos Deputados, e pesquisador associado ao Ash Institute para Governança Democrática e Inovação, da Universidade de Harvard.

Palavras do Sr. Cristiano Ferri de Faria

Bom-dia. Bom-dia, Deputada Rosângela Reis, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores. Cumprimento os meus colegas de Mesa, o Caio e o Sérgio, de quem me considero um aluno. Agradeço o convite e parabêniz a Escola do Legislativo pela organização. Estou muito feliz de estar aqui por dois motivos: primeiro, porque sou mineiro. Não fui criado aqui, mas sempre venho aqui, pois tenho muitos parentes, a exemplo de quatro queridíssimas tias que estão aqui - não sou bobo e trouxe a minha claqué e até combinei algumas perguntas fáceis para fazerem para mim e outras difíceis para os outros dois, para eu ficar bem na fita; e, segundo, porque, sem a menor intenção de fazer demagogia - e sei que não é cortês falar mal da casa que nos recebe -, tenho apenas elogios a fazer à Assembleia Legislativa, que é vista em Brasília como referência em vários itens. Como exemplo, cito o seminário que ocorreu em 2006, se não me engano, que deu muitos frutos. Vocês elaboraram "Cadernos do Legislativo" sobre o assunto, o que reverberou muito bem na Câmara dos Deputados. O Deputado Osmar Serraglio, por exemplo, 1º-Secretário da Mesa passada, pegou as informações e protagonizou discussões sobre legística, de forma bastante abrangente, sempre fazendo referência ao trabalho da Assembleia Legislativa. Particularmente, criei lá um laboratório de legística, para podermos captar a experiência de quem trabalha com processo legislativo para fins de legística.

Falarei, hoje, de certa forma, sobre legística, ou seja, como as tecnologias de informação e comunicação, que chamamos TIC, podem ajudar no desenvolvimento do Legislativo. Primeiro, precisamos ressaltar que existem vários nomes. Quando falarmos em TIC, em tecnologia e política, vocês verão muito os termos: democracia eletrônica, "cyberdemocracia" e "cyberpolítica". Prefiro chamar de "e-democracia", pois traz a ideia de eletrônica e democracia, mas vocês poderão também ver por aí hiperdemocracia, hiperpolítica, e tudo quer dizer mais ou menos a mesma coisa: o casamento entre tecnologia e política. De que tecnologia estou falando? Principalmente de internet, de acesso a uma rede de informações interligadas por alguns aparelhos eletrônicos, sendo o principal deles o computador, que conhecemos muito bem e que, atualmente, está muito conectado ao telefone e à tevê digital, que tem grande potencial para propiciar maior interação e dar acesso às pessoas que não têm condições de usar computador. No futuro, a tevê digital pode ser um instrumento de comunicação para as camadas sociais com menor capacidade de educação, etc. Também está surgindo algo novo, um movimento a que temos que ficar atentos: os "e-books", que, há duas semanas, receberam grande impulso com o lançamento do "iPed", da Apple, que seria um meio termo entre o computador e o telefone. Isso está gerando uma grande discussão, inclusive relativa aos direitos autorais, e acreditamos que, em pouco tempo, todos terão um "e-book", com vários livros e informações disponíveis, que são colocadas no bolso e acessíveis a qualquer momento. Isso, obviamente, causará um grande impacto.

Bom, interessa-nos saber que tipo de implicação a tecnologia terá nos processos políticos, e são vários os usos. Aqui estão os principais, que gostaria de citar hoje: primeiro, transparência. Estamos falando de uma transparência mais sofisticada, que simplesmente provê informações; uma transparência que podemos chamar de transparência 2.0. Mostrarei exemplos concretos de como ela funciona. Também há o uso para fins eleitorais, como bem explicou o Caio. O Obama deu um "show" nisso, e seu grande mérito não foi o uso da internet em si, mas a capacidade de dar poder para qualquer cidadão de articular e trabalhar para a sua campanha utilizando tecnologia. A tecnologia, então, diminui os custos de participação.

O Presidente Obama está mostrando que conseguiu muito bem usar as tecnologias para fins eleitorais. Mas, na gestão do Estado, a conversa é outra. Estamos acompanhando essas ações, e o problema é muito mais complexo. Ele está tendo muitas dificuldades. É sobre isso que vou falar mais tarde, ou seja, sobre o projeto da democracia da Câmara dos Deputados, sobre como as tecnologias podem ajudar na elaboração legislativa, por exemplo.

A tecnologia é muito utilizada também em atividades comunitárias. Pessoas que vivem em uma mesma localidade usam a internet para redes sociais, para se organizarem e realizarem ações com fins comunitários. É utilizada também para mobilização civil. O mesmo "know-how" utilizado, por exemplo, em campanhas eleitorais, algumas sociedades estão utilizando para fins de mobilização.

Vimos a experiência do Irã, mencionada pelo Caio. Em 2006 houve um levante contra o governo autoritário da Bielorrússia, quando as pessoas utilizavam a internet, usavam o "facebook" para se organizar e marcar compromissos. Mas vemos também o lado negro da democracia. Houve um contra-ataque. O governo autoritário também usou as tecnologias para ir atrás dos simpatizantes. O "facebook" é o equivalente ao nosso "orkut", um site de rede social onde umas pessoas se conectam a outras. Entrava no "facebook" e olhava quem estava participando, quem era amigo daquele líder, e ia atrás daquelas pessoas. Então, temos de ver que também existe o lado negro da democracia digital; as autoridades também podem utilizar isso para um contra-ataque.

Quais são as vantagens da democracia digital ou da democracia eletrônica para o Poder Legislativo? Vou focalizar mais a questão legislativa, porque é o que nos interessa neste momento. Primeiro, a transparência. O cidadão tem acesso a várias informações sobre o processo legislativo, sobre a fiscalização e o controle do Executivo, uma tarefa que, convenhamos, poderíamos exercitar melhor. Acredito que essa função poderia ser exercitada de forma mais intensa, com maior profundidade, com um acompanhamento da implementação das leis, e acredito que a tecnologia pode ajudar muito nesse processo. Transparência parece ser mais simples que participação. Participação significa uma interação maior do cidadão, da sociedade, com as instituições legislativas. Estou me referindo aqui ao cidadão comum, à sociedade desorganizada. A sociedade organizada, as corporações, os grupos de interesse, aqueles que têm condições de contratar escritórios de "lobbies", que têm ação no Congresso Nacional, já têm formas de acesso ao poder, independentemente de tecnologia. E a sociedade desorganizada, o cidadão comum que não pertence a nenhum grupo de interesse, que gostaria de participar? A tecnologia pode ajudar muito nesse processo, bem como os grupos minoritários. A grande vantagem é a redução dos custos de participação. Vivemos em um país continental, onde existe um alto custo para se chegar a Brasília. Marcar uma reunião com os Deputados é muito difícil, porque eles têm uma agenda muito cheia. Então, a facilitação da distância pode ter a tecnologia como uma grande chave e resolver esse custo de participação, proporcionando, assim, mais acesso aos centros de decisão. Temos ainda a qualidade da deliberação pública de forma geral, ou seja, mais discussão na esfera pública, mais discussão na sociedade sobre vários pontos. E por que tecnologia? O que ela trouxe de novo? Grande parte dos presentes tem mais de 30 anos. Vimos o surgimento da internet, o surgimento dos microcomputadores pessoais e como tudo isso tem mudado vários setores. O que significa isso? Por que não havia uma democracia mais participativa antes da tecnologia? Temos alguns elementos. Primeiro, a capacidade de permitir uma participação não linear. Quando os Deputados chamam pessoas da sociedade para uma audiência pública, ocorre uma discussão. Vem uma pessoa, depois outra. Existe uma sequência e uma limitação, pois as pessoas têm que vir aqui. A internet, em tese, possibilita discussões variadas e com diferentes intensidades, que não precisam ocorrer de forma sequencial nem linear. Podem ocorrer em momentos diversos e com vários tipos de participação. Depois mostrarei como isso funciona na prática. Além disso, a discussão não precisa ser feita ao mesmo tempo. Depois de trabalhar o dia inteiro, a pessoa pode, à noite, incorporar novas ideias à discussão.

A tecnologia tem, ainda, a capacidade de granularização, ou seja, de dividir a participação em várias etapas. Um dia você pode postar um comentário, no outro pode participar de uma enquete, pode colocar um documento ou pode acessar um vídeo. Existe essa capacidade de dividir, de granular essa participação. Um dos principais pontos são as novas interfaces. A tecnologia permite a interação com outras pessoas, com outras instituições de várias formas, e não apenas presencialmente. É possível fazer isso por meio do computador, da TV digital, do telefone e, no futuro próximo, teremos o "e-book" e outras coisas que estão inventando.

É importante sabermos que a democracia eletrônica tem várias aplicações, e mostrarei algumas experiências bem concretas. Isso é tudo muito bonito, mas tem funcionado na prática? O que o mundo tem feito? Todos os dias pipocam dezenas de experiências, cada uma mais diferente da outra, segundo as peculiaridades e necessidades de cada país. Farei um "pout-pourri", não necessariamente ligado à experiência do Legislativo, mas relativo a experiências interessantes que é importante conhecer. A primeira delas é a do FixMyStreet, um "site" muito famoso. Nele as pessoas colocam seu CEP e informam, por exemplo, que há um buraco na rua. Isso fica registrado no "website", que é acessado pelas autoridades. Quando estas fazem o conserto, fecham o buraco, elas postam essa informação de que o problema foi resolvido. Vocês podem ver aí embaixo os números. Há 645 declarações de problemas na última semana; no último mês, foram resolvidos 1.370 e, no total, 67.806 reclamações foram postadas. Isso serve como uma forma de pressionar as autoridades, além de ser útil, pois, às vezes, elas não têm como mapear os problemas. Essa é uma forma de mostrar que a sociedade pode ajudar as instituições públicas. Essa é a tendência atual, pois as instituições precisam da ajuda da sociedade. Esta, de forma voluntária - esse projeto foi organizado por um instituto chamado My Society, sem fins lucrativos -, desenvolveu essa ferramenta e nada cobra por ela, sendo de grande utilidade pública, pois é bom que as autoridades saibam onde estão os problemas. Outra experiência ocorre muito por aí: a questão da mobilização e das campanhas com a finalidade de atingir alguns objetivos políticos.

Há uma crítica muito grande em relação ao Congresso americano, e acreditamos que o nosso Legislativo está em crise, assim como a Câmara e o Senado. Posso dizer que essa crise no Legislativo ocorre no mundo inteiro. O Congresso americano também tem recebido muitas críticas, e uma delas, que pipocou muito, diz respeito à política pública de saúde, que é um problema muito sério nos Estados Unidos. Ocorreu uma grande divisão histórica entre dois partidos, com uma polarização muito grande entre o Partido Republicano e o Partido Democrata. Diziam que os Deputados não estavam lendo a lei. As mudanças em um texto extenso não estavam sendo acessadas em tempo real, e as pessoas não sabiam o que estava sendo votado, assim como os próprios Deputados não sabiam. A campanha "Read the Bill" serviria para que o cidadão pudesse ler o projeto de lei. Teria de informar o seu CEP e "e-mail", e, automaticamente, era enviada uma mensagem ao seu Deputado, como forma de pressão. Caso preferisse, seriam informados os números dos telefones dos Deputados da sua região, para que ligasse na mesma

hora. Isso auxilia o processo de mobilização. Nos Estados Unidos, há muitos projetos com esse objetivo.

A Sunlight Foundation é uma fundação com o mesmo objetivo da My Society. Talvez falte isso no Brasil, ou seja, fundações e institutos sem fins lucrativos e sem rabo preso em nenhuma corporação, que invistam em projetos de utilidade pública. Há esse projeto similar, que defende a votação de um projeto de lei, com uma tabela informando qual Deputado e Senador é a favor e qual é contra. Se você for a favor, deve informar o seu CEP e mostrar isso aos Deputados da sua região. A pessoa também pode ligar para o Deputado e dizer: "Deputado, sei que o senhor é contra, mas o senhor não deseja mudar a sua opinião e passar a ser a favor?". Imaginem como está a rotina dos Deputados e dos Senadores americanos! Eles têm recebido ligações e "e-mails" em seus gabinetes o tempo todo. Isso, inegavelmente, tem proporcionado maior transparência ao processo.

No que diz respeito aos países do Terceiro Mundo ou em desenvolvimento, sabemos que uma das melhores experiências são feitas por países extremamente pobres, como a Índia e a China.

O grande benefício desse projeto é não ter nada com a internet, pois é voltado para os agricultores, ou seja, para os chamados boias-frias, que não sabem nem ler, pois não têm acesso à educação, mas que têm telefone celular, que é um fenômeno, pois todos o têm. No deserto do Egito, podemos ver um beduíno com seu camelo e um celular na mão. Esse é um aparelho altamente massificado, pois ainda há uma grande exclusão digital. Esse projeto foi desenvolvido também pela Universidade de Stanford, se não me engano. O agricultor envia uma mensagem pelo celular, dizendo que está tentando plantar milho, mas está havendo uma praga, e ele não sabe como lidar com esse problema. Outros agricultores do país inteiro acessam essa base, assim como oficiais e trabalhadores do Ministério da Agricultura, e podem oferecer uma solução para o problema. Depois de uns três dias, o agricultor pode ligar novamente e obter uma solução para o seu problema. Trata-se de uma tecnologia analógica, muito rudimentar, utilizada para melhorar os processos. Esse projeto é maravilhoso. Há também o Pledge Bank. Se a pessoa desejar criar uma biblioteca pública em seu bairro, pode criar um sistema de mobilização e dizer: "Moro aqui em Lourdes e quero criar uma biblioteca. Há alguém interessado em me ajudar nesse projeto? Necessito de, pelo menos, 20 pessoas". Então, as pessoas cadastram seus nomes e, depois de um tempo, faremos as organizações e as reuniões.

Esse é um projeto africano, que está "bombando". É um projeto de grande referência internacional, que foi elaborado pelo Quênia. A ideia é permitir a localização geográfica de alguns problemas. Por exemplo, há alguns países africanos que sofrem com a falta de medicamentos em várias áreas. Se o cidadão vai ao hospital público buscar um remédio contra a aids e não o encontra, ele utiliza o seu celular básico, envia um SMS, uma mensagem, um torpedo para um número daqui, e essa mensagem mostra no mapa, no "site", que existe aquele problema naquele lugar. As autoridades públicas e a própria sociedade veem, no mapa desse país, os remédios que faltam e em que lugar estão faltando. O México utilizou isso para fins eleitorais. Eles colocaram ali os diversos problemas eleitorais que houve durante uma eleição ocorrida lá. Se o cidadão vê que há uma campanha pré-urna, pode mandar um torpedo falando sobre esse problema. Ele tem o número exato para fazer isso. Todos veem, no mapa do México, onde existem mais focos de irregularidades para fins eleitorais. Então, isso traz uma ideia de transparência.

Em Belo Horizonte há a experiência do orçamento participativo digital, que é uma referência internacional e motivo de orgulho para nós. Juntaram as duas coisas: eventos presenciais "off-line" e a participação digital, de modo a incluir quem podia e quem não podia participar das assembleias. Essa mescla entre coisas "off-line" e as possibilidades digitais é um fenômeno muito importante e é uma tendência. Temos que trabalhar isso.

Minha exposição, até agora, tratou do tema de forma geral. Agora falarei sobre algumas questões relativas à transparência 2.0, à transparência legislativa, que é algo que nos interessa. Antes de qualquer coisa, quero dizer o que entendo por transparência legislativa. Existem dois tipos de transparência. Uma delas é a transparência relativa a como os Deputados utilizam os recursos, como gastam a verba que têm, como contratam os funcionários, como utilizam toda a estrutura disponível. Já avançamos muito, no Brasil, de forma geral, com o trabalho da imprensa e das instituições legislativas.

A outra transparência a que me refiro é a ação parlamentar, ou seja, como o Deputado age, como é sua presença nos eventos parlamentares, quais os discursos, os posicionamentos e os votos. É um foco na sua ação durante o exercício do mandato. Os pontos mais importantes da minha exposição estão sintetizados neste "slide". O Brasil, de forma geral, está muito atrasado em relação a isso, e temos que investir nessa questão. Sou um militante dessa ideia, que está "bombando", que está "arrebentando", que está acontecendo com muita intensidade nos Estados Unidos e na Europa de forma geral. É uma parceria entre a instituição legislativa e a sociedade. A instituição legislativa, além de prover os dados nos seus "websites", como o Sérgio disse, pois temos que colocar nos nossos "websites" todas as informações sobre votações, perfil dos Deputados, etc, tem que fornecer esses dados brutos para a sociedade e deixá-la trabalhar, cruzar esses dados e fazer uma série de utilizações, por intermédio da tecnologia, mostrando os comportamentos, os funcionamentos e os perfis de várias formas para ter uma visão muito mais elaborada, profunda e sistematizada do Legislativo. Talvez isso seja o mais importante.

E como isso acontece? Darei alguns exemplos clássicos: o Open Congress, do Congresso Nacional, elaborado pela Sunlight Foundation, fundação a que me referi anteriormente, e é, talvez, a mais bem-sucedida experiência do Transparência Legislativa 2.0. Portanto, utiliza-se de todos esses dados dos Deputados, que são formatados e transformados em perfis. Tomei como exemplo um Deputado republicano. Ele mostra quais os Deputados com quem ele vota de forma mais similar dentro do partido. Mostra também os Deputados com quem ele não concorda nas votações dentro do partido, para ajudar a montar seu perfil no partido. Além disso, dá várias outras informações. Há aqui um "ranking" organizado pelos próprios internautas, que lhe deram nota 48% em sua atuação. Há também uma série de informações bastante sofisticadas sobre quem ele é, quais os seus trabalhos, seus discursos, os "blogs" e qual é o "link" para a sua "web" página. Temos de ver que isso dá uma grande visibilidade e é um portal de propaganda para aqueles parlamentares que, segundo alguns critérios, fazem um bom trabalho.

Um outro "website" também na mesma linha, só que agora é em inglês, é o They Work for You, que também foi elaborado pela My Society. Ele também tem basicamente as mesmas coisas do Open Congress: você pode enviar uma mensagem rapidamente, pode cadastrar-se para receber informações sobre o Deputado. Você cadastra o Deputado ou o conjunto de Deputados por quem tem interesse e recebe, por "e-mail" ou por mensagem, tudo o que aquele Deputado faz: os discursos que apresenta, os projetos, as emendas, como ele votou. Uma coisa muito interessante que fazem é montar o perfil do Deputado. Vejam, por exemplo: ele está dizendo que esse Deputado é muito fortemente contrário à transparência do Parlamento; quer dizer que ele sempre vota contrariamente, sempre manifesta-se contrário nesse ponto. Mas ele é mais moderadamente a favor do banimento do cigarro. Vai-se listando uma série de demonstrações de como ele se comporta, como tem votado, como tem atuado. Isso é muito bom pelo fato de diminuir a capacidade de manipulação do político de seus diversos públicos e eleitorados. Isso evidencia uma atuação de forma mais contundente, não podendo mascará-la. Esse projeto, além de cruzar todas essas informações sobre a atuação do Deputado, mostra também de quem vem o dinheiro do financiamento das campanhas dos parlamentares, deixando clara a relação da sua atuação parlamentar com a fonte dos recursos recebidos em campanha.

Existe uma série de "websites" que fazem isso, e esse é um deles: Following the Money. Na campanha de 2006, tomei como referência o Estado de Massachusetts, mostrando quanto foram as doações, e obviamente temos isso no Brasil também. Mas a grande diferença são os vários cruzamentos que eles fazem colocando, por exemplo, a quantia de doações advindas do setor de agricultura, das empresas de agricultura, feitas para as campanhas. Quem ganhou mais dinheiro do setor de agricultura e quem o deu? Depois, as pessoas podem comparar com sua atuação e ver quem é a favor ou contra determinado posicionamento político.

Temos no Brasil algumas experiências, muito mais simples. Uma delas é a Congresso Aberto, que tem mais ou menos esse perfil, mas tem dificuldades muito grandes porque nossas instituições legislativas ainda não dão esses dados abertos. É isso que acho que precisamos fazer. A Câmara dos Deputados tem o projeto Site Câmara, que disponibiliza alguns dados, de algumas formas, mas temos ainda muito a melhorar. A

tendência mundial, com o lançamento do governo americano do "website" data.gov, coloca várias informações nesses formatos. É preciso ter dados brutos, processados por máquina, ou seja, não podem ser em arquivos "word", arquivos de PDF, têm de ser legíveis por máquina, atualizados, completos, sem necessidade de registro, sem necessidade de licença, para que qualquer cidadão, de posse desses dados, possa formatá-los da melhor forma que quiser, e a sociedade, de forma geral, ganhará com isso.

O terceiro ponto é a participação. Falamos de transparência. Uma coisa é colocar os dados, fazer os vários cruzamentos e permitir que a sociedade tenha várias informações sobre a instituição legislativa. Outra coisa é como as pessoas podem participar do processo legislativo. O cidadão pode participar durante a apreciação do processo legislativo, durante o processo de fiscalização e controle do Poder Executivo e também durante a implementação das leis. Existem vários tipos de participação. Para termos uma referência muito clara, gostaria de enfatizar que, na participação bilateral muito convencional, quando a pessoa manda carta ou "e-mail" para um Deputado e pede encontros, essa informação demora muito tempo para chegar, já que os parlamentares têm uma agenda muito cheia e difícil. Às vezes é difícil conseguir acessar os Deputados e ser recebido por eles individualmente. Por isso é importante enfocarmos a participação multilateral, colocando as pessoas numa grande esfera pública de participação. E a tecnologia pode ajudar nisso. Quando há um evento aqui na Assembleia, tem-se obviamente uma capacidade limitada de participantes devido a questões de espaço e tempo. Mas a tecnologia pode ajudar a expandir a participação e melhorar a discussão, incluindo múltiplos participantes numa grande arena pública.

Fizemos, na Câmara, várias pesquisas sobre o que o mundo está fazendo em termos de parlamento, e o que os parlamentos estão fazendo em termos de participação do processo legislativo. Há uma experiência no parlamento basco, uma região da Espanha, em que as pessoas colocam opiniões, sugestões, dúvidas e perguntas e qualquer partido político pode responder às pessoas. Isso tem sido muito interessante, porque gera uma certa competição entre os partidos políticos e toca em um ponto essencial: a falta de incentivo de alguns parlamentares em participar desses processos. Outra experiência interessante ocorre na Nova Zelândia. São processos muito simples de participação, que irão sofisticar-se ainda mais. Lá as comissões abrem prazo para a sociedade apresentar sugestões. Depois, os Deputados avaliam as sugestões dentro das comissões, fazem um relatório dizendo quais foram aprovadas e por quê. A experiência da Catalunha 2.0 é uma grande vantagem, porque integra várias redes sociais, pelo menos as principais fontes de instrumento de redes sociais, de conectar "notebooks" a "twitter" e fazer um sistema de comunicação utilizando as grandes mídias. O problema disso é a necessidade de grande quantidade de recursos humanos para funcionar.

Até então as experiências são mais superficiais, geram uma participação aqui e outra ali. Mas isso tem melhorado a qualidade das leis? Têm colocado realmente mais pessoas participando do processo? A proposta do Chile vai um pouco mais fundo na questão. É um sistema de enquete muito simples - você diz "sim", "não" ou "se abstém" - de vários pontos de vários projetos de lei. Você é a favor do aborto? Você é contra o aborto? Você é a favor do aborto em caso de violência da mulher? E você pode incluir sugestões que não estão enumeradas ali. Depois, tudo isso é mandado para os Senadores, que podem ou não utilizar isso.

Há uma experiência de democracia na Câmara dos Deputados, da qual fui supervisor. Estou licenciado agora para estudar um pouco mais sobre isso. Tivemos seis ou sete meses de projeto, e gostaria de compartilhar com vocês o resultado dele, os lados positivos e negativos, até para termos uma referência de lições aprendidas. É muito bom esse processo de planejamento estratégico da Assembleia, porque significa dizer para onde vamos e como vamos.

É importante verificarmos o que está sendo feito por outras instituições, para não cometermos os mesmos erros. Isso partiu da sensibilidade política do Presidente da Mesa, Deputado Michel Temer, de que era preciso melhorar esse processo de interação com a sociedade. Recebemos todo o apoio da alta direção da Câmara e começamos a fazer as pesquisas necessárias. Coordenamos o Observatório de Práticas Legislativas Internacionais, que é um minicentro de pesquisa. Verificamos o que existe em outros países, e as experiências que mostrei são alguns exemplos disso aí.

O Sérgio tocou em um ponto importante. Deputada Presidente, há grande preocupação dos Deputados quanto a isso, não dos nossos aqui, pois esse foi um projeto muito bem recebido na Câmara. Os Deputados querem e estão dispostos a trabalhar essa ideia. Todos os Deputados com os quais conversamos ficaram muito animados, apoiaram a ideia. A classe política está preparada para isso tudo. No caso do Parlamento europeu, eles ficaram muito preocupados, achando que estão dando muito poder para a sociedade e que, daqui a pouco, o parlamento já não será necessário e perderão seus empregos. Mas não é esse o objetivo da e-Democracia. Acreditamos que a democracia representativa deve continuar do jeito que está, mas deve ser aperfeiçoada. As pessoas, participando mais, podem melhorar e azeitar a capacidade de representação. O sistema é bom, mas precisa de complementos. A tecnologia ajuda nesse processo de participação, conciliando democracia representativa com democracia participativa, trazendo uma melhor relação desse mundo social e real, de reunião de ideias que ocorrem em eventos presenciais, utilizando as ferramentas digitais e a interação com o parlamento. É preciso melhorar a setinha pontilhada que vocês estão vendo à sua direita, embaixo.

As vantagens de se executar um projeto de democracia é que há a possibilidade de uma participação popular virtual, organizada. Podemos ver quem está dizendo o quê, de onde vem essa participação. Precisamos utilizar aquela sistemática citada pelo Prof. Caio Túlio, ou seja, as empresas são espertas. Começam a mapear seus clientes sabendo como eles se comportam, o que querem. Será que as instituições legislativas também não devem fazer isso? Conhecer melhor nossos cidadãos, nossos eleitores, mapear suas necessidades para melhorar a forma de prestar serviço do ponto de vista legislativo? A tecnologia permite isso. Como já disse, também permite a redução dos custos de participação. Com a democratização do debate pela via "web", todos podem participar da gestão do conhecimento. Essa pode ser uma organização com a visão de quem disse o quê. Isso pode ser colocado em tabelas, ficando registrado para o resto da vida.

Esse é o portal da e-Democracia, a ideia do Brasil sendo construído de forma colaborativa. Começamos com um projeto-piloto, porque isso tudo é muito novo. É importante dizer que democracia digital é um negócio extremamente novo, ninguém tem a forma que funciona ou que não funciona, todos estão engatinhando e aprendendo sobre esse assunto. Achamos por bem lançar uma experiência, vamos aprender verificando como a sociedade reage a isso, como a classe política reage a isso, e vamos ver como a organização reage a isso. Temos alguns resultados preliminares que queria mostrar para vocês.

As pessoas, às vezes, não entendem qual é a ideia desse trabalho. Por isso temos de melhorar a forma de mostrar essa ideia. Nesse primeiro momento, a sociedade pode participar da construção de alguns projetos de lei. Inicialmente, enumeramos dois projetos de lei que estão em andamento na Casa: um, sobre mudança do clima, e o outro, que cria o estatuto da juventude. Durante a discussão desses projetos de lei, verificaremos como a sociedade pode auxiliar. A ideia não é a sociedade fazer a lei, mas apresentar informações estratégicas, ideias e sugestões para que os Deputados possam fazer uma lei melhor, mais democrática. Achamos importante desenvolver um mecanismo múltiplo de participação. É possível participar da forma que quiser, na hora e como quiser. Se quiser participar apenas de uma enquete sobre aquele assunto, pode fazer assim; se quiser apresentar ideias mais sofisticadas, é só ir aos fóruns e apresentá-las. Se é um professor com ótimas ideias, mas não tem tempo para acessar, pode fazer um "upload" do seu estudo e colocá-lo lá. Assim, as pessoas, os Deputados, os técnicos, os consultores da Casa têm acesso ao estudo. Se quiser, pode simplesmente ler uma notícia sobre o assunto e comentá-la. Uma das participações mais interessantes no Estatuto da Juventude, por exemplo, foi a de uma índia de uma tribo do interior de Mato Grosso. Totalmente alfabetizada, seu português era muito bom - deve ser descendente -, era líder comunitária de indígenas da região. Estamos pesquisando sobre isso. Podemos tentar conectar o mundo "on line" ao mundo "off line". Pessoas como essa, que têm acesso à internet, podem fazer discussões presenciais na tribo, com o pessoal que às vezes não sabe nem falar português direito, quanto mais entrar na internet. Ela pode traduzir essas informações, passá-las para o sistema, e essas informações e opiniões passarão a fazer parte de um grande processo de construção das leis no centro do poder, em Brasília. Infelizmente, a discussão foi encerrada antes de termos tempo de examinar isso, mas nos mostrou a potencial capacidade de, a exemplo de Obama, disponibilizarmos pessoas que podem ser conectores com grupos que não têm acesso à internet, minimizando os efeitos da exclusão digital.

O jurista que quiser participar profundamente poderá recorrer ao Wikilegis, ferramenta desenvolvida por nós, que exhibe projeto de lei, que pode ser alterado. Pode-se fazer como quiser e juntar pessoas para ajudar nesse processo. Ou você mesmo pode fazer seu próprio projeto de lei. O resultado disso tudo são apenas informações. Os Deputados são os legítimos representantes da sociedade, especialistas em políticas públicas. Constitucionalmente habilitados para defender os interesses da sociedade, processarão isso conforme a política praticada hoje em uma democracia representativa. No entanto, talvez possam decidir melhor ouvindo mais pessoas, obtendo mais informações. É o que pretende o projeto. Tentamos deixar bem claro que as pessoas não vão elaborar a lei, mas ajudarão os Deputados a elaborá-las. Por participação, temos de entender que às vezes podemos expressar opiniões sobre o problema, para o qual eventualmente você não tem solução, mas você pode entendê-lo. O médico que trabalha em hospital público tem seus problemas, vive o dia a dia no hospital público e pode oferecer sugestões interessantes para os Deputados, por meio da plataforma da questão da política pública de saúde, por exemplo, mas talvez não esteja interessado em participar de outras discussões. Não é uma boa forma de aproveitar essas experiências, esses conhecimentos? Talvez a elaboração das soluções que terão o conteúdo da lei seja um pouco mais técnica e específica e possa contar com outras participações. Para isso é importante segmentar os tipos de participação.

Esses são os resultados. Passarei às conclusões. Quase 3.000 membros foram cadastrados. Houve fóruns temáticos, muitas postagens - algumas funcionaram bem; outras, nem tanto. Aconteceu um fenômeno muito interessante, no qual talvez resida o grande ganho do projeto.

Darei um tempinho para vocês lerem esses dois exemplos. Na verdade, são opiniões, sugestões de dois jovens, entre outras tantas, sobre a necessidade de no Estatuto da Juventude haver elementos para a questão profissional. Fica a grande pergunta: isso gerou alguma coisa? Bom, essas informações foram processadas, foram computadas pelas assessorias dos Deputados, foram levadas à Deputada Manuela D'Ávila, relatora da matéria, que as transformou em um substitutivo. Ela colocou expressamente essas opiniões e sugestões em uma forma legislativa, em um projeto de lei, em um substitutivo que ela apresentou, que está marcado de vermelho. Ele ainda não virou lei, porque ainda não foi aprovado, mas se isso acontecer - e pode acontecer a qualquer momento -, vocês poderão observar que a opinião na internet de um garoto de 18 anos de qualquer lugar do Brasil, da sua casa, sem gastar nada, pode contribuir para a criação de leis que vão repercutir por um bom tempo na sociedade. Tudo isso é absolutamente experimental, ainda temos de provar. Não quero chegar a nenhuma conclusão, mas pelo menos isso pode vislumbrar o cenário que pretendemos.

Lições aprendidas com tudo isso. Como estamos em processo de experimentação, todos - as organizações, as instituições legislativas, os Deputados, os políticos e a sociedade - temos o direito de errar, porque ninguém sabe ainda como fazer essa democracia legislativa, digital e eletrônica. Temos de investir em experimentação. Acho que a sociedade tem que ser paciente nesse sentido. É necessário agir, apresentar projetos que tragam inovação, pesquisar sobre eles - é preciso fazer muita pesquisa - e depois fazer reformulações, que é o que estamos fazendo no projeto sobre democracia da Câmara dos Deputados, com base na tentativa e nos erros. Uma coisa que estamos notando é que o tema importa. Alguns são melhores, mais fáceis de discutir e podem ter mais participação, outros, nem tanto. Por exemplo, o tema mudança do clima não deu muito certo. Estamos tentando entender o porquê disso. Talvez pelo fato de haver muito conflito e de as pessoas estarem esperando o evento de Copenhague. Estamos tentando entender o que aconteceu. O Estatuto da Juventude funcionou muito melhor, até mesmo porque a participação de jovens é maior. E isso faz toda a diferença. O contexto importa. Talvez o contexto da política internacional na questão de mudança do clima não tenha favorecido muito essa discussão. Então, o contexto, as condições políticas, sociais e econômicas podem favorecer mais a participação em um ou em outro assunto.

Desafios organizacionais. Temos aí um triângulo. A sociedade brasileira está preparada, quer, tem condições e está ansiosa para utilizar esses mecanismos. Os Deputados, os políticos de uma forma em geral também estão preparados, pois se adaptam muito facilmente às novas tecnologias, porque é uma forma de dar visibilidade ao seu trabalho e aumentar a compreensão que a sociedade pode ter sobre o processo legislativo. O maior desafio é organizacional e está no terceiro eixo dessa pirâmide. Ou seja, as nossas organizações públicas, legislativas do nosso Parlamento, das nossas Assembleias, estão preparadas? Por isso, enfatizamos que é muito importante desenvolver tecnologia e adaptá-la. Temos condições tecnológicas? Sabemos que as nossas equipes de tecnologia estão assoberbadas, porque tudo passa por tecnologia e são muitas as demandas. Como as demandas políticas muitas vezes interferem no processo tecnológico, o planejamento é bom para estabelecer as prioridades e ajudar nesse processo. Mas o aspecto técnico é muito importante, porque precisamos de tecnologia e de ferramentas boas, fáceis, que se conectam com as tecnologias já existentes.

Segurança "versus" interação. Temos um problema de segurança. Queremos abrir o Parlamento para que a sociedade participe. Mas e o problema dos "hackers"? Temos agora casos simbólicos de "hackers" chineses que invadiram a Gobit e extraíram informações de possíveis militantes contra o governo chinês. Estão fazendo isso com muita força. Segundo denúncia divulgada esta semana, às vezes, os chineses presenteiam os executivos ingleses com celulares, computadores, que dispõem de mecanismos que lhes enviam informações. Então, temos de tomar muito cuidado com a tecnologia, porque ela tem o lado negro. E os governos autoritários estão assimilando isso. Então, há esse conflito segurança "versus" interação.

Recursos humanos. Como iremos colocar pessoas para trabalhar em uma coisa absolutamente nova com as nossas equipes da Assembleia, das Casas Legislativas?

É preciso um grande treinamento. São coisas muito novas, precisamos alocar gente. É preciso haver gente alimentando isso, coordenando os diversos conteúdos. Esse é um grande problema.

Parlamentares. Sempre que houve participação direta dos parlamentares na plataforma, os Deputados se dispuseram a discutir projetos - como fizeram o Deputado Sarney Filho e outros -, e isso aumentou a participação das pessoas, que se sentiam importantes, achavam que era sério e queriam interagir com os Deputados. Sentimos que os Deputados têm de montar equipes para ajudar nesse processo, a fim de terem lá, digamos assim, um relações públicas digital. Isso toma tempo. Alguns parlamentares fazem a alimentação do Twitter, do Facebook, do Orkut, etc. É necessário que haja uma equipe preparada para isso.

Quanto à sociedade, sentimentos necessidade de investir em educação legislativa. Por exemplo, no caso da democracia, temos de explicar melhor o que é e como funciona o processo legislativo. As pessoas não entendem o processo legislativo, que é muito complicado. Demoramos muitos anos para entendê-lo. As pessoas não entendem que existem vários ritos, que é preciso haver um processo de discussão. É importante que essas formas de participação tenham processos setoriais muito sofisticados para facilitarem a compreensão das pessoas.

Objetivos. Resultados explícitos. Tudo deve estar muito claro: o que você quer com essa participação? Aonde pretende chegar? O que você quer da pessoa, a fim de que ela não alimente expectativas, que, depois, não serão correspondidas? Aí, a participação poderá ser um tiro no pé.

Forma, interface. O processo tem de ser fácil, gostosinho, colorido. Tem de ter poucas frases e mais elementos visuais. Tem de ter poucos cliques; um, dois e já está lá. Tudo isso faz diferença.

Forma múltipla de participação. A capacidade de as pessoas participarem de várias formas também é importante.

Discussão. Como disse, é importante conciliar discussões "on-line" com presenciais. Existe um tempo de incorporação desse processo. Demora algum tempo para que a sociedade o entenda, para que a instituição e os políticos se adaptem a ele. Devemos ter paciência.



Resultados. Isso foi efetivo, Cristiano? Essa é a grande pergunta. Não sei dizer. É cedo para respondermos isso. Estamos num processo absolutamente experimental. Isso gerou mais legitimidade? Acreditamos que sim. O Sérgio reforçou muito bem um ponto: precisamos desenvolver pesquisas para avaliar toda essa efetividade. É um grande papel, uma lacuna existente no universo acadêmico, não apenas no Brasil mas também em todo o mundo.

Isso foi bom para a democracia? Não sei responder. Isso é bom ou é ruim? Gerou mais resultados positivos ou negativos? Precisamos criar indexadores para medir isso. Acho que melhorou a qualidade da deliberação. As pessoas têm capacidade de fazer discussões em mais de um fórum. Isso é inegável. Mesmo que nada disso dê certo, no final das contas, houve mais transparência. As pessoas viram o processo legislativo, viram como as discussões foram feitas. Na pior das hipóteses, participação gera transparência.

As nossas organizações legislativas estão preparadas para isso? Essa é a grande pergunta que levantei aqui e com a qual termino a minha palestra. Como nos adaptaremos às novas tecnologias, com o engessamento institucional, com o qual, muitas vezes, temos de lidar? Com isso termino a minha fala. Muito obrigado pela atenção.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

#### Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - Neste momento, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que desejarem fazer uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensando-se a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Sabemos que é extremamente importante este seminário, porque a grande mídia tem um poder enorme. Ela é considerada muitas vezes como o primeiro poder no mundo, e não o quarto. Temos de aproveitar este momento oferecido por esta Casa e pela Escola do Legislativo, porque informação é poder. As questões serão apresentadas em bloco.

#### Debates

A Sra. Presidente - Pergunta de Lidyane Ponciano, do gabinete do Deputado Almir Paraca, dirigida ao Caio Túlio Costa: como você vê o interesse das "teles" no mercado de radiodifusão, como é o caso do PL nº 29, que tramita na Câmara dos Deputados?". Outra pergunta: "O que você acha do projeto do Eduardo Azeredo, o AI-5 Digital? Qual é o alcance das novas mídias em nosso país, que não tem a mesma inclusão digital que os Estados Unidos?". Pergunta de Tobias Albuquerque: "Obama continua utilizando o CRM para dar publicidade às suas ações de prestação de contas?". Pergunta de Gustavo, dirigida também ao Caio Túlio Costa: "Como o senhor vê o papel da nova mídia, da desmitificação de factóides, criados pela mídia clássica partidarizada? A mídia clássica tornou-se panfletária?". Pergunta oral do Sr. Guilherme Wagner Ribeiro.

O Sr. Guilherme Wagner Ribeiro - Minha pergunta é dirigida ao Prof. Sérgio, mas os outros oradores também poderão fazer a própria abordagem. Sou funcionário da Assembleia. O Centro de Atendimento às Câmaras Municipais - Ceac - fez um levantamento e identificamos que apenas 27% das Câmaras Municipais de Minas Gerais têm "site". De acordo com esse percentual, dividindo-se as Câmaras pelo IDH, de um 1/4 das mais pobres, apenas 5% têm "site". Na ponta oposta, entre aquelas com IDH melhores, 60% possuem "site". Estou trazendo esses dados para fazer uma conexão, lembrando que apenas 34% dos brasileiros têm acesso à internet. Essas 234 Câmaras representaram um percentual de crescimento em quatro anos. De fato, esses 34% de brasileiros representaram um percentual de crescimento de 78% em um ano. Embora seja um entusiasta das novas tecnologias, tenho extrema preocupação com o alargamento do fosso que separa os já incluídos daqueles que estão excluídos. Se acharmos que a nova panaceia da democracia são as novas tecnologias, vamos ver que aqueles que já têm dificuldade de se inserirem na democracia formal ficarão ainda mais distantes. A democracia representativa, que tem a pecha - não sem razão - de ser elitista, corre o risco, se o eixo forem as novas tecnologias, de intensificar esse processo, no elitismo que a organiza e pelo qual ela se pauta. Essa é a questão sobre a qual eu gostaria de ouvir, que é a relação entre novas tecnologias e inclusão social.

A Sra. Presidente - Passaremos agora a palavra para o palestrante Caio Túlio.

O Sr. Caio Túlio Costa - Vou tentar responder às indagações rapidamente, para dar tempo ao Sérgio de falar sobre a questão do Guilherme. Primeiramente, o interesse das "teles" no mercado de radiodifusão é absolutamente legítimo. Qualquer pessoa pode ter interesse no mercado de radiodifusão. Isso é democrático. Que os governos, Executivos e Legislativos precisem regular esse interesse também faz parte da democracia. Está acontecendo uma mudança importante no eixo das empresas que dominam as empresas de comunicação em todo o mundo. Elas vêm de uma herança familiar, estão se profissionalizando e sendo adquiridas por outras indústrias. O Grupo Doursoux, que fabrica armas, aviões, armamentos e que pretende vender avião para o Brasil, é dono de empresa de comunicação. O Grupo Vivendi, que vem da indústria de água, é uma das maiores empresas de comunicação do mundo. O Hot Shield tem participação no "Libération", que é um jornal de esquerda da França. Então, é absolutamente legítimo que qualquer grupo empresarial tenha interesse em mídia. Isso pode levar a uma concentração maior ainda? Pode levar a uma concentração maior ainda. Cabe aos países, aos Legislativos regular a matéria do ponto de vista do interesse do país. Assim, sob o aspecto do interesse, é totalmente legítimo.

Em relação ao PL nº 29, que tramita na Câmara dos Deputados, o que se pretende é dar às empresas de telecomunicação a possibilidade de fazer a distribuição do sinal de televisão. Isso é absolutamente legítimo, e hoje as empresas de telecomunicação concorrem em pé de desigualdade com as empresas a cabo, que podem fazer telefonia fixa, telefonia celular e distribuição de sinal de televisão, enquanto as "teles" só podem fazer distribuição de banda-larga e de telefonia fixa. Há, portanto, um desequilíbrio, e os legisladores têm de atentar para tal fato, a fim de ver como isso se resolverá. Tem de ser resolvido de fato.

Quanto ao projeto de lei do Azeredo, ele já voltou atrás em muitas partes de sua proposição, ou seja, daquela loucura de tentar regular a internet, que é irregular da maneira que ele queria. Não adianta querer botar limites no ilimitável. Do ponto de vista da legislação, hoje as nossas leis são capazes de coibir qualquer crime da internet, uma vez que ele pode ser rastreado. Está cada vez mais fácil rastrear, mas é uma briga de gato e rato entre os criminosos, os "hackers" do bem e do mal e a polícia especializada na internet. Essa briga de gato e rato, que ofende direito autoral, que ataca computadores etc., vai continuar e, infelizmente, todas as pesquisas e especialistas do mundo afirmam que isso não se resolve em pouco tempo. Pode ser que não se resolva nunca, por conta da própria especificidade da comunicação em rede. Os países e legisladores têm de se preocupar com isso, sim, mas não de maneira histérica ou absolutamente descolada da própria realidade da rede. Acho que o Senador Azeredo aprendeu muito e recuou um pouco, mas ainda temos muito a discutir nesse aspecto.

Alcance das novas mídias em nosso país: o alcance das novas mídias em nosso país é brutal. Já estamos chegando aos 180 milhões de telefones celulares e 85% são pré-pagos, estão nas mãos das classes D e E. A internet atinge 65 milhões de pessoas, o que representa 34% da população. O alcance é pequeno comparativamente aos outros países, mas o alcance da nova mídia não é. O Brasil está inundado de celulares cada vez mais sofisticados e que permitem o que chamamos de "pervasividade" da comunicação. Portanto, a nova mídia está presente. O que precisamos é melhorar a capacidade de trabalhar os conteúdos com os celulares.

Obama continua utilizando o CRM? Sim, continua. Todo aquele patrimônio que foi adquirido na campanha continua, em escala menor, sendo utilizado por ele para apoio dos projetos do governo junto ao Congresso. A vida em governo é muito diferente da vida em campanha, lá ou aqui. Há um aprendizado a ser feito em relação ao uso das redes sociais de todos os mecanismos do CRM em apoio ao governo, mas ele está usando de forma abusiva.

O papel da nova mídia na desmitificação de factóides criados pela mídia clássica. Acho que não é o papel da nova mídia, mas sim o papel do cidadão dentro da nova mídia. E a mídia clássica sempre criou o factóide, não está mais "factoidizante" do que já esteve. Muitas vezes as pessoas reclamam que tal publicação está muito ruim, está uma porcaria, e sempre digo: "Você é que está melhor. A mídia continua fazendo o que sempre fez". Ela tem um papel social que vocês podem chamar de viés, de factóide, do que for, mas ela tem um DNA que é dela. A nova mídia desmitifica isso por si; permite que instituições e indivíduos possam trazer o seu argumento e lhe dar visibilidade. É o caso típico da Petrobras, que publicou as demandas de entrevistas que estava recebendo e, num momento de total obscurantismo, foi criticada pela Associação Nacional dos Jornais, que disse que aquilo era uma forma de censura, que aquilo era uma relação entre a Petrobras e a mídia. Não, senhor! Toda instituição tem todo o direito de fazer isso. Ela é a detentora de sua informação e, hoje, tem poder de transformar isso em informação facilmente captável por qualquer um. A nova mídia ajuda a reforçar e desmitificar factóides. Então, a velha imprensa, a mídia clássica está dentro do seu papel, dentro do seu DNA, representando aquilo que representa. Era isso que tinha a dizer.

A Sra. Presidente - Muito obrigada ao Caio, nosso palestrante. Agora, passaremos às perguntas feitas ao Sérgio. Pergunta de Lidyane Ponciano, do gabinete do Deputado Almir Paraca: "Em matérias jornalísticas, a tecnicidade da linguagem do parlamento utilizada em larga escala na internet não afasta o cidadão?". Pergunta da Maria Célia para toda a Mesa: "Como incentivar a participação virtual numa Casa Legislativa, onde a deliberação se concentra efetivamente nas mãos dos parlamentares? O cidadão comum não tenderia a achar que sua intervenção seria inútil?". Vamos passar a palavra ao Sérgio e depois ouviremos a Mesa nas considerações finais.

O Sr. Sérgio Soares Braga - A questão mais geral e envolvida é a das competências cognitivas para a utilização da internet. A diferença da internet em relação às outras mídias é exigir mais competência cognitiva. A pessoa se depara com um mundo enorme de informações e, para organizar tudo isso e se direcionar, tem de ter grande competência cognitiva, o que termina gerando todos esses "gaps" entre a elite treinada e um percentual significativo da população que não consegue utilizá-la. Em resposta à questão da exclusão digital - se há correlação entre IDH e índice de informatização -, há essa relação em nível agregado. Não fiz nenhum teste estatístico para mensurar intensidade. Observa-se claramente nos gráficos que os Estados do Norte e do Nordeste possuem menor índice agregado de informatização, de uso da internet, assim como ocorre nas Câmaras Municipais daqui. Vários estudos demonstram isso. É o famoso "digital divide". Se você analisar essas informações de forma menos agregada, essa relação não será tão absoluta. Por exemplo, o Paraná apresentou baixo nível de informatização, no momento em que fiz a pesquisa, mas é um Estado com IDH maior que muitos do Nordeste, como Pernambuco e Ceará, que tiveram maior desempenho. A relação entre IDH e grau de uso da internet serve para explicar muito pouco, de forma muito agregada. Quando se explica o uso em cada casa legislativa, tem-se de mediar pelas características organizacionais de cada Legislativo. O problema da exclusão digital sempre é mencionado, quando se discute internet. Lembro-me de que, quando foi feita a Revolução Francesa, apenas 1% da população da França era alfabetizada, o que não impediu a Igreja Católica de censurar as obras dos filósofos iluministas, como Rousseau e Voltaire. Apenas 1% da população foi suficiente para fazer a Revolução Francesa, que mudou o curso da humanidade. A literatura iluminista teve grande importância. Quando analisamos a internet, temos de fincar um pé na realidade, senão começaremos a viajar e não veremos que a internet se articula ao mundo real de maneira complexa. Acho que a internet gerará a emergência de novos tipos de elite, com novas características: novos tipos de elites dirigentes, de empresas, de políticos. Ocorre isso: o deslocamento de elites. Não quer dizer que toda a população terá acesso à internet de uma hora para outra e começará a participar politicamente. Isso nem é necessário para promover mudança. Quem disse que, se todos acessarem os "sites" e participarem, haverá efeitos necessariamente positivos? Não necessariamente; às vezes, é melhor a participação menor, mas mais bem organizada, que a participação de toda a população. Participação tem custo; cada um pode optar por participar ou não. Não é necessária a participação de todos para que as coisas funcionem bem, do meu ponto de vista. Temos de dar às pessoas oportunidade de participação. Se participarem ou verão "Big Brother" no domingo, à noite, é decisão de cada um. A democracia pressupõe liberdade de as pessoas não participarem também. É necessária a exclusão digital plena para produzir mudança? Pergunte aos chineses. Na China, a exclusão digital é pequena, e vejam o jogo que há em torno da internet, do bloqueio de informação. A exclusão digital não é valor absoluto. Acho que haverá, progressivamente. Tenho visão quase "schumpeteriana" a esse respeito. Essas ondas tecnológicas, quando ocorrem no capitalismo, tendem a se difundir. Haverá grande difusão de ferramentas digitais para a população. Todos terão celular, "smartphone". A tendência do capitalismo é que isso seja difundido para a população. Agora, a repercussão disso no mundo político é uma coisa complicada. A internet fará uma reorganização de elites. Aliás, faço um parêntese aqui: se eu fosse dar um conselho aos parlamentares e políticos, diria que não apostassem, nas eleições, todas as fichas na internet. Fiz uma pesquisa sobre os Vereadores de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre e observei que aqueles que exclusivamente usaram a internet e investiram muito nisso, mas não "linkaram" essa estratégia com o mundo real ou tinham uma base eleitoral incompatível e que não era digitalmente incluída, não foram bem sucedidos nas eleições. Então, não há uma correlação estrita entre o uso intenso da internet e a eleição. A internet é só uma mídia, uma vantagem competitiva que pode ser aproveitada, mas não é uma panaceia, como você bem falou. Concorro inteiramente com você. O fato de haver uma população excluída não quer dizer que a internet não provoque mudanças. Basta ver o caso da Reforma Protestante, da Revolução Francesa e tantos outros que ocorreram ao longo da história da humanidade.

A tecnicidade do argumento não afasta o cidadão? Qualquer tecnicidade afasta. Isso não diz respeito só ao órgão legislativo, e a minha resposta vai na linha da exposição do Cristiano. Você sempre terá pessoas encarregadas de legislar, da mesma forma que haverá médicos, técnicos e pessoas com competência técnica para tomar decisões. Isso não quer dizer que haja uma barreira intransponível de comunicação entre essas pessoas com maior capacidade cognitiva e que participam efetivamente do processo decisório e aquelas que são objeto das decisões. Hoje há várias ferramentas que servem para resolver esse problema, como o "marketing", a comunicação política. Esse é justamente o papel da comunicação política, do "marketing", ou seja, traduzir essas informações técnicas para a linguagem do cliente, do cidadão comum. Você deixa de comprar um carro, se não entender todas as suas tecnicidades? Não necessariamente. Você terá acesso à informação, segundo a competência cognitiva de cada um. As casas legislativas e os profissionais do mercado, de maneira geral, devem desenvolver mecanismos para tornar cada vez mais atrativas essas informações para o cidadão.

Sobre como incentivar a participação, penso que é isso. O Cristiano já respondeu um pouco sobre esse assunto, na sua exposição. Há várias ferramentas, como disponibilizar as informações de maneira transparente, aumentar a interatividade e abrir espaços. Esse processo deve ser gradual. Fiz um estudo, por exemplo, dos candidatos a Prefeito nas últimas eleições, no Brasil, e, entre todos - foram observados 175 candidatos a prefeituras, no primeiro turno das eleições -, 3 se destacaram e usaram bem a internet. Um deles foi o Kassab, de São Paulo, que usou muito bem as redes e várias ferramentas de "marketing". Há indícios de que isso efetivamente teve efeito no processo eleitoral, porque na eleição ele começou atrás nas pesquisas e ultrapassou o Alckmin e a Marta Suplicy, ao longo da campanha. Ou seja, ele usou muito bem a internet. Aliás, foi imitado, no segundo turno, pois começaram a proliferar Kassabinhos, o seu símbolo. Cito ainda o Gabeira, no Rio, que teve um "blog" com até 300 postagens diárias, em alguns momentos; e o Beto Richa, de Curitiba, utilizou muito bem a internet. Ele criou um "betotube" para driblar um pouco a legislação e houve mais de 500 postagens de vídeo lá. Então, devem ser criadas ferramentas atrativas para a participação das pessoas, facilitando o acesso e simplificando a comunicação. Quem vai ser responsável por isso? Os profissionais de "marketing" e comunicação. Essa é a tarefa desses profissionais, mais até do que dos cientistas políticos. Então, devem ser criados mecanismos de estímulo para que o cidadão se sinta ouvido. Esse é o grande desafio ao se estimular a participação. Apenas para encerrar, gostaria de dizer que, em Curitiba, nas últimas eleições, havia 38 Vereadores e apenas um do PT foi eleito. Ele usou intensamente a internet, aliás, foi o que melhor usou esse instrumento. O PT forneceu um "template" de "sites" de Deputados. Ele não o usou e, sabendo do desgaste da legenda desse Partido em Curitiba e que o Beto Richa era o favorito, fez um "site" com cores azuis e amarelas e começou a estimular a participação do cidadão. Portanto, ele teve uma grande quantidade de votos, pois efetivamente fez do "blog site" um instrumento de participação. Foi um caso bem-sucedido. O mais votado lá também agiu assim. Ele fotografava com celular sua visita aos bairros e estimulava as pessoas a votar. Com isso, obteve um sucesso muito grande e foi o candidato mais votado. Portanto, temos evidências de que a internet influi no resultado eleitoral, e um elemento fundamental é justamente a criação de oportunidades de participação, por mais simples que sejam. Às vezes, o indivíduo, ao postar uma foto sua abraçado com o candidato, já lança mão de um instrumento de participação.

Então podemos estimular isso simplificando os fluxos de comunicação e respeitando as dificuldades cognitivas. Postar um vídeo ou uma foto é uma maneira de o indivíduo participar. Não é preciso estudar o Regimento Interno da Assembleia de cabo a rabo para julgar-se no direito de participar da elaboração das leis. Basta colocar um comentário no "blog" ou no "site", pois essa já é uma forma de participação. A internet não é uma panaceia, as pessoas devem respeitar as diferenças cognitivas e não devem criar expectativas irreais em relação a seus efeitos. O Obama foi um caso singular que influenciará muito nas próximas eleições, mas isso não significa que esse padrão se repetirá em grandes proporções. Os candidatos devem estar bem conectados com o mundo real para evitar esse fenômeno que ocorreu nas últimas eleições: o indivíduo criou um "website" excelente, com muitas informações, mas não foi bem-sucedido em seus objetivos porque não conseguiu fazer a devida conexão "on line" e "off line", que é o grande desafio do uso da internet no processo político.

A Sra. Presidente - Agradecemos ao palestrante Sérgio Soares. Agora, passaremos as perguntas ao Cristiano Ferri. Edson Flávio Campos Francisquini questiona: "Parece-me que a Câmara Federal não disponibiliza, em seu 'site', informações sobre o destino das verbas de emendas parlamentares. Existe um projeto para publicar essa informação?"

Temos aqui outra pergunta: "Todos esses bons processos de participação da sociedade desorganizada no processo legislativo não esbarrarão sempre na vontade política dos parlamentares? Essa vontade política não predominará sobre a intenção de participação?"

O Cristiano Cordeiro pergunta: "A internet é vista com certo preconceito pela sociedade. Muitos não acreditam na veracidade das informações que lá estão. Diante disso, como fazer a população participar desse espaço de maneira adequada?"

A Lidiane Ponciano pede: "Por favor, faça uma análise comparativa entre as fundações que propõem projeto de lei de utilidade pública, citadas por você, e o pouco andamento das propostas aprovadas nas conferências nacionais, como é o caso da conferência de saúde e outras".

A Mércia pergunta: "O que a mídia ou a internet poderão fazer para melhorar a relação entre o público e os legisladores?"

A Cláudia Sampaio questiona: "No 'e-Democracia' existe alguma iniciativa de dados abertos? Você considera que os dados sobre execução orçamentária podem ser fornecidos em forma aberta? No 'e-Democracia', existe alguma forma de dar retorno direto ao cidadão quanto ao aproveitamento de suas contribuições?"

O Sr. Cristiano Ferri de Faria - Muito obrigado pelas perguntas, que são muito interessantes. Sobre as verbas orçamentárias, acredito que estão disponíveis. Essa é a informação que tenho. Temos de trabalhar muito em relação ao Orçamento para transformar essas informações que estão disponíveis, mas que às vezes estão muito truncadas, difíceis de serem entendidas. Ou seja, tem de ser um técnico especialista para entendê-las. A ideia de transparência 2.0 designa uma transparência acessível, inclusive para pessoas que não têm conhecimento técnico sobre o assunto tratado. Significa que temos de investir em interface, investir muito nisso, o que significa gente, técnicos, recursos humanos para fazer gráficos, fluxos dinâmicos. Alguns "sites" legislativos começam a ter essas coisas. Isso é mais na forma como mostra do que na informação em si. E, pelo que sei, essa informação está disponível.

Sobre o risco de os Deputados tomarem conta da participação, não há o perigo de isso acontecer, porque tudo que acontece em participações públicas está sendo visto por todos. Todo o mundo está vendo o que acontece nos fóruns. Os Deputados têm de se inteirar disso, mas não têm como tomar conta da participação. Eles vão interagir e utilizar essa participação. As pessoas podem ver, inclusive, o que foi aproveitado das participações e o que não foi. A participação está lá, está todo o mundo vendo e, depois, todos vão ver o texto final. Então, fazer essa relação de causa e efeito relativamente à participação é, acima de tudo, um grande projeto de transparência.

A credibilidade da internet. Um dos problemas que temos hoje é que se encontra tudo na internet, mas há muita bobagem também, por isso temos de fazer alguns filtros. Existem várias formas de fazer filtros das informações. Por isso, as instituições que trabalham com uma informação mais checada começam a apresentar mais credibilidade e acabam tendo prevalência e maior audiência na internet. Agora, queremos crer que um "site" de participação de uma instituição legislativa como a Câmara dos Deputados é um "site" respeitável, organizado de uma forma que permita ampla participação, com processos transparentes, em que os Deputados vão poder interagir. Então, esse problema da bobagem na internet não ocorre muito quando projetos da internet são desenvolvidos por instituições públicas.

Pergunta da Lidiane sobre por que leis de utilidade pública não são aprovadas em conferências nacionais. Não sei, não tenho a menor informação sobre isso, e posso dizer porque algumas não são aprovadas nos parlamentos. Você pode explicar melhor?

A Sra. Lidiane Ponciano - Você disse da participação popular por meio de fóruns, da política pública por intermédio da sociedade, dessa pressão que a sociedade faz no parlamento. No Brasil temos as conferências nacionais. Antes temos as etapas preparatórias, com a mobilização de toda a sociedade no País. Essas proposições são aprovadas em conferências nacionais e muitas vezes têm pouco andamento dentro do parlamento. Então quero saber em relação à pressão da sociedade para que esses projetos tramitem, de fato, no Congresso Nacional.

O Sr. Cristiano Ferri de Faria - Agora entendi. Obrigado. Qual é a repercussão dessas discussões dentro do parlamento? Como entram e que efeito têm? Temos de entender que o parlamento, a Câmara dos Deputados, tem hoje cerca de 18 mil proposições do Legislativo. Existem mais de 100 comissões em funcionamento, além das comissões permanentes e centenas de comissões especiais. Então vejo, e isso não é uma coisa apenas da Câmara, um grande "overload", um grande excesso de quantidade de demanda de proposições. Muitas coisas são bobagens, temos de falar isso, o que tumultua o processo de alguns projetos mais importantes. Existem projetos lá muito importantes que não passam porque são muito polêmicos, há muita briga interna, não há consenso, não entra nas pautas. Cada projeto tem seu problema. Mas uma coisa estrutural tem de ser dita: tem projeto demais e isso gera muita confusão. Temos de pensar em um processo de logística para fazer filtros melhores. Por um lado, é muito bom e democrático qualquer Deputado poder apresentar quantas proposições quiser. Isso é ótimo, mas, levado ao extremo, a democracia vira anarquia e gera uma série de problemas de tramitação de projetos mais importantes de serem discutidos. Sobre a relação dos dados abertos, pelo que sei isso ainda está engatinhando no Brasil nos Poderes Executivo e Legislativo. Como disse, a Câmara tem um projeto nesse sentido. Como ele funciona? Empresas ou escritórios que acompanham projetos de lei de interesse se cadastram, preenchem um formulário no "website" da Câmara e, com isso, têm acesso direto à base de dados dos projetos de lei para os seus sistemas. O lobista da CNI, por exemplo, não precisa conferir, entrar em cada um dos mil projetos de interesse da instituição no "website": ele tem os dados brutos, coloca no sistema dele e tem as informações de forma direta. Esse é o primeiro passo para os dados abertos. Isso deve ser algo maior, mais amplo. Primeiro, não deve ser necessário cadastro para ter acesso às informações. Qualquer cidadão deve ter acesso às informações. Algumas pessoas pensam que os Deputados não querem liberar os dados, mas não se trata disso. A Mesa Diretora sempre foi muito transparente e tem vontade de liberá-los, mas às vezes, o problema é técnico. Esses dados estão em diferentes bases e diferentes linguagens. Alguns estão em "word", outros estão em outro programa. Esse é um problema crônico de qualquer instituição pública brasileira. Juntar isso, organizar e deixar de forma utilizável por máquinas leva tempo. Tenham a certeza de que nosso desafio é técnico, e não político.

Alguém fez uma pergunta excelente sobre o retorno que a pessoa tem na participação direta na democracia. Realmente, pensamos em uma resposta mais geral, mas a ideia é excelente. Aceito sua pergunta como sugestão: temos que acrescentar. Claro que isso dará muito trabalho. Registrar que sua sugestão foi incorporada aqui e ali e que outra não foi. A prestação de contas da participação dá trabalho. Se você não coloca uma informação, a sociedade diz que o Deputado não está levando a sério. Entretanto, há um custo técnico e organizacional para se fazer isso. É preciso ter assessores para que façam essas análises. Acho que respondi a todas as questões.

A Sra. Presidente - Agradecemos ao Cristiano. Lembramos que este painel "As tecnologias da informação e comunicação a serviço da democracia" integra as ações da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para subsidiar a elaboração do planejamento estratégico para os próximos 10 anos. Certamente não o faremos sem levarmos em conta a comunicação, que é extremamente importante. Em Minas Gerais, realizamos a etapa estadual da Conferência Nacional de Comunicação, que foi convocada pelo governo federal. Em 2009, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, e Minas Gerais cumpriu sua parte ao convocar a conferência em sua etapa estadual. A Assembleia de Minas foi parceira da etapa estadual, que aconteceu nesta Casa. Isso é muito importante para nós, parlamentares. A Assembleia de Minas está sempre aberta à participação popular e à discussão de temas atuais. A discussão sobre o planejamento estratégico da Assembleia de Minas continua na próxima quinta-feira, dia 11 de fevereiro, de 9 às 12 horas, com o debate do tema "Os dilemas da representação e o papel do Parlamento das democracias contemporâneas". Os palestrantes são Paulo Roberto da Costa Kramer, mestre e doutor em Ciências Políticas e professor do Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Brasília; e Cícero Romão Resende de Araújo, mestre e doutor em Filosofia pela USP; e Cláudia Feres Faria, mestre em Ciência Política e doutora em Sociologia pela UFMG. Convidamos todos os presentes a participar da reunião de quinta-feira.

Encerrando este painel, gostaríamos de ouvir as considerações finais dos ilustres palestrantes, que deram uma brilhante contribuição ao tema. Com a palavra, o Sr. Caio Túlio Costa, para as suas considerações finais.

O Sr. Caio Túlio Costa - Gostaria de agradecer muito a possibilidade de ter estado aqui, de ter podido dizer o que disse e de ter ouvido o que ouvi. Parabéns ao Sérgio e ao Cristiano, que realizaram um trabalho excepcional. Sinto que, do ponto de vista do legislador, algo pode ser mudado. O caminho da busca da tecnologia é extremamente saudável. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Agradecemos as palavras do nosso palestrante Caio Túlio Costa. Com a palavra, para as suas considerações finais, o Sr. Sérgio Soares Braga.

O Sr. Sérgio Soares Braga - Gostaria de agradecer a atenção, de desculpar-me pelo tempo um pouco longo das minhas considerações e de reafirmar o meu otimismo em relação aos impactos da internet na política. Embora a internet não seja uma panaceia, com todas as dificuldades que o mundo enfrenta de relacionamento entre as pessoas e até de se situarem existencialmente perante essas mudanças, ela é um instrumento fundamental, que gera redes sociais e formatos descentralizados de relacionamento humano e de organização e que promoverá uma substancial mudança rumo a uma sociedade mais igualitária, apesar de que isso não será visto em curto prazo e do dia para a noite. Necessariamente, não chegaremos a uma ágora virtual de uma hora para a outra, mas o que motiva os pesquisadores dessa questão da internet é a potencialidade que esse instrumento tem de gerar esse novo tipo de sociedade. O investimento no aperfeiçoamento dessas ferramentas, em que essa sociedade se gestará, é progressivo.

Não caminhamos para uma ditadura e para a tirania, mas para uma sociedade cada vez mais democrática. Na história da humanidade nunca houve tantas Assembleias Legislativas, tantos partidos políticos e tantas eleições. Se há tanto mal-estar global, isso se deve ao fato de que, cada vez mais, emergem cidadãos críticos desse processo. Essa tensão na expectativa do mundo real gerará mudanças, para as quais a internet será um componente fundamental. Reafirmo o meu otimismo em relação ao resultado final desse processo.

A Sra. Presidente - Obrigada. Com a palavra, o ilustre palestrante Cristiano Ferri de Faria, para as suas considerações finais.

O Sr. Cristiano Ferri de Faria - Gostaria de agradecer imensamente à Presidente e a todo o corpo funcional e político da Casa e da Escola do Legislativo, que, mais uma vez, organizou este evento com maestria. Manifesto o prazer de estar aqui com o Caio Túlio e o Sérgio Braga. Este painel foi muito bem montado, pois foi muito complementar. O resultado foi muito interessante.

Gostaria de reforçar dois pontos de tudo o que disse. Vocês poderão dizer: o Cristiano disse um monte de bobagens, mas, pelo menos, falou sobre duas coisas importantes. Acredito que isso possa sintetizar tudo o que disse. Em primeiro lugar, a importância de liberar os dados e todas as informações disponíveis na Assembleia - como os Deputados votam, os discursos que fazem, as presenças -, assim como as informações administrativas. Isso deve ser colocado de forma bruta, acessível no "website", sem necessidade de cadastro, para que qualquer pessoa tenha acesso. Essa é a grande tendência mundial que está bombando por aí. As instituições liberam os dados, e a sociedade faz a sua parte. Temos que começar esse processo, que é irreversível. Se a Assembleia implementar esse projeto, será a primeira instituição pública a fazê-lo. Será uma referência nacional porque, inegavelmente, a sociedade está cobrando isso, inclusive em discussões na internet. A pressão será cada vez maior. O único desafio que temos é em relação à parte técnica: ter essas bases de dados espalhadas por aí em diferentes formatos e começar a juntar tudo isso. O que está disponível já deve ser liberado.

O segundo ponto relacionado à democracia digital é que temos três eixos: a sociedade, os políticos e a organização. A sociedade está preparada para isso. Os políticos, se não estiverem preparados, se adaptarão rapidamente. O problema maior são as organizações. Temos uma geringonça, um Godzill, uma máquina administrativa que não está preparada para as novas tecnologias para esse mundo 2.0. Os dez principais empregos procurados no "New York Times" em 2008 não existiam em 2004. Há uma estimativa de que, a cada dois ou três anos, o conhecimento geral da sociedade dobrará. Tudo isso está criando essa modernidade líquida, uma sociedade líquida. Mas as instituições públicas estão muito sólidas, e isso será rachado no meio em qualquer momento. Temos um desafio enorme, institucional e técnico de nos adaptarmos a esse processo. Temos que investir em capacitação, em treinar pessoas constantemente. Temos que poder contratar pessoas de fora. Isso é inovação. É preciso trazer pessoas de fora que conheçam o assunto, que já experimentaram, que já apanharam, que já sofreram, que têm lições aprendidas, para não cometermos os mesmos erros. É preciso dar um grande apoio aos serviços de tecnologia aliada à divisão estratégica, ao escritório estratégico da Casa. Esse é um bom começo. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Agradecemos aos palestrantes, a todos os presentes e à Escola do Legislativo, que tem um papel importantíssimo nesta Casa Legislativa, que, como disse um dos palestrantes, para fortalecer a democracia representativa, mas também caminhar para a democracia participativa e direta. Esse tem sido um dos objetivos desta Casa com a efetiva participação da Escola do Legislativo. Cumprimento toda a sua direção, que organizou este evento, a Assessoria desta Casa, os funcionários e a Mesa Diretora, que se dispôs a planejar os próximos 10 anos desta Casa, com o apoio de todos os Deputados e Deputadas, que propuseram esse debate, que foi extremamente importante. Com certeza, mesmo atingindo um grande público por intermédio da TV Assembleia, a participação presencial é fundamental para o debate, para que os parlamentares caminhem para radicalizar a transparência e a participação popular, que tem sido a tônica desta Casa. Muito obrigada.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Palavras do Sr. Paulo Roberto da Costa Kramer - Palavras do Sr. Cícero Romão Resende de Araújo - Palavras da Sra. Cláudia Feres Faria - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Antônio Júlio - Chico Uejo - Djalma Diniz - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Lafayette de Andrada - Marcus Pestana - Rômulo Veneroso.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Lafayette de Andrada, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do painel "Os dilemas da representação e o papel do Parlamento nas democracias contemporâneas". Este evento tem como objetivo discutir desafios e alternativas para que o Legislativo brasileiro, notadamente no âmbito estadual, reafirme seu lugar como referência de participação do cidadão nas decisões políticas, especialmente num contexto de crescente multiplicação e dispersão das formas de organização e vocalização da sociedade. O evento é parte das ações da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para subsidiar a elaboração de seu planejamento estratégico para os próximos 10 anos.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Cícero Romão Resende de Araújo, Mestre e Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP - e professor do Departamento de Ciência Política da referida Universidade; a Exma. Sra. Cláudia Feres Faria, Mestre em Ciência Política e Doutora em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - e professora do Departamento de Ciência Política da mencionada Universidade; e o Exmo. Sr. Paulo Roberto da Costa Kramer, Mestre e Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ - e professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília - UnB.

Informamos ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores, por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos organizar os debates, esclarecemos que os interessados já poderão encaminhar suas inscrições e seus questionamentos durante o transcurso das palestras.

#### Palavras do Sr. Paulo Roberto da Costa Kramer

Bom dia a todos. Na pessoa do Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, cumprimento todos os presentes. Agradeço a oportunidade de participar, ao lado de colegas tão brilhantes, de um evento tão importante como este do planejamento estratégico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Não preciso estender-me muito por causa da excelência da civilização mineira, sobretudo da sua cultura política, que elevou a política à qualidade do que ela realmente é: muito mais do que uma ciência, uma arte. Por isso também estou muito feliz em estar aqui.

Não seguirei servilmente a ordem das minhas transparências porque, como sempre faço, produzi transparências demais. Mas todos, se quiserem, poderão ter acesso à íntegra da apresentação.

A primeira coisa que gostaria de esclarecer é que se fala muito em democracia participativa, democracia das bases, democracia isso, democracia aquilo. Eu sou um liberal, graças a Deus, e, na minha opinião, nem a lição da democracia representativa nós fizemos direito, porque laboram contra isso, no Brasil, forças muito poderosas. Peço licença a vocês para me remeter ao pensamento de um dos maiores filósofos e analistas políticos brasileiros vivos - não sei se é do conhecimento de todos, mas, se não for, é uma pena -, que é o Prof. Antônio Paim, o grande historiador da filosofia no Brasil. É um polímata, é uma inteligência multiforme que se multiplica numa série de áreas, como a análise política e a história do Brasil. Ele escreveu um livro imperdível, "Momentos decisivos da História do Brasil", publicado em 2000. Tenho a honra de ser amigo dele. Sempre conversamos, e o Paim sempre me alerta: "Paulo, as forças que militaram historicamente contra a representação, o sistema representativo no Brasil são muito poderosas". É uma gororoba ideológica, com origem na contrarreforma. Não precisamos pensar na contrarreforma apenas como aqueles desfiles na Espanha, com os indivíduos encapuzados, como a Ku Klux Klan. A contrarreforma possui avatares modernos, como a Teologia da Libertação. Mas também é contrarreforma no que diz respeito ao ódio, ao sistema representativo, à propriedade privada, enfim, à sociedade liberal moderna. Com o tempo, essa carapaça ideológica contrarreformista assimilou outras tendências da história das ideias no Brasil, como o positivismo. Por sua vez, o positivismo é - vamos usar uma palavra que está na moda - um avatar, uma manifestação de um antigo fenômeno na história do pensamento, na história política do Brasil - o patrimonialismo na sua versão modernizadora. O patrimonialismo não é necessariamente uma convocação ao atraso; ele possui vertentes modernizadoras, como as reformas do Marquês de Pombal, em Portugal. O positivismo brasileiro, em sua versão política, se entroncou no patrimonialismo modernizador. O Estado foi o laboratório pioneiro dessas ideias, como o Rio Grande do Sul, cujos três primeiros governantes foram positivistas - Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas. A partir da Revolução de 30, quando Getúlio Vargas empalma o poder no Brasil, tem-se a oportunidade de projetar nacionalmente a versão positivista do nosso patrimonialismo modernizador. No que diz respeito ao sistema representativo e às vicissitudes sofridas por ele no Brasil, fica muito claro o exemplo do Pombal. O que ele queria? Para Pombal, iluminismo era ou deveria ser ciência, tecnologia, técnica, tudo isso aplicado ao fortalecimento do Estado, menos direitos humanos, direitos dos cidadãos e sistema representativo. Nos centros em que essas ideias foram geradas, as coisas caminhavam lado a lado - iluminismo, ciência, tecnologia, economia de mercado e fortalecimento dos direitos dos cidadãos -, mas não para Pombal. Podemos dizer que, no controle da alfândega, em Lisboa, determinada parte do pacote podia entrar, mas outra, como o sistema representativo e os direitos dos cidadãos, não: "Vamos usar esses mecanismos para o fortalecimento do Estado, não do cidadão". Isso limitava o Estado, a grande bandeira do liberalismo. Não sei quantos dos senhores estão familiarizados com o pensamento que, como diria Nelson Rodrigues, é o puro, o legítimo, o escocês. Benjamin Constant de Rebeque não deve ser confundido com o positivista Benjamin Constant Botelho de Magalhães, um dos padrinhos da nossa República. A propósito, sou monarquista também.

Vejam só que definição bacana de sistema representativo. O Benjamin Constant de Rebeque percebeu que representação é, antes de mais nada, representação de interesses. Então, nada mais distante da nossa gororoba ideológica contrarreformista positivista. Vamos ler o que ele diz: "O que é o interesse geral senão a transação que se faz entre os interesses particulares? O que é a representação geral senão a

representação de todos os interesses parciais que devem transigir naquilo que lhes é comum?" A política é a arte da negociação. "O interesse geral é diferente, sem dúvida, dos interesses particulares, mas não é contrário a eles". Quer dizer, refere-se àquela balela rousseauiana da vontade geral que só iluminados como Rousseau supostamente seriam capazes de captar e traduzir para nós, pobres mortais: "Fala-se sempre como se uma pessoa ganhasse o que os outros perdem. O geral não é senão o resultado desses interesses combinados. Deles difere como o corpo difere de suas partes. Os interesses individuais são os que mais concernem aos indivíduos; os interesses dos distritos são os que mais concernem a estes. Ora, são os indivíduos e os distritos que compõem o corpo político; são, conseqüentemente, os interesses desses indivíduos e desses distritos os que devem ser protegidos. Ao protegê-los, a todos, suprimir-se-á de cada um deles o que prejudica os demais, disso resultando o verdadeiro interesse público, que coincide com os interesses individuais, uma vez que lhes foi tirado o poder de se prejudicarem mutuamente. Cem Deputados nomeados por cem distritos de um Estado levam ao seio da assembleia os interesses particulares, as preocupações locais dos seus representados. Essa base é útil a eles: forçados a deliberarem juntos, logo percebem os sacrifícios respectivos que são indispensáveis. Esforçam-se para diminuir a extensão deles, e nisso reside uma das maiores vantagens da forma de sua designação. A necessidade acaba sempre por uni-los numa transação comum, e quanto mais fragmentadas tiverem sido as eleições, a representação consegue um caráter mais geral.". Isso é espetacular. Estamos nos referindo a um grande arquiteto do pensamento político. É uma pena que, muitas vezes, ao longo de semestres inteiros, lá na Universidade de Brasília, seja eu apenas o único que fale para os alunos de Benjamin Constant de Rebeque. Continuando a leitura: "Convém que o representante de um distrito atue como um órgão do mesmo, que não abra mão de nenhum dos seus direitos, reais ou imaginários, senão depois de tê-los defendido; que seja parcial na defesa dos interesses de que é mandatário, porque, se cada um for parcial nessa defesa, a parcialidade de cada um, unida e conciliada, terá as vantagens da imparcialidade de todos.". Como diriam alguns provérbios do rei Salomão, ata essas palavras aos teus dedos para que te sirvam de orientação para o resto da vida. Essas coisas estão ligadas.

Na sua gênese, o liberalismo foi um movimento político e de ideias na Inglaterra no final do século XVII. A Revolução Gloriosa será o berço histórico. Ali era uma questão de lutar contra o absolutismo. Quem naquele momento queria o regime representativo para lutar contra o absolutismo e tinha condições, até materiais, de se opor à violência e à cooptação da monarquia absoluta? Os nobres aburguesados, grandes proprietários de terras. Então, a representação inicialmente foi monopolizada por eles, mas vejam que interessante: como diz o Paim, à medida que a ideia liberal se democratiza e o sufrágio se estende a outras classes, os outros grupos da sociedade vão participar do jogo por terem algo a perder no confronto com uma monarquia absoluta e com a ameaça de um poder absoluto, que tende a corromper absolutamente, como disse o lorde Hector, um grande pensador liberal católico inglês. Essa é a história das reformas eleitorais britânicas em um longo período. Primeiro, vem a nobreza aburguesada proprietária de terras; depois, os industriais; depois, as classes médias; até chegar enfim ao sufrágio censitário, ou seja, aquele que exigia renda mínima para votar e ser votado. Era assim no império brasileiro e em praticamente quase todos os lugares, naquela época. Em 1884, extinguiu-se a exigência de renda mínima para votar e ser votado, e a democratização da ideia liberal se completou na Inglaterra, em 1918, com a extensão do voto às mulheres. Insisto muito na expressão do Antônio Paim, "democratização da ideia liberal", que considero muito feliz, porque liberalismo e democracia - e digo isso aos meus alunos -, conceitualmente falando, não nasceram grudados um no outro. A democracia liberal, a meu ver, é o feliz resultado do encontro histórico entre liberalismo e democracia. O liberalismo tem a ver, fundamentalmente, com a limitação do poder do Estado sobre o indivíduo, e a democracia é um método de tomada de decisões coletivas baseado na regra da maioria. O último balanço da "Freedom House", dos Estados Unidos, mostrou que as democracias liberais, infelizmente, voltam a se alastrar pelo mundo, e, quando a democracia é iliberal, os primeiros a sofrer são os membros das diferentes minorias, uma vez que uma das regras do jogo da democracia liberal garante que o vencedor no voto chegue ao poder, mas há algumas coisas que ele não pode fazer, como tentar destruir fisicamente a minoria. Esse é o perigo da democracia iliberal que hoje o mundo enfrenta, com o chavismo e outras patologias políticas tão queridas ao nosso grande guia genial dos povos, Lula.

Não vou historiar, mas apenas citar a sequência do que está aqui. Aí, temos a Revolução Gloriosa. É interessante que Cromwell lança oficialmente o seu Segundo Tratado sobre o Governo Civil, o esqueleto histórico do regime representativo moderno, em 1688 e 1689, à época da Revolução Gloriosa, mas seus originais, seus rascunhos, suas cópias já vinham sendo lidos pela elite inglesa - uma parte dela até no exílio, nos momentos mais difíceis do absolutismo no continente europeu, principalmente na França. Aquilo era lido, discutido e comentado. Aqui vemos a Revolução Gloriosa, a declaração de direitos, o "Bill of Rights".

Como vocês sabem, a Grã-Bretanha não tem, até hoje, um documento constitucional. Aquilo que Sir Ivor Jennings chamou de a Constituição britânica é, na verdade, o conjunto desses diplomas legais que, se levarmos na ponta da faca, remontam a 1215, à Magna Carta que o Rei João sem Terra - vejam que os sem-terra já enchiam o saco desde aquela época - teve que concordar em assumir as reivindicações contidas na Carta Magna de 1215. Então, a Constituição britânica é esse conjunto histórico de diplomas legais que garantem a liberdade do indivíduo "vis-à-vis" o Estado.

Mais tarde, vem a anuidade dos impostos. A princípio dizia-se que não poderia haver taxação sem representação. Isso também motivou imediatamente a Magna Carta. Antes da Revolução Gloriosa, antes da Revolução Francesa, os parlamentos funcionavam como corpos consultivos convocados de vez em quando. Até a Revolução Francesa, os estados gerais estavam sem ser convocados há mais de 100 anos. Eles eram convocados de vez em quando, principalmente em situações de guerra, em que o monarca precisava arrecadar mais. Ele reunia, em alguns lugares, os estados gerais e em outros lugares, na Espanha e Portugal, cortes. Reunia esses representantes das principais categorias sociais para que eles o ajudassem a legitimar, pelo seu consentimento, o aumento dos impostos. Por isso, taxação e representação estão muito ligadas historicamente.

É interessante essa noção do parlamentarismo, associada comumente ao parlamentarismo britânico, de que o rei reina mas não governa. Na verdade, essa frase é de Alphonso Tier, um francês, se não me engano, o primeiro Presidente da terceira república francesa. Essa é a fórmula dele, que se aplica muito mais à Inglaterra, à Grã-Bretanha do que propriamente à França e a outros países.

O que impressiona muito nas audiências, sobretudo as plateias mais jovens, é essa questão do voto censitário. Perguntam: "Professor, que história é essa de as pessoas terem que ser proprietárias, terem que deter alguma renda para poderem votar e para poderem ser votadas?". Isso pode não fazer sentido hoje, mas fazia todo sentido àquela época. O objetivo dos parlamentos não era estabelecer um contraponto ao absolutismo monárquico, tanto na sua vertente cooptadora quanto na sua vertente coercitiva? Só quem tinha renda tinha um mínimo de independência para fazer isso. Com a Revolução Industrial, à medida que outras classes sociais vão entrando na espiral de prosperidade, também elas passam a ter algo a perder, "vis-à-vis" um governo arbitrário, elas podem participar. Um grande liberal francês, François Guizo, grande operador político da chamada Monarquia de Julho, na França, que vai de 1830 a 1848, quando cobrado sobre as reformas eleitorais para baixar o censo, para baixar a exigência de renda para votar, ele disse apenas uma frase: "Enrichissez-vous". Enriqueçam primeiro e venham falar comigo depois. Quer dizer, não podemos julgar o passado em termos absolutos com os critérios do presente, o que não é uma coisa muito honesta do ponto de vista intelectual, porque à época aquilo fazia sentido.

Nesse processo, algo importante foi a eliminação gradual dos burgos podres. Burgos no sentido de distritos eleitorais, círculos eleitorais. Por quê? Como a revolução industrial e urbana foi muito rápida, não se refletiu imediatamente na composição, na origem dos parlamentares na Câmara dos Comuns. O que acontecia? Muitas localidades que foram esvaziadas pelo êxodo rural tinham uma sobre-representação, ou seja, representação demais. Enquanto isso, Manchester, Liverpool e Birmingham, cidades que cresceram com a Revolução Industrial, tinham representação de menos. Uma das reformas eleitorais, além da extensão do sufrágio, que foi a Reforma de 1832, começou a desmontar essa distorção eleitoral, que rebatia na composição parlamentar.

Esse modelo, apesar de ser considerado um avanço da democracia, na Grã-Bretanha, manifestou-se de formas diferentes em outros países. Minha tese de doutoramento em ciência política foi sobre Tocqueville e Weber, dois grandes pensadores liberais. Em uma de suas correspondências, Tocqueville dizia: "é sempre a mesma revolução". Depois, um "toquevilleano" da melhor cepa, que muito admiro, o Raymond Aron, disse: "os franceses, volta e meia, fazem uma revolução porque são incapazes de empreender as reformas necessárias ao país". Vejam que interessante. Nessa dupla conceitual, dicotômica, reforma e revolução, o termo forte é revolução, e o Aron inverte. Ele diz que

os franceses, de vez em quando, precisam fazer uma bagunça, uma revolução, porque são incapazes de realizar as reformas necessárias ao país. Isso não está restrito apenas à França, não?

Esse modelo semipresidencialista, que, dependendo do ângulo, pode ser chamado semiparlamentarista, é o adotado pela França e por Portugal hoje. Do que se trata? Parlamentarismo, porém com Chefe de Estado - Presidente da República - votado diretamente, o que dá uma condição de legitimidade "vis-à-vis" do parlamento ao Chefe de Estado. Não se trata de uma mera "Rainha da Inglaterra". A primeira experiência desse modelo, infelizmente malsucedida, ocorreu na França. Depois da Revolução de 1848, logo depois da Constituinte, foi eleito o Presidente, que era sobrinho de Napoleão Bonaparte, o Luís Bonaparte, e a Constituição estabelecia o seguinte: o Presidente era eleito diretamente, mas tinha que se entender com o gabinete formado pelas lideranças do partido ou pela coalizão majoritária de partidos no parlamento. Na segunda vez em que se tentou isso, também deu errado. Foi na chamada República de Weimar, que ocorreu depois da Primeira Guerra Mundial até a ascensão de Hitler. Era um Presidente com poderes importantes, não só relativos à defesa e segurança. Ele podia também, por exemplo, dissolver o parlamento. Essa era a figura do Presidente do Reich da República de Weimar, que também não deu certo e acabou como sabemos. Esse modelo voltou a ser tentado. Depois da Segunda Guerra Mundial, o Presidente Charles de Gaulle, em 1958, conseguiu implantar esse modelo com sucesso. O De Gaulle e Michel Debré, Ministro da Justiça, praticamente escreveram sozinhos a Constituição. O modelo parlamentar clássico adotado pelos franceses logo após a libertação, ou seja, depois da Segunda Guerra Mundial, provou ser um sistema com enorme instabilidade, com conflitos paralisantes. O De Gaulle, que, por curtos períodos, logo no início, depois da libertação, foi chefe de governo, creio que por duas vezes, retirou-se, mas havia um movimento "mollista" durante esse tempo todo, e os políticos foram bater à sua porta, em sua propriedade em Colombey-les-Deux-Églises, para pedir-lhe que, por favor, aceitasse ser o Presidente da República. Ele respondeu que só aceitaria com uma condição: "Eu escreverei a nova Constituição". E essa Constituição, na verdade, restabelece, à luz da experiência histórica, esse sistema - com o Presidente eleito com uma carga própria de legitimidade, o qual tem de trabalhar ao lado de um 1º-Ministro -, que reflete a composição de forças partidárias no parlamento. Muitas vezes, elas não são do mesmo partido do Presidente, e ocorre o fenômeno que os franceses denominam de "la co habitation", ou seja, o Presidente tem de coabitar com um Ministro de partido diferente, como aconteceu com o Presidente Chirac e os socialistas no passado recente.

O que tenho de mais importante a dizer a vocês sobre a Alemanha do século XX, antes da Segunda Guerra Mundial, é o seguinte: ocorreu o fracasso retumbante e sangrento do sistema eleitoral baseado na representação proporcional - RP. A fragmentação e a polarização político-ideológica, ou seja, o regime, desacreditou o sistema e permitiu a ascensão de Hitler, com a participação eleitoral ativa de comunistas. Via-se que esses votos eram colhidos nos distritos e nas circunscrições eleitorais dominadas pelos comunistas, que, para apressarem a queda do regime, votaram nele, e ocorreu um colapso, provocado, em grande medida, pelo regime da representação proporcional.

Isso é do conhecimento geral, ou seja, regimes eleitorais majoritários e regimes eleitorais proporcionais estão voltados para duas diferentes preocupações. No caso da representação proporcional, a preocupação chave é permitir que o parlamento, o sistema político, caso o tenhamos, reflita, espelhe, com a maior fidelidade possível, se não todas, pelo menos as principais correntes de opinião e grupos de interesse da sociedade. A representação proporcional está preocupada fundamentalmente com a representatividade.

O sistema majoritário está preocupado com o que denominamos governabilidade, ou seja, em como criar maiorias sólidas para governar. A tendência do sistema de representação proporcional, que tem vários tipos e subtipos, em razão das particularidades locais, é sempre multiplicar o número de partidos representados, ao passo que, no sistema majoritário, sobretudo na versão clássica do voto distrital puro, que há na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e no Canadá, a tendência é - digo tendência, pois não é sempre que isso ocorre - o processo se fechar em torno de dois grandes partidos, com poucas chances para os outros, a não ser, como no caso do Canadá, que haja um bolsão étnico, uma corrente política importante e muito concentrada, como no Quebec, que permitiu, mesmo com um sistema de voto distrital puro, o surgimento de um terceiro partido.

Não sei se tive a boa ideia de recomendar o livro que está na transparência, de Ferdinand Hermens, "Democracia ou anarquia: estudo sobre o sistema proporcional". É o caso da Alemanha. O livro acaba sendo um libelo contra o sistema eleitoral de representação proporcional, que, na visão de Hermens, foi o causador da debacle da República, com a ascensão do nazismo. Os alemães, depois da guerra, introduzem um sistema de voto semimajoritário, que é aquilo que popularmente chamamos de distrital misto, em que o eleitor elege nominalmente um candidato e, ao mesmo tempo, vota num partido. Esse partido, então, mediante um sistema de lista fechada, já predefiniu na sua convenção quem é que se beneficiará, em ordem de preferência, dos votos que chegarão primeiro. O Parlamento federal alemão é dividido entre Deputados eleitos nominalmente e Deputados indicados pela lista partidária.

Nas minhas palestras para empresários, estudantes, sindicatos e outros grupos variados da sociedade, quando falo sobre a reforma política, perguntam-me o que é a lista fechada. Quando explico às pessoas, elas ficam com muita raiva e dizem: "Então, nem o Deputado poderemos escolher". Eu penso: "Nossa, e vocês escolhem tão bem!". Dizem que não querem essa lista fechada. Dado o forte caráter personalista da política brasileira, isso dificilmente pegaria. É uma pena, porque parece que o voto distrital puro, que é o da minha preferência pessoal, está reservado a um número relativamente pequeno de países culturalmente mais homogêneos, geralmente de cultura anglo-saxã. O fato é que, infelizmente, a tentativa de previsão constante no livro de Hermens não deu certo depois da Segunda Guerra Mundial, porque alguns países alcançaram um relativo grau de estabilidade política, de representatividade e de popularidade, adotando diferentes formas de representação proporcional.

Quando ligamos a TV a cabo em Portugal ou na Espanha, vemos os políticos soltando fogo pelas narinas, xingando-se, cobrando veementemente coisas que um fez e que o outro não fez. Demorei muito tempo para perceber que, muitas vezes, aquilo é cobertura jornalística de convenções partidárias, são companheiros com ou contra outros companheiros. Isso quer dizer que ali, pelo menos, a lista fechada proporcionou uma grande vitalização ou revitalização da vida partidária da democracia interna do partido. Nós não dizemos sempre que isso é importante? A lista fechada permite isso. É claro que, no começo, é provável que ela espelhe mais as preferências das cúpulas caciquistas e oligárquicas que ainda temos em muitos Estados e em muitos partidos. Imaginem um falecido ACM ou um Sarney, no Maranhão, nos tempos áureos do "sarneysismo". É claro que a lista seria sempre composta pelos preferidos, pelos queridinhos, pelos favoritos dos oligarcas.

Como a democracia é competição, se esses oligarcas falham em apresentar sistematicamente Deputados ou candidatos bons de voto, isso pode levar, com o tempo, a uma rebelião das bases também, querendo se descartar daquela liderança, porque ela os está fazendo perder a eleição e precisam ganhá-la.

O "trade off" é a compensação pela compensação. O voto distrital majoritário serve para a governabilidade. A representação proporcional serve para a representatividade. A propósito, costumo dizer que o nosso regime eleitoral é representativo demais, e não de menos. Digo isso porque em muitas Casas Legislativas, a começar pelo Congresso Nacional de Brasília, e também pela nossa melancólica Câmara Legislativa do Distrito Federal, há representantes do narcotráfico, do crime organizado, das milícias. Essas pessoas, para mim, tinham de estar na cadeia, e não na cadeira parlamentar legislativa. Desse ponto de vista, o nosso regime tem alguma coisa errada, porque é representativo até demais. Aí, história o caso português, depois brasileiro. Comungo com a tese do Antônio Paim de que a República foi uma infeliz ruptura num processo de gradual amadurecimento, que já se estava tendo, de consolidação de um regime realmente representativo no Brasil. É só lembrar que muitos dos republicanos eram positivistas. E os positivistas consideravam - os discípulos de Augusto Comte - o Parlamento como uma triste herança de uma era ultrapassada, chamada era metafísica. Na lei dos três estágios do Comte, a humanidade evoluiria de uma etapa religiosa mágica para uma etapa metafísica ou filosófica, até chegar à etapa positiva ou científica. E, pela ótica dos discípulos de Comte, do Parlamento se dizia que era uma instituição do passado.

O Rio Grande Sul foi um laboratório para essas idéias positivistas antiparlamentares. Eles tinham uma Constituição própria, bem diferente daquela forma das Constituições Estaduais que se fizeram depois da Constituição de 1891, logo em seguida. E a Constituição do Rio Grande do Sul estabelecia o seguinte: não se tinha Poder Legislativo ou não se tinha ele num nível parelho, equivalente ao do Executivo estadual. O Presidente do Estado, como se dizia à época - na verdade, Governador -, ele e sua assessoria formulavam os projetos de lei, que eram posteriormente distribuídos, ou seja, corriam por todos os Municípios, eram apresentados às Câmaras Municipais, eram feitas as emendas que, ao chegarem de novo ao Palácio Piratini, eram acatadas ou não por Júlio de Castilhos, por Borges de Medeiros. Foi o que tivemos de mais próximo a uma ditadura antiparlamentar positivista.

Repetindo, a República interrompeu um processo lento de sedimentação dos partidos e de enraizamento desses partidos nas suas diferentes bases sociais. E foi uma pena. Por isso culpo a República por tantos descaminhos na história subsequente do Brasil.

Bem, os militares de 1964 - muitos deles ainda egressos do movimento tenentista, uma grande ala conservadora do tenentismo das décadas de 20 e 30, também muito influenciados pelo positivismo, que era forte no Exército - não podemos dizer que deram contribuições valiosas ao fortalecimento do sistema representativo no Brasil. Criaram também naquele curto período de 19, 20 anos, entre a Constituição de 1946 e o golpe de 1964, aquilo que a saudosa falecida Maria do Carmo Campello de Souza, professora da USP, chamou de um realinhamento do sistema partidário com as suas bases sociais, quer dizer, o PTB representava, cada vez mais, o operariado urbano; a UDN representava, cada vez mais, as classes médias, e o PSD representava, cada vez mais, as suas origens oligárquicas morais.

Então, como a representação política é a representação de interesses, era muito bom que isso acontecesse. O que aconteceu quando os militares subiram ao poder? Em menos de dois anos, esse sistema partidário foi derrubado e arquivado, substituído por um bipartidarismo artificial. Pela chamada Lei de Duverger, de Maurice Duverger, grande cientista político do século passado, francês, o sistema partidário tende a ser reflexo do sistema eleitoral. Ou seja, voto majoritário distrital puro, por exemplo, poucos partidos - dois; sistema representativo moderado, um número maior de partidos; por exemplo, sistema semimajoritário, como o alemão, três ou quatro partidos no máximo; sistema proporcional, um número bem maior de partidos com aquelas variantes internas dentro de representação proporcional, que variam de país para país. Criaram um bipartidarismo de camisa de força sem lastro no sistema eleitoral, porque o bipartidarismo funciona quando é uma função - no sentido matemático da palavra "função" - do sistema eleitoral. Então, se existia o sistema representativo, Arena 1, Arena 2, Arena 3 - as pessoas mais velhas devem se lembrar disso - e bipartidarismo, as coisas não casavam, não dava liga o sistema eleitoral com o sistema partidário.

No Brasil, se tomarmos um século ou mais de história brasileira, um grande avanço democrático é seguramente o aumento do eleitorado. Hoje, depois da Índia e dos Estados Unidos, talvez sejamos a 3ª ou 4ª maior democracia em termos populacionais. Vejam como pouca gente votava nas eleições presidenciais até 1930: menos de 10% da população. Era muito pouca gente. Isso foi se alargando, sobretudo num ritmo cada vez mais acelerado a partir da queda do Estado Novo, na segunda metade do fim da Segunda Guerra Mundial e na segunda metade do século passado. Temos as reformas políticas, que acompanhamos de perto em Brasília. Sempre digo para meus alunos: se fôssemos antropólogos, os políticos seriam os nossos índios. Então, vocês têm obrigação de conhecer de perto - vocês têm essa vantagem locacional que muitos não aproveitam - os atores do sistema político e as elites políticas dentro dessa classe política também. Temos de aproveitar essa oportunidade. E observando de perto a cena política em Brasília, o que vemos? Que essas reformas políticas - não digo que elas ficam paradas o tempo todo - avançam muito pouco, e por uma simples razão, de que podemos não gostar, mas temos de compreender: a classe política, os políticos profissionais têm total liberdade para regular a própria profissão. Quero dizer que não há nenhuma carga semântica na expressão político profissional, porque democracia moderna é regime de políticos profissionais, é profissão muito absorvente e exigente, e os políticos têm de se profissionalizar mesmo. Ao contrário de outras categorias da sociedade, por exemplo, a dos médicos ou a dos engenheiros, que tem até certo ponto restrição legal para regular suas respectivas profissões, o político tem total liberdade. A classe política é a categoria profissional que mais tem liberdade de regulamentar a própria profissão, as regras do jogo profissional, da competição político-partidário-eleitoral.

Vamos aqui nos colocar no lugar dos políticos. O Paulo Kramer vai à "Globo News" e diz um monte de besteiras, entre elas, que o nosso sistema político é falho. Com todas as falhas, nesse sistema, eu me elejo e às vezes até me reelejo. Uma mudança radical é um salto no escuro. Isso é só para lembrarmos quão difícil é fazer reforma política, dada a variedade, a multiplicidade de interesses políticos e partidários em jogo. Por isso nos exasperamos. Desisti de acompanhar minuciosamente, dia a dia, a reforma política por causa disso. Sou a favor do voto distrital puro; sou parlamentarista, sou monarquista. Isso nunca vai acontecer no Brasil. Então, tchau. Vou estudar Tocqueville, vou estudar Max Weber, vou estudar Benjamin Constant, vou estudar meus liberais queridos, porque realmente exaspera quem acompanha, mas é preciso compreender por que muda tão pouco, menos do que muita gente gostaria. Quando muda? Hipoteticamente, muda quando a opinião pública, amparada na mídia, entra em cena para tornar essas demandas crescentemente insuportáveis, incontornáveis pela classe política. Mas, como nosso próprio sistema eleitoral produz fragmentação e como a sociedade brasileira é muito desigual, infelizmente, essa mobilização por uma reforma política dificilmente passará de faixas relativamente pequenas da opinião pública e da sociedade civil. Então, não há reforma política.

Essas são características dos vários projetos de reforma política: cláusula de barreira ou de desempenho, que estabelece um mínimo de votos válidos para o partido conquistar uma cadeira na Câmara dos Deputados; a lei dos partidos políticos, que vigora com emendas até hoje. No que diz respeito à questão do financiamento público de campanha, infelizmente, em muitos corpos legislativos, a tendência tem sido estatizar a função de cabo eleitoral, o "cara" virar assessor, ocupar cargo de confiança no gabinete. Essas assessorias indicadas pelo critério da confiança não param de crescer porque os políticos descobriram que essa é uma maneira muito conveniente de estatizar, de passar para o Tesouro o encargo de manter seus cabos eleitorais entre as eleições. Bom, já estatizaram a função de cabo eleitoral. Esse financiamento público nessa mentalidade, nessa cultura política, vai ser uma beleza. Reconheço que o financiamento público é útil, por exemplo, para pessoas que têm uma expressão comunitária valiosa, importante, mas não dispõem de meios para pagar agência de publicidade, marqueteiro, cineasta e por aí vai. Dá uma chance a ele de concorrer. Melhora um pouco suas condições de largada. Mas essa é outra barreira, e seu lado mais forte é a opinião pública. Os próprios políticos, quando estão em Brasília concedendo entrevista para o "Correio Brasiliense", para "O Globo", afirmam que são favoráveis ao financiamento público de campanha, para acabar com o caixa dois, com a corrupção etc. Mas quem tem coragem de defender isso frente a frente com o povão, que pensa: "Mais dinheiro para esses 'caras'? Não, é demais".

Tive a grata oportunidade - essa foi uma das melhores coisas que aconteceram na minha vida e, por isso, sou muito grato - de trabalhar durante 11 anos com o Senador Jefferson Péres, do Amazonas, grande figura política brasileira, de quem muitos de vocês devem lembrar-se. Dizia para ele: "Senador, o senhor é um político talhado para defender essas coisas impopulares, como o controle da natalidade, em lançamento público de campanha, porque as pessoas veem legitimidade na sua pessoa, sabem que não existe nenhuma agenda oculta por trás disso". O Senador Jefferson Péres também era a favor não da legalização pura e simples do consumo de drogas, mas da abertura de um debate amplo, e não hipócrita, sobre a possibilidade de legalização das drogas, levando-se em conta que, não só no Brasil, mas também em todo o mundo, o modelo baseado exclusiva ou principalmente na repressão não funcionou. O narcotráfico está aí. É muito simples: havendo demanda, haverá sempre oferta.

Para terminar, cito o pensamento de outro liberal americano, James Madison, um dos pais e fundadores da República americana, da Constituição americana. O artigo federalista nº 10 propõe a criação de uma república nova, que a Constituição americana de 1776 a 1787 criou. Em geral, quando se discutia república até o final do século XVIII, o que se tinha em mente eram aquelas repúblicas da antiguidade, da democracia ateniense, da república romana; havia toda uma linha de pensamento e de argumentação. O exemplo mais brilhante é Montesquieu, que dizia que, se o território é grande, se a população é grande, a república dificilmente irá funcionar. O republicanismo é uma qualidade que se cultiva ao sabor das interações face a face, em que se estabelece a confiança entre os atores políticos. Porém, fora isso, não existe. Essa foi a sacada genial dos federalistas americanos, ou seja: "Vamos construir uma república, mas uma república nova; vamos construir uma república num país grande". O país a que se referiram na época era menos da totalidade da extensão da costa leste americana. Mas, em comparação com a maioria dos países europeus da época, era um país muito grande. Esse foi o desafio que conseguiram vencer: como criar uma república naquelas condições. Para isso, duas coisas são necessárias: primeiro, é preciso estabelecer um regime



representativo.

Benjamin Constant, em outra obra muito famosa, "A liberdade dos antigos comparada à liberdade dos modernos", que nasceu de uma conferência que ministrou no Ateneu de Paris, em 1819, disse o seguinte: na antiguidade clássica, na Grécia Antiga, principalmente em Atenas, liberdade antiga se confundia com participação. O homem livre era aquele que podia participar; o escravo, a mulher e o estrangeiro não podiam participar; mas todos os cidadãos, independentemente da sua riqueza, da sua pobreza, da sua renda, participavam diretamente. É claro que havia algumas estruturas representativas embrionárias para assessorar o corpo político e - digamos assim - dar execução ao que antes havia sido deliberado na Assembleia. Mas, basicamente, era uma democracia direta. Segundo Benjamin Constant, com o aumento da população e com a extensão maior nos estados nacionais, isso se tornou impossível porque levou a um aprofundamento do sistema de divisão social do trabalho. É por isso que hoje, na democracia representativa, precisamos ter político profissional, do mesmo jeito que precisamos ter carpinteiro e médico profissionais. Marx tem uma frase muito engraadinha sobre a ideologia alemã, a qual diz o seguinte: "Sonho com uma sociedade em que eu possa pescar de manhã, pastorear o gado à tarde e fazer crítica literária à noite". Aí, Paulo Kramer acrescenta: "Eu é que não queria ser tratado por um neurologista dessa sociedade".

O sistema de liberdade moderna é a liberdade de não fazermos política se não quisermos. Estamos voltados para as nossas ocupações privadas, profissionais, familiares etc. Para que as decisões coletivas continuem sendo tomadas, é preciso eleger representantes. Essa foi a primeira grande "sacação" dos federalistas americanos, ou seja, uma república baseada não em uma democracia direta, mas em uma democracia representativa.

A segunda grande inovação é um sistema constitucional que fатиou tão intensa e minuciosamente os diferentes interesses daquela República, daquela sociedade que o risco de absolutismo se reduziu significativamente. Existe, então, uma divisão entre os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, uma divisão entre os níveis de governo, União, Estados e Municípios e até entidades submunicipais, muitas e diferenciadas, que existem nos Estados Unidos. Além disso, existe a própria diversificação da divisão do trabalho. Tudo isso levou a um fatiamento de interesses, de forma que nenhum interesse tivesse facilidade para sobrepor-se e esmagar os demais.

O francês Bernard Manin, em sua obra "Princípios do governo representativo", faz um histórico muito bom. Esse é um livro que recomendo aos senhores. Ele fala sobre a democracia de audiência. A democracia representativa estaria correndo, nos dias de hoje, o risco de ser substituída por uma democracia de audiência porque os partidos, tradicionais intermediadores, na verdade corretores do voto popular para elegerem os políticos, estão cada vez mais ultrapassados - passa-se por cima deles - pelas estratégias de mídias eletrônicas, que estabelecem, até mesmo em países tradicionalmente parlamentaristas, uma verdadeira presidencialização das eleições, como vimos em casos relativamente recentes envolvendo a Margaret Thatcher e o Tony Blair. É um regime parlamentarista, mas o candidato a Primeiro-Ministro se dirige, graças à mídia, diretamente ao povo. Isso tem consequências sobre o sistema partidário, que é um pilar muito importante do sistema representativo.

Mais uma vez, ao invés de concluir fechando, concluo abrindo: diante disso, como nos colocamos? Vamos discutir. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Cícero Romão Resende de Araújo

Bom dia a todos. Cumprimento os meus colegas Paulo Kramer e Cláudia Feres, com quem tenho a satisfação de compartilhar esta Mesa. Cumprimento a Assembleia Legislativa, na pessoa de seu Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho.

É uma satisfação e uma alegria participar desta atividade de reflexão promovida por esta Casa. É a primeira vez que venho aqui. Agradeço o convite da Assembleia, especialmente da Escola do Legislativo. Fiquei positivamente impressionado pela preocupação desta Assembleia, do seu corpo técnico-administrativo por fazer esta discussão, porque não é algo muito frequente. Não encontramos isso de forma tão sistemática. A Patrícia, que fez o contato comigo, deu-me a oportunidade de ver alguns materiais que a Assembleia produziu, especialmente a Escola do Legislativo. Pude ver suas publicações e seu "site". Então, com muita satisfação, faço este diálogo com vocês. Espero que possa continuá-lo posteriormente. Havia alertado à Patrícia, que me apresentou o título da discussão de hoje, que seria importante checar nossas expectativas a respeito deste debate, porque não sou estudioso de Legislativos Estaduais, não sou pesquisador que se concentra no estudo do Poder Legislativo. Há alguns anos, dedico-me ao estudo do conceito de representação política. Alertei-a de que minha contribuição hoje seria mais de natureza teórica, abstrata. Apesar de mais abstrata, eventualmente essa abordagem pode encaixar-se, de alguma forma, no espírito dos trabalhos de hoje. Como a resposta da Patrícia foi positiva, orientarei a minha exposição nesse sentido. Pretendo tentar ser breve, para que, depois, possamos ter espaço para o debate. Vou fazer alusão a algumas coisas, mas, posteriormente, poderemos dissecá-las um pouco mais. Apesar de a minha intervenção ser um pouco mais teórica, no final procurarei fazer uma alusão à experiência brasileira recente, porque sei que o Brasil e sua diversidade política regional acaba sendo a questão de maior interesse prático.

Posto isso, gostaria de registrar que existe uma imensa literatura acadêmica aflorando, nos últimos anos, sobre a chamada crise da representação política, como livros, artigos, teses, dissertações, seminários nacionais e internacionais. Já existem publicações acadêmicas no Brasil, um material relativamente amplo. Tomei a iniciativa de trazer um material para deixar com vocês, por exemplo, a edição da revista "Lua Nova", que é de um centro de estudos políticos de São Paulo. Editei essa revista há tempos, mas deixei de sê-lo hoje. Ela traz um dossiê sobre o futuro da representação política. Há outras publicações a respeito que talvez sejam de interesse dos colegas da Assembleia, bem como dos Deputados.

Quando digo crise da representação política, não estou referindo-me propriamente a um fato incontestável. Dizemos que é fato incontestável, por exemplo, que o homem chegou à Lua em 1969 ou que houve um terremoto no Haiti no mês passado. A crise da representação não é um fato incontestável como o são os fatos da natureza. Há uma discussão na literatura sobre a existência de uma crise da representação política ou não. Porém, esse é um tema da agenda, e o interessante nesse debate é menos até reconhecer o fato, mas perceber que acabou criando a oportunidade de haver uma espécie de revisão do conceito de representação. Por isso é um conceito muito complexo. O debate sobre a crise da representação acabou levando muitas pessoas, especialmente as que têm inclinação mais teórica, a indagar: afinal, o que é representação política? Quando falamos de representação, estamos nos referindo a quê? O que é, para que ela serve? Qual é a sua necessidade? Qual é o seu propósito? Por que se diz que as democracias modernas são representativas? Por que se diz que o instituto da eleição e da representação são termos indissociavelmente ligados? De que forma a ideia de representação se liga à ideia de partido, de parlamento? E por aí vai. O interessante é que a discussão do conceito de representação aparece e desaparece, depois volta a aparecer. E não é a primeira vez, na história do conceito, que a discussão da crise da representação aparece: houve uma discussão famosa no início do século XX, um debate especialmente europeu, que encontra muita força teórica na Alemanha. O debate registra justamente que há uma crise da representação política. Essa discussão do início do século XX foi também uma oportunidade muito grande de se fazer a recapitulação do conceito de representação: o que é, para que serve, qual a relação disso com o parlamento, etc. Isso é um pouco o que está acontecendo hoje. Parte dessa literatura, até por conta do conhecimento da história do debate sobre o conceito, diz que, na verdade, não se trata de falar de crise da representação em si, mas de crise de uma forma que predominou, assim como outras formas de representação política predominaram em outros momentos da história do governo representativo.

O Prof. Paulo Kramer mencionou um livro muito interessante do Bernard Manin sobre os princípios do governo representativo, em que ele acentua muito bem como a ideia de governo representativo é anterior ao advento dos regimes democráticos. Existe uma experiência pré-democrática do governo representativo. O interessante é que, na experiência prévia, pré-democrática do governo representativo, a forma

partido, no sentido moderno que o termo "partido" tem, não existia. A primeira grande crise da experiência do governo representativo é justamente quando surge a forma partido. Aliás, ela surge por fora do parlamento.

Falarei um pouco mais sobre o parlamento porque vale a pena lembrar, como o Prof. Paulo Kramer já disse, que o parlamento é uma instituição anterior até mesmo à ideia de governo representativo. Uma das coisas que mais surpreende o estudioso da política moderna é a capacidade que o parlamento teve de sobreviver às muitas e profundas transformações políticas de séculos. Nessa literatura sobre crise da representação política, quando se diz que não é a representação em si, mas a forma que prevaleceu no século XX, fala-se exatamente da crise da forma partido. Quando se fala em crise da representação política, fala-se não exatamente da representação em si, mas da forma que a representação, durante o advento da experiência democrática ao longo do século XX, foi predominante, que é a forma partido. Quem discute isso diz: se a forma partido está em declínio, em que direção está indo a representação política se a ideia e a prática da representação política for inescapável no Estado Democrático Moderno? Embora a ideia da prática da representação política possa ser inescapável no Estado Democrático Moderno, não necessariamente a forma partido o será.

Há muitas coisas que poderia recuperar sobre essa retomada teórica da discussão do conceito de representação, mas não conseguirei fazer isso. A minha estratégia será condensar tudo numa questão específica, o que irá ajudar a balizar a nossa discussão. Farei uma simplificação porque minha intenção é ajudar a estabelecer alguns parâmetros para uma reflexão e essas balizas poderão ser insuficientes para responder a todas as angústias do futuro da representação.

O ponto que quero destacar, que aparece nessa literatura, é que a ideia da representação possui uma dualidade constitutiva. O Prof. Paulo Kramer também fez uma alusão ao que estou chamando de dualidade constitutiva. Vou tentar conceituá-la da seguinte maneira: a representação política é ao mesmo tempo representação perante o poder e representação do poder. Ela tem essa dualidade. Alguns traduzem essa ideia de que a representação é, ao mesmo tempo, perante o poder e do poder, dizendo que a representação tem a dupla função da representatividade e da governabilidade. É uma maneira de falar dessa dualidade. Espera-se da representação um exercício combinado dessas duas dimensões, mas não estão fadadas a harmonizar-se entre si. Ou seja, embora se espere que a representação seja perante o poder e também do poder, não está determinado que, quando se exerce a representação perante o poder, se conseguirá combinar a representação do poder; que quando se exerce a qualidade da representatividade ou a função da representatividade, se conseguirá também exercer a função da governabilidade. Daí pode-se dizer que essa dualidade constitutiva pode aparecer como um dilema. Dilema quer dizer não apenas representação perante o poder e do poder, mas representação perante o poder ou do poder. O dilema é uma espécie de decorrência possível, não inevitável, dessa dualidade. Quando digo dualidade constitutiva, quero contrapor isso a uma dualidade circunstancial, eventual. Constitutiva quer dizer que está enraizada no conceito de representação política essa ambivalência. E, quando se pensa em representação e se transforma isso na prática, não há como escapar de se deparar com essa ambivalência.

Muitos tentam entender a questão da crise da representação como uma espécie de manifestação aguda e, às vezes, patológica dessa dualidade intrínseca à atividade da representação política. Ela também aparece em outros termos. Por exemplo, na literatura encontraremos a dualidade perante o poder e do poder, na forma da tensão entre representar as partes e representar o todo.

Como está exposto escancaradamente no parágrafo citado pelo Prof. Paulo Kramer, do Benjamin Constant, um dos grandes teóricos do governo representativo, que se espera que, de alguma forma, a representação das partes se recombine e se transforme em representação do todo. Mais uma vez, na prática da representação, a representação das partes não está fadada a se metamorfosear na representação do todo. Isso significa que há possibilidade de dilema entre representar as partes e representar o todo. Dizendo graficamente, a soma das partes não está fadada a ser igual ao todo, podendo ser menos ou mais que o todo.

Outra maneira: a ideia de que para a representação ser consistente, do ponto de vista conceitual, a relação entre o representante e o representado deve ter dupla natureza. Primeiro, o representante tem de ser sensível aos interesses e às demandas do representado, mas, ao mesmo tempo, o representante tem de ter autonomia parcial em relação ao representado. O representante tem de ter nexos com o representado, mas, ao mesmo tempo, para ser representante, tem de criar distância com o representado. Se o representante é uma espécie de espelho puro e simplesmente do representado ou uma expressão puramente mimética do representado, ele não representa. Ao mesmo tempo, se ele se distancia a tal ponto de quebrar o nexo com o representado, também não representará. Há um jogo que não está fadado a se harmonizar. O representante tem de ser responsivo ao representado e, ao mesmo tempo, tem de ter autonomia em relação ao representado. Ora, quando dizemos isso, estamos falando que o representante tem de ser controlado pelo representado, mas, ao mesmo tempo, a sua autonomia inscreve na ação do representante a possibilidade do descontrolo. Isso não é simplesmente desvio da representação, mas constitutivo dela. Há possibilidade do descontrolo exatamente porque, para representar, o representante tem de criar uma distância em relação ao representado. Representar implica o risco da desconexão e do descontrolo na relação entre o representante e o representado. Se considerarmos que a representação política é inescapável no Estado Democrático Moderno - considero que sim, mas a argumentação em relação a isso é um pouco complexa, depois podemos discutir -, o risco, a possibilidade da desconexão e do descontrolo está colocada na agenda da representação. É interessante estabelecermos isso como baliza, não a única, para nossa reflexão aqui.

O segundo ponto a que gostaria de me referir diz respeito especificamente ao parlamento. Havia dito a vocês, suprimindo os historiadores da política moderna, sobre a capacidade que o parlamento teve e tem de sobreviver às enormes transformações políticas; a sua capacidade em se adaptar, aos trancos e barrancos muitas vezes, a essas transformações. Estou dizendo isso porque o parlamento é uma instituição de origem europeia, medieval e feudal e, ao mesmo tempo, sobreviveu às suas origens. E não é só isso: sobreviveu ao antigo regime, à primeira forma de governo representativo, que o Manin chama de forma governo parlamentar. Apesar de o Manin caracterizar que a primeira experiência, a primeira era de governo representativo é chamada de governo parlamentar, o parlamento sobreviveu a essa primeira era e à transformação do governo representativo. Depois, se adaptou ao advento da experiência democrática, embora muitos teóricos da soberania popular - o mais famoso é Jean-Jacques Rousseau - não necessariamente inscrevem na moldura ideal da instituição da soberania popular a ideia do parlamento. Rousseau, por exemplo, tinha muita prevenção porque, evidentemente correto do ponto de vista histórico, considerava o parlamento uma sobrevivência feudal; considerava que uma sociedade que vivesse sob a ideia da soberania popular não poderia admitir essa instituição, essa excrescência feudal dentro da prática da soberania popular. Muitas queixas que ele faz no "Contrato Social" à ideia de representação não são exatamente uma queixa à representação em geral, mas à representação política porque ele a via muito associada ao parlamento.

Como a ideia de soberania popular para ele implicava superação definitiva da sociedade civil, isso passava em sua cabeça pela superação do parlamento. Mas o fato é que, mesmo com o advento do ideal de soberania popular, o parlamento soube adaptar-se; soube, por exemplo, incorporar na sua prática de representação uma saturação popular, com a ideia de ampliar a representação de uma pequena camada da sociedade para o conjunto das camadas sociais por meio do sufrágio universal. O parlamento, nessa transformação do antigo regime para o governo representativo, soube assimilar a ideia de que precisava saturar-se popularmente por dentro, por meio da ampliação do direito de representação, do direito de ser representado e de representar. Posteriormente, ele também acabou assimilando, de uma forma que não é inteiramente pacífica, a forma partido dentro de si, apesar do fato de, no sentido moderno do termo, principalmente na Europa, onde ele surgiu primeiramente, a forma partido não ter surgido dentro do parlamento. O partido, em sua origem, é uma instituição derivada da chamada sociedade civil. Depois, especialmente com a assimilação da saturação popular, o parlamento assimilou a forma partido. Isso gerará a primeira crise do governo representativo.

A ideia de que o parlamento seria uma espécie de palco da prática da discussão e da deliberação é típica da primeira forma de governo representativo, o governo parlamentar, ou seja, o parlamento seria o local da deliberação, que aqui tem um conceito muito específico e é relativo à possibilidade de os agentes deliberativos transformarem suas preferências iniciais por meio da discussão. Ora, quando a forma partido se imiscui dentro do parlamento, a prática da deliberação se desloca, ou seja, o parlamento - à exceção de alguns, como o americano, que, mesmo assim, foi afetado - será diminuído muito fortemente em sua dimensão deliberativa, pois, na medida em que os Deputados

pertencem ao partido e têm de ser agentes de partido, sua capacidade de mudar suas preferências iniciais lá dentro diminui muito, pois isso pode implicar uma traição de seu vínculo com o partido. Isso significa que, no momento em que assimila a forma partido, o parlamento tem que sacrificar sua qualidade de agência deliberativa. É interessante que, ao mesmo tempo em que sacrifica sua qualidade de instância deliberativa, cada vez mais vai sendo reconhecida a ideia de que está cedendo a um dos Poderes constitucionais, e não um Poder constitucional qualquer, mas aquele que é considerado, em várias teorias de soberania popular, como o principal: a função legislativa.

É interessante que, na sua origem medieval, e mesmo depois, o parlamento não era identificado como Poder Legislativo. Essa ideia é uma evolução muito posterior. Dentro da história do governo representativo, é uma ideia relativamente recente considerar Poder Legislativo quando falamos de parlamento. Estou falando de algo relativamente recente na experiência secular do governo representativo, mas que se tornou tão lugar-comum que se incorporou à linguagem ordinária. Quando falamos de parlamento, falamos de Poder Legislativo, como se as duas coisas fossem idênticas. Aqui abro um parêntese: na verdade, descontado o que acabei de dizer da incorporação disso na linguagem, na crença comum da nossa sociedade, do ponto de vista conceitual, parece-me muito dogmático ou muito rígido dizer que parlamento é idêntico a Poder Legislativo. Nos primeiros grandes debates constitucionais modernos, que serão uma espécie de modelo do que se pensa contemporaneamente sobre Constituição, houve uma discussão muito grande a respeito da ideia da especialização das funções constitucionais. Quando dizemos que existe Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário, a forma doutrinária de apresentar isso é a seguinte: existe um conjunto de instituições que se especializa em uma função; outro conjunto de instituições que se especializa em outra função, e assim por diante. Essa é a ideia canônica da doutrina da separação de Poderes, da divisão de Poderes constitucionais.

Sabemos que, desde a primeira experiência de constitucionalismo moderno, que é a experiência da república norte-americana, houve um debate a respeito disso: se a elite política que dirigiu a Revolução da Independência nos Estados Unidos se dividiu em relação a esse problema. Predominou uma tese diferente da especialização das funções constitucionais em cada departamento, em cada poder constitucional; predominou a tese que os americanos chamam de "checks and balances", ou seja, os poderes constitucionais devem ser separados, mas as funções constitucionais, misturadas. Houve um debate a respeito disso. Os artigos federalistas a que o Prof. Paulo Kramer se refere em sua exposição são uma expressão daquele debate, a expressão do lado vitorioso daquele debate. Houve oposições muito fortes às teses que estão naqueles artigos, e uma delas é exatamente a ideia que o Madison e o Hamilton especialmente defendiam e que acabou prevalecendo na Constituição americana: as funções constitucionais não devem ser especializadas em cada departamento do poder constitucional, mas misturadas. E misturadas de uma maneira que, apesar de dizermos que o Congresso é o Poder Legislativo, na verdade o Congresso não é uma instituição que está rigorosamente especializada na função legislativa, pois compartilha com outros Poderes a função legislativa, assim como a Presidência da República compartilhava com outros Poderes a função executiva. O Judiciário, com a inovação que os norte-americanos introduziram, com a ideia de que ele deveria ser um poder constitucional, também não pode especializar-se somente na função judicial. O que eles fizeram? Transformaram a cúpula do Poder Judiciário em um poder que também exerce funções legislativas. Esse Poder pode revisar e até anular a lei que é produzida nos outros Poderes, especialmente no Congresso.

Sabemos também que é ideia norte-americana a introdução da capacidade legislativa da Presidência, à medida que o Presidente da República pode vetar leis aprovadas no Congresso. Além de tudo, inventaram uma forma de haver competição de funções entre uma casa e outra, Senado e Câmara, dentro do próprio Congresso. Se o analisarmos do ponto de vista rigorosamente conceitual, é muito difícil dizer, a não ser por uma simplificação, que o parlamento é igual ao Poder Legislativo, que a Presidência é igual ao Poder Executivo e que a Suprema Corte é igual ao Poder Judiciário. Pode-se dizer que há um componente predominante em cada um desses Poderes. É lógico que o Congresso mais legisla que exerce outras funções, e assim por diante. O parlamento só recebeu essa atribuição de Poder Legislativo quando a ideia de soberania popular se consolidou, ou seja, a ideia de um Estado Democrático se consolidou. Havia uma encarnação institucional mais clara dessa dualidade constitutiva da representação política nas funções, por exemplo, do parlamento medieval. Nas instituições medievais, feudais, o rei aparecia como a representação mística do poder. Havia um componente teológico que deixou de existir ao longo do advento da ideia de poder político secular. Na institucionalidade medieval, pode-se falar em representação mística: o rei como vice-regente de Deus na Terra. Ele expressava claramente a ideia de representação do poder enquanto o parlamento, à medida que funcionasse, o que não era contínuo, encarnava mais claramente a ideia de uma representação perante o poder. Do ponto de vista social, era uma representação muito estreita, porque se referia a uma pequena camada da sociedade. Que coisa interessante: à medida que o parlamento amplia o seu escopo de representação, à medida que se satura popularmente, recebe, cada vez mais, a atribuição de ser também representação do poder. Parece-me que aí está o cerne dos dilemas da instituição parlamentar nas experiências democráticas modernas: o parlamento, mais que qualquer outra representação do Estado Democrático Moderno, encarna essa dualidade à medida que se satura de conteúdo popular. E, ao passo em que se satura de conteúdo popular, esperou-se que fosse não só uma forma de representação perante o poder, mas também uma forma de representação do poder, ou seja, que aliasse em si a função de representatividade e de governabilidade. Como já disse, não está fadado, desde sempre, que a função de representatividade ou de representação das partes se reconcilie facilmente, sem tensão com a função de governabilidade, com a função de representar o todo. Mais que qualquer outra instituição de representação, o parlamento encarna esse esforço de juntar a representação das partes e a representação do todo.

Quando falamos em dilema, queremos dizer que, muitas vezes, utilizando um desses temas que apresentei aqui, a representação das partes pode estar em conflito com a representação do todo. Às vezes, na ação do agente de representação, seja parlamentar, seja Deputado, seja qualquer outra expressão de representação por meio de eleição, servir a parte não se reconcilia facilmente com servir o todo, ou, ao contrário, servir o todo não se reconcilia facilmente com servir a parte.

Parece-me que é importante marcar isso como um elemento de reflexão. Muitos dos teóricos e entusiastas iniciais da forma partido esperavam, no fundo, por meio do advento e desenvolvimento dessa forma de representação, que é a agência partido, reconciliar esses povos. O partido seria uma possibilidade de intermediação da representação perante o poder e de representação do poder, ou da representação das partes com a representação do todo.

O engraçado é que isso já significa que há uma tensão entre os dois e que ocorre então um problema de mediação. Não foi fácil, no debate sobre a representação política, para os intelectuais e pensadores políticos, assimilar a forma partido como uma forma legítima de representação. Na esfera do governo representativo, o partido, em primeiro lugar, aparece como um conceito, uma expressão pejorativa, associados a uma ideia de facção, como se fosse uma espécie de agente de contribuição para a quebra da unidade social e para o envenenamento da possibilidade de uma vida política saudável. Com o tempo, exatamente por tomarmos consciência dessa tensão e dualidade, a forma partido passou a ser cada vez mais aceita e legitimada do ponto de vista intelectual e prático. Deixou de haver a associação entre facção e partido, a ponto de, na literatura, depois da metade do século XX, começar-se a consagrar a ideia de que sem partido as democracias não poderiam funcionar, exatamente por essa ideia de que poderia resolver o problema da representação perante o poder e juntar as funções de governabilidade e de representatividade.

Falamos sobre a crise da representação política como crise da forma partido como ocorre hoje porque há uma certa intuição ou sentimento difuso de que, talvez, essa expectativa surgida ao longo do século XX não tenha sido intrinsecamente válida. Ela poderia ter sido válida em um determinado momento e circunstância, mas essa expectativa passa a ser abalada, e inicia-se uma descrença de que essa forma pudesse ser uma maneira definitiva de harmonizar essa tensão constitutiva.

Por último, gostaria de fazer apenas uma alusão, pois isso exigiria uma recapitulação muito maior do que poderia fazer à recente experiência brasileira de representação política, que tem relação com o processo de redemocratização do País. O que falei sobre a experiência de representação do antigo regime aparecerá, no Brasil, durante as experiências de poder autoritário. É interessante que a ditadura brasileira, diferentemente de outras ocorridas no mesmo período na América Latina, tenha conservado a instituição do parlamento, embora de forma subalterna. E até mesmo experimentou a ideia de partidos, por intermédio de um raciocínio muito tecnocrático ou burocrático, com um partido de situação e outro de oposição. Quando o regime, por um ato institucional, criou os dois partidos, esperava que o partido de oposição fosse de oposição ao governo e não de oposição ao regime. Como os ingleses diriam: um partido de oposição leal ao regime. O fato é que, tanto o

parlamento quanto os partidos, particularmente o partido de oposição criado pelo próprio regime, evoluiu numa direção diferente: de instituição subserviente e subalterna do poder autoritário passou a ser uma instituição que, cada vez mais, seria legitimada perante a sociedade como uma instituição que contesta o regime. O partido de oposição, que deveria ser de oposição ao governo, torna-se, cada vez mais, um partido de oposição ao regime.

Todavia, nesse processo, tanto o parlamento quanto esse partido construíram sua legitimidade por intermédio da ideia da representação perante o poder. A representação como soma das partes, e não como representação do todo. Evidentemente que não podia ser representação do todo enquanto existisse o poder autoritário. Mas o fator de legitimação, de credenciamento social dessas instituições - o parlamento e o partido de oposição - foi dado pelo exercício da função de representatividade. E justamente quando essas duas agências atingem o seu apogeu de legitimação - o que seria uma decorrência natural, mas teria um preço para essas instituições -, passa a ser, também, representação do poder. Só que, tanto o parlamento quanto o partido de oposição, que cresceu dentro desse parlamento, têm sua origem de prática e de desenvolvimento de sua legitimidade como representação perante o poder, representação como soma das partes, que, não necessariamente, é representação do todo.

De uma certa maneira, o regime que suplanta a ditadura militar carrega consigo a maneira como o instituto parlamento e o instituto desse partido adquiriram legitimidade. Existe uma dinâmica do nosso regime político atual, que, de uma forma muito mais intensa que qualquer outra experiência na América Latina e mesmo a experiência europeia e anglo-saxã, condensa essa atenção no regime que substituiu o regime militar. Um dos protagonistas da conquista da redemocratização traz, dentro de si, a prática da representação da soma das partes, e só depois, quando atinge o seu apogeu de legitimidade - que, na minha opinião, ocorre quando é promulgada a Constituição de 1988 -, vai exercer a função que constitutivamente tenciona a representação, que é a função da governabilidade e de exercício da representação do poder. Isso, na minha opinião, esse DNA que está inscrito no novo regime, que vem de 1988 para cá, trouxe muitas coisas interessantes para a experiência democrática contemporânea no Brasil mas, ao mesmo tempo, trouxe um preço, um problema que ainda não está bem resolvido na prática do nosso regime atual. De forma que, se podemos falar de crise de representação política como crise da forma partido, de uma maneira geral no mundo, ou no mundo ocidental, no Brasil, ela tem suas peculiaridades, e mais intensas ainda, em razão da nossa experiência histórica recente e da maneira pela qual o Brasil transitou de um regime autoritário para um regime democrático.

Continuei falando ainda de forma um tanto abstrata, apesar de ter tentado pousar, na minha fala, na experiência concreta do Brasil, mas são essas ideias que gostaria de trazer para vocês. Agradeço-lhes a atenção e espero que possamos debater um pouco mais o assunto.

Palavras da Sra. Cláudia Feres Faria

Bom dia. Agradeço o convite para apresentar nesta Casa algumas coisas que penso a respeito da relação entre participação e representação, e com pessoas que me servem de referência, como o Prof. Cícero Araújo e o Prof. Paulo Kramer. Cumprimento a todos na pessoa do Deputado Lafayette de Andrada, que está representando o Presidente da Assembleia. Não sou uma estudiosa da representação política. Dedico todo o meu esforço ao estudo da participação política não eleitoral. E, como tal, toda a minha exposição aqui será iluminada e informada por esse contexto.

É muito interessante discutir os possíveis dilemas da representação contemporânea a partir da questão da participação, exatamente porque meu olhar está muito mais voltado para a outra face vinculante da representação, que, para mim, é a participação. Nesse sentido, minha exposição foi orientada de uma forma que se vincula à fala do Prof. Cícero Araújo, sobre a ideia de crise e qual seria essa crise. Tenho a impressão, compartilhando de suas palavras - e não sei se estou sendo fiel -, de que é a ideia não de crise da representação em si, mas de um olhar sobre a representação política. E, ao requalificar essa representação política sob a luz da própria participação cívica, também gostaria de especificar o que estou chamando de participação. Muito mais como socióloga que como cientista política, vou olhar para os fatos e iluminar toda a minha exposição com um estudo que é uma experiência muito virtuosa sobre um Parlamento estadual, para cumprir um pouco o que a Patrícia tinha sugerido a mim. A minha exposição começa exatamente com o seguinte título: "Crise: metamorfose ou limites de uma abordagem minimalista da representação política?". A meu ver, o fenômeno da crise é empiricamente assentado em fenômenos como crescentes abstenções eleitorais, credibilidade declinante dos partidos tradicionais, distância acentuada entre povo e elite, opacidade dos mandatos, bem como escândalos recorrentes de corrupção envolvendo tanto representantes do Executivo quanto do Legislativo. Esses fatos, de certa maneira, dão sustentação empírica ao argumento da crise da representação política ou pelo menos cria um certo mal-estar em relação à mesma. Para dar conta desse mal-estar, algumas elaborações teóricas foram recorrentemente utilizadas, e uma delas é exatamente a argumentação elaborada por Bernard Manin, tão citado aqui hoje pelos meus dois colegas. O Manin refere-se não ao momento da crise, mas ao argumento da metamorfose da representação. Nesse argumento, não teríamos crise, mas mudança de tipos de governo, dos governos representativos do tipo parlamentar para democracia de partido e dessa para democracia de público, vinculada às mudanças do contexto histórico. Em que pese ao alcance e riqueza desse trabalho do Manin, a meu ver essa explicação não rompe com uma visão tradicional da representação calcada na divisão clássica entre elite e massa. Essa divisão é assentada na crença de que uns poucos têm competência para decidir, ao passo que a maioria não tem, embora tenha competência para selecionar.

Outra forma de tratar essa mesma questão diz respeito às tentativas de elucidar a diferenciação entre representação eleitoral, territorialmente baseada, e outras formas de representação, chamando a atenção para a multiplicidade de tipos de relacionamentos representativos que povoam as democracias contemporâneas e que, de certa forma, estão vinculadas a essa ideia de crise da representação partidária. A minha apresentação vai seguir mais a última perspectiva ao tentar elucidar o conceito relacional de representação, chamando a atenção para os possíveis vínculos entre representação e participação e um contexto caracterizado por soberanias complexas. Essa relação, a meu ver, baseia-se na ideia de julgamento, de diálogo e de reconhecimento público, em que a ideia de representação envolve a prática de julgamento do representante, garantindo-lhe a sua autonomia, mas, por outro lado, requer um diálogo permanente com o representado para obter capacidade de julgar devidamente interesses, opiniões e perspectivas. Por sua vez, interesses e preferências de opiniões que não estão em consonância com as do representado precisam de justificação e reconhecimento público. A comunicação que conecta essa relação vai ganhar proeminência nos espaços públicos ou naqueles espaços que chamamos de fóruns públicos.

Assim, a participação tanto informa as ações do representante como permite também julgá-lo e controlá-lo. Grupos ou indivíduos representados não são, então, nesse esquema analítico, passivos, à medida que consentem em ser representados, e essa prática de consentimento demanda títulos múltiplos de participação. Por outro lado, se o representante é democrático, precisa ser responsivo àqueles que representa, e uma variedade ampla de atores pode preencher esse critério - representantes eleitos, ONGs, entidades cívicas, grupos, entre outros. Uma variedade de bens também pode ser representada - preferências, identidades, valores -, assim como uma variedade de mecanismos de autorização e controle também passa a ser possível - eleição, voz, deliberação, supervisão, entre outros. Esse modelo, portanto, vai diferir do modelo padrão supostamente realista de representação, que é o modelo eleitoral. Esse modelo, como sabemos, baseado na ideia de seleção e organização territorial das elites políticas, cujo cálculo eleitoral constitui um incentivo para agir em nome de sua base, bem como o voto do eleitor, configura a forma de julgamento e controle do representante.

Aqui, o caráter repetido das eleições torna-se o canal através do qual a vontade do representado encontra-se com o poder do representante. Se o voto universal revelou-se componente importante da igualdade política e, conseqüentemente, da inclusão política nos últimos séculos, a complexidade das questões em curso, bem como a redefinição e pluralização do eleitorado - organizado não mais somente com base na residência, mas em bases mais plurais vinculadas a questões como migração, gênero, raça, classe, ambientalismo, etc. -, impõe um novo olhar sobre a representação nos moldes mencionados acima, onde representação e participação assumem o caráter relacional de que falei, e não mais antitético. Representação, assim pensada, vincula-se a inclusão, e não mais a exclusão, mas precisa assegurar chances iguais para que cada indivíduo ou grupos sociais sejam ouvidos. Nesse sentido, a participação permitirá que grupos - e não só temas historicamente excluídos - tornem-se presentes, forjando-se legitimamente os limites do sistema político e também do parlamento.

É verdade que as regras político-institucionais desta Casa, bem como a preocupação com a sobrevivência de seus próprios mandatos, podem revelar-se extremamente constrangedoras para as potencialidades inclusivas apontadas. O sucesso eleitoral também baliza a ação dos representantes, obstaculizando ações mais voltadas para a defesa de propostas difusas, mas inclusivas, oriundas de grupos e temas minoritários, a não ser que elas estejam vinculadas a regiões geográficas ou a grupos por eles representados. Aliadas a essa questão, tem-se também as regras próprias do parlamento, que podem conferir prerrogativas importantes aos partidos, para que disciplinem a atuação dos parlamentares por via dos seus líderes partidários. Tal disciplina nem sempre condiz com a defesa desses mesmos temas e grupos. Novamente, a pressão exercida pela participação pode reverter essa lógica, contornando os constrangimentos supracitados e enxertando elementos informacionais importantes para balizar a atuação dos representantes desta Casa.

Inovações institucionais que propiciem essa relação tendem a ampliar o escopo da representação política, uma vez que a vincula tanto ao Parlamento quanto à sociedade. Vale ressaltar, entretanto, que qualquer que seja a inovação, ela não pode prescindir da presença nem do compromisso dos Deputados, dos parlamentares, uma vez que a reforma institucional sem a prática social não gera vínculos democráticos. Se estamos requalificando o conceito de representação política, é importante também elucidar o que estamos chamando aqui de participação, uma vez que esse termo não possui o significado unívoco. Abordagens vinculadas às teorias do capital social, da esfera pública e dos grupos de interesses, por exemplo, elucidam uma multiplicidade de sentidos que esse termo pode assumir. Isso, porque privilegiam arenas sociais, permeadas por diferentes atores sociais, que agem de formas distintas, estabelecendo, assim, vínculos diferentes com a representação política. Genericamente falando, a perspectiva do capital social, por exemplo, enfatiza os impactos da atividade cívica na vida democrática, o aprendizado oriundo da vida comunal e seus impactos institucionais. Por sua vez, a perspectiva da esfera pública interessa-se pelos atores informais, mas politicamente orientados, e pela influência que exercem no sistema político, notadamente, no Parlamento. Por fim, a abordagem dos grupos de interesses se concentra nas organizações formais e profissionalizadas que são politicamente orientadas e que influem diretamente no sistema político. Cada uma dessas abordagens analíticas contribui de forma diferente para pensarmos a representação política como uma instituição complexa. Instituição que envolve vários níveis de ação política não se esgota nos momentos eleitorais, ao contrário, atua em seus intervalos, servindo como fomentadora da representação. Dessa forma, diferentes tipos de participação podem ganhar destaque, uma vez que formam uma rica teia de interação entre representantes e representados para influenciar o poder político. O diferencial dessa abordagem consiste na quebra da visão individualista da relação entre representante e representado e na ênfase da dimensão associativa do processo político que envolve diferentes arenas e atores, e não só o momento específico da agregação de preferências individuais, o voto. Nosso grande desafio, tanto teórico como prático, é como integrar esses diferentes atores e seus diferentes padrões de ação em um arcabouço coerente, que considere a participação individual, o voto, bem como a participação coletiva e suas múltiplas conexões com o sistema político, notadamente o Parlamento. Com essa finalidade, lançarei mão dos fatos e buscarei mostrar como podem iluminar e exemplificar experiências virtuosas envolvendo participação e representação política. A minha tese de doutorado foi baseada na estadualização de uma prática participativa que se tornou muito visada no Brasil, que é o orçamento participativo. Como se sabe, o Rio Grande do Sul foi um dos precursores dessa prática participativa executada pelo Executivo Municipal. Quando ganharam a eleição no Rio Grande do Sul, o PT e seus partidos aliados estadualizaram essa prática. Então, fui para o Rio Grande do Sul, para analisar as consequências da estadualização de uma prática participativa que, até então, era só municipal. Duas coisas me chamaram a atenção, ao analisar esse processo. Primeiro, que a tão propalada participação direta do orçamento participativo, que, na verdade, nunca foi direta, com a mudança de escala, passou a ser mais representativa. Então, a representação, que não se escreve somente no sistema político, mas também na própria prática participativa da sociedade, passou a ser recorrentemente utilizada.

Outro fato que chamou muito a minha atenção foi a reação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que, ao contrário de várias Câmaras de Vereadores, em vez de virar as costas para essa experiência participativa, elaborou o seu próprio processo participativo denominado Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional, que foi montado pelos parlamentares da oposição da Casa, majoritários, com o objetivo de discutir o Plano de Desenvolvimento Regional, gestado no âmbito do Executivo, com o apoio da população gaúcha, que participava do orçamento participativo.

A experiência desse Fórum, conforme os próprios parlamentares, foi muito rica para a Casa em si e para a população gaúcha. O orçamento do Estado passou a ser debatido, confeccionado e gestado por múltiplos fóruns, tanto os fóruns do orçamento participativo estadual quanto os fóruns promovidos pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Os Deputados saíram em caravanas pelas 22 regiões do Estado. Após a chegada do orçamento à Casa, no mês de setembro, os parlamentares rediscutiam todas as demandas, emendas, a confecção e o desenho do próprio orçamento participativo.

O que era entregue pelo Executivo e confeccionado com a suposta população gaúcha era redebato pelo Parlamento, que, num ato de julgamento público, de diálogo com a população, redebateria possíveis emendas e projetos de lei. Ao fazerem isso, os Deputados da Casa reuniam outro público que não era o mesmo que participava do orçamento participativo, isto é, setores que não estavam representados ou devidamente representados nas arenas públicas do orçamento participativo. Foi criado, assim, para o bem ou para o mal - creio que para o mal, porque o Governador não foi eleito - uma onda participativa no Estado.

Dois grandes debates chamaram a minha atenção: um sobre a matriz tributária, que o Executivo queria mudar, e o outro sobre a confecção, a criação de uma universidade estadual. Em ambos os casos, o padrão de conflito foi muito grande não apenas dentro das assembleias do orçamento participativo, mas também dentro das assembleias do Fórum Democrático. Quanto ao resultado desses debates, sob o ponto de vista do Parlamento, conforme os próprios Presidentes da Casa, que eram da oposição, houve uma racionalização do número de emendas parlamentares e do padrão de conflito entre as duas Casas. O que essa experiência me mostrou foi o seguinte: embora muito trabalhoso, os Deputados chamavam muito a atenção para isso, porque, além de compromissos diários com suas bases parlamentares, eles tinham de sair em caravanas debatendo, em diversos pontos do Estado, com a população e com os grupos organizados interessados. Na verdade, o Parlamento passa não só a obter vantagem dessa dinâmica, como a desempenhar seus papéis cotidianos de intermediação de interesses de grupos, assim como de emendas de lei garantindo determinados interesses de determinados grupos. Ele passou a exercer claramente o papel histórico de "checks and balances" do Parlamento, ou seja, de controle público. Ao levantar essa discussão, ele não só explicava à população os constrangimentos oriundos das propostas do Executivo, mas também a viabilidade da execução desses projetos, tornando a peça orçamentária, que geralmente é uma ficção no Brasil, em algo extremamente real.

A lição a tirar desse caso não está somente no acréscimo das funções do parlamentar. A meu ver, essa experiência virtuosa deu-se num contexto de grande polarização política, ou seja, num contexto em que o governo Olívio Dutra ganhou a eleição, mas tinha minoria no Parlamento. Ele governou o tempo todo com minoria. Na verdade, a forma de diálogo encontrada por essas duas Casas foi por meio desses focos. Minha pergunta - e aqui vêm as inovações que a Assembleia de Minas vem forjando, por meio da Escola do Legislativo e da experiência das audiências públicas, da experiência da discussão do Plano Plurianual: como criar tais inovações e contar com a aquiescência dos parlamentares num contexto diferente daquele que marcou a experiência do Rio Grande do Sul? Acho que essa questão é que pode marcar o nosso debate. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado Lafayette de Andrada) - Agradecemos a contribuição dos Profs. Paulo Roberto Kramer, Cícero Araújo e Cláudia Faria.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste momento, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores, por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que desejarem fazer uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensando-se as formalidades das saudações pessoais. Cada participante disporá de 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Informamos que esta reunião será reprisada pela TV Assembleia em 21/2/2010, às 9 horas. A ata desta reunião, contendo a transcrição completa das exposições e dos debates, será publicada no "Diário do Legislativo" do dia 24/2/2010.

## Debates

O Sr. Presidente - Vêm à Mesa duas indagações. A primeira, dirigida ao Prof. Cícero Romão, é feita por Antônio Calhau: "Os Parlamentos europeus e norte-americanos têm forte vocação fiscalizadora, o que não acontece no Brasil. Como inverter esse papel no contexto político brasileiro?".

A outra pergunta é dirigida a todos os palestrantes: "Há como vislumbrar alguma solução para a crise da representação? Qual seria?". Com a palavra, o Sr. Cícero Romão Resende de Araújo.

O Sr. Cícero Romão Resende de Araújo - Geralmente tenho uma dificuldade de reagir de pronto a perguntas como esta, que é bastante complexa, mas, naquela polarização que reconstruí aqui, parece-me que a função fiscalizadora está mais próxima da ideia da representação perante o poder, para, entre outras coisas, controlar o exercício da representação do poder. Como falei para vocês, mais que qualquer outro instituto de representação nas democracias contemporâneas, o Parlamento encarna essa tensão, porque, se é verdade que tem a ver com a ação fiscalizadora perante o poder, ele tem de exercer o poder também, na medida em que é Poder Legislativo. Eu até diria que, para estabilizar sua função controladora e fiscalizadora, ele precisa ter algum poder constitucional. Não sei se necessariamente o poder legislativo, mas ele precisa ter um poder constitucional, pois precisa de um poder de contenção dos outros Poderes. É verdade que, na sua fase heroica, quando enfrentava o antigo regime ou os regimes autoritários modernos, como o regime militar brasileiro, o Parlamento não tinha poder de fato, mas foi legitimando-se, à medida que foi aproximando-se da sociedade, que já não queria aquele tipo de poder autoritário. Ele teve que se aproximar da sociedade para ganhar efetivo poder de contenção dos outros Poderes. Para deixar de ser poder subalterno e estabilizar sua função fiscalizadora, por exemplo, ele teve que assimilar para dentro de si um poder constitucional. O Poder Legislativo, por exemplo, não deixa de ser uma maneira de conter, de dar poder de barganha à instituição. Talvez isso ocorra até porque a experiência dos Parlamentos europeus é anterior ao Estado Democrático Moderno - e me refiro particularmente ao Parlamento britânico, que se esmerou muito nessa função controladora. Mas esses Parlamentos na Europa estão sofrendo questionamentos muito fortes quanto à sua atuação. Basta lembrarmos os problemas recentes que ocorreram no Parlamento britânico, talvez bem menores que os que tiveram lugar no Parlamento brasileiro, por exemplo, mas ocorreu um questionamento muito forte da opinião pública em relação à atuação do Parlamento britânico.

E aí vem um problema que me parece inescapável. Quando também se acumula a representação do poder, a função de governabilidade, surge a seguinte questão: o Poder que comanda, que é controlador e fiscalizador, tem de controlar não só o outro Poder, mas a si próprio. Como um Poder que precipuamente condensa a função fiscalizadora pode, tudo bem, fiscalizar o outro Poder, mas fiscalizar a si próprio, na medida em que tem uma função de exercício do poder, de governabilidade?

Parece que entramos numa espécie de círculo vicioso sobre quem controla o controlador, na medida em que o controlador exerce também a representação do poder. Parece-me que esse não é um problema que está escapando aos Parlamentos europeus, embora seja menos intenso do que os da América Latina, do Brasil.

Sobre a questão de como inverter as nossas experiências, não saberia responder qual a forma de superação dessa situação. Dentro do que mencionei na minha exposição, pode ser essa tradição de enorme resiliência da instituição histórica dos Parlamentos, essa capacidade que eu chamaria de instinto de sobrevivência dos Parlamentos como instituições que sobreviveram às transformações políticas profundas ao longo do século. Parece-me que na história dessa sobrevivência existe uma história de capacidade de renovar suas elites internas. A cada transformação que o governo representativo sofre e o governo sobrevive, ele sobrevive com a capacidade de fazer uma espécie de purgação e de transformação das suas elites. Quando, por exemplo, da passagem do voto censitário para o sufrágio universal, há uma mudança do tipo de elite que predomina no Parlamento. Há uma mudança profunda, uma mudança quase que revolucionária na composição social desse instituto. O instituto sobrevive, mas ele é capaz de mudar sua elite. Uma das maneiras pelas quais ele muda a sua elite é mudando as regras de composição da representação. Não é a única. Uma coisa interessante a respeito dos estudos de mudanças de elite dos Parlamentos é que, de fato, as mudanças de regras de composição acabam tendo uma repercussão na composição do tipo de elite que preenche as cadeiras do Parlamento. Isso é uma coisa impressionante. E é por isso que não é fácil mudar as regras de composição de um Parlamento, porque as mudanças das regras de composição afetam diretamente quem está exercendo a atividade de representação. É muito difícil imaginar que quem se beneficia de uma regra de composição queira, espontaneamente, mudar a regra de composição, à medida que percebe que a mudança de regra de composição não afeta simplesmente as regras, ela tem um efeito na composição concreta da instituição. Estou colocando um problema lógico a que eu não saberia responder na prática. Mas o fato é que nas experiências históricas dos Parlamentos, os Parlamentos souberam, em razão de mudanças da opinião pública, de pressão da opinião pública, de pressão da sociedade civil e de uma série de mudanças da cultura política, sobreviver a essas transformações. É isso.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Cícero as palavras. Passo a pergunta do Sr. Antônio Carlos Magalhães, sem endereço, ao Sr. Paulo Kramer: "Vislumbra-se algum caminho para a solução da crise da representação? Qual seria?".

O Sr. Paulo Roberto da Costa Kramer - Prezado ACM, costumo dizer que realidade é coisa para gente grande. Uma das características do pensamento mágico infantil é achar, como diziam nossas mães e avós, que todos os proveitos cabem em um só saco. Como mostrou o grande filósofo político Isaiah Berlin, uma das minhas admirações, quando você absolutiza a liberdade, a igualdade é prejudicada, a liberdade absoluta é a liberdade de os lobos devorarem os cordeiros. Por outro lado, se você absolutizar a igualdade, você matará a liberdade, e haverá nivelamento por baixo e fraca capacidade de renovação, de melhora social.

Da mesma forma, nenhum povo está satisfeito com o seu sistema político. Quem vive sob o regime do voto majoritário, distrital puro, diz que ele prejudica a representação porque não permite ou cria grande dificuldade para o surgimento do terceiro e do quarto partidos. Quem vive o regime proporcional reclama que ele leva à fragmentação e torna difícil o processo decisório, mais coerente, porque, ao privilegiar a representação, compromete a governabilidade, e vice-versa. Acho que não há uma solução definitiva. A característica fundamental da condição humana são as limitações. Ai de quem perde a noção dos limites! De repente, no auge da popularidade, tem-se um "peripaco", a pressão sobe. Como alertam alguns filósofos... Vocês se lembram do que havia ao lado da biga de um imperador romano, quando desfilava em triunfo? Havia um escravo encarregado de dizer: "Lembra-te de que és mortal". A característica humana são as limitações. Então, não há solução definitiva nem total para nada. Acho que há tentativas de se fazer remendo. Gostei muito da formulação do Cícero a respeito da "resilience", da durabilidade do Parlamento. Se o grande parlamentar e filósofo irlandês de nascimento - britânico, enfim - Edmund Burke, pai do conservadorismo moderno, estivesse vivo, atribuiria alta nota ao Parlamento. Burke era conservador, mas não era reacionário. Não queria fazer voltar o relógio da história. Achava que passar uma borracha em tudo e planejar ou replanejar a cidade como se fosse o plano piloto de Brasília também não dá certo. Quer dizer, essas tentativas de engenharia social acabam em genocídio, como a Alemanha de Hitler, a Rússia de Stalin, o Camboja de Pol Pot, a Cuba de Castro. São mudanças adaptativas, parciais. As instituições que triunfam, que passam pelo tempo, conseguem fazer adaptações. Por isso não devemos achar que dá para jogar no lixo o acúmulo de experiências, tanto negativas quanto positivas, como a dos Parlamentos ocidentais ou de modelo ocidental.

Atreveria a sugerir três remendos. No caso brasileiro, para não dizer da crise em abstrato, mas da crise de representação no Brasil, até que ponto ela existe, a primeira coisa é mudar o regime eleitoral - outra missão impossível. Vamos para o voto distrital puro, como em vários momentos no Império. Por quê? Porque acorrenta o representante ao representado. O sujeito tem de ficar lá o tempo todo prestando conta, dá a impressão de serviço, porque senão ele está fora. Em segundo lugar, há essas tentativas de partir para experiências participativas que

reforcem, não superem, antagonizem a função representativa do Parlamento, como exemplificou a Profa. Cláudia Feres; as audiências públicas, as tentativas de orçamento participativo, sabendo também que não é uma solução total para nada. Democracia mesmo, em última análise para mim, não é na Assembleia, onde, às vezes, certos grupos mais preparados ganham no grito. O teste final da democracia é ali no escondidinho da cabine eleitoral, em que realmente se diz o que se pensa e se vota em quem se quer ou até não se vota, se não se quiser. Enfim, a solução é mesclar essas experiências participativas.

Finalmente, acho que isso remete a uma outra questão discutida aqui, que é a função fiscalizadora dos Paramentos, reforçar essa função fiscalizadora. Isso passa por uma valorização do corpo técnico de assessores e consultores legislativos. Falei aqui do problema da estatização do cabo eleitoral por via da contratação de assessores de livre provimento, que é um grupo que não para de crescer. Não é a isso que estou me referindo, mas a um corpo técnico. Há vários formatos. Nos Paramentos brasileiro e francês há o preenchimento desse corpo técnico por via de concurso público; no caso americano, há um sistema misto. No Congresso americano há os assessores pessoais obviamente, mas existem os assessores técnicos das comissões, tanto os dos democratas quanto os dos republicanos, Maioria e Minoria. Há, também, "think thank" do Congresso americano, o Congressional Research Service - CRS. Produzem maravilhas de estudos sobre todas as políticas públicas nacionais e externas em relação às quais o Parlamento americano tem de se posicionar. Diferentemente do Parlamento brasileiro e de outros, o Parlamento americano concentra muito poder; é a instituição mais poderosa. Se pensarmos bem, o que sobra, ao fim e ao cabo, para o Presidente americano é a capacidade de inspirar e exortar, como já disse um autor de ciências políticas, exercer a presidência retórica, a "rhetorical presidency". Se estiver contra o Parlamento ou se achar que ele está muito hesitante em tomar alguma medida do interesse do Executivo, este passa por cima das cabeças dos Parlamentares e se dirige diretamente à população. Isso se torna cada vez mais fácil com os meios de comunicação. O Executivo tem sempre essa vantagem, porque sempre tem um rosto, é uma pessoa, é alguém; o Parlamento, ao contrário, é uma instituição sem rosto e colegiada. Essa história de passar por cima do Parlamento lá nos Estados Unidos dá certo em função do "checks and balances" e de uma tradição democrática baseada nisso. Não é chavismo o que estou propondo aqui, obviamente. Como diria Jonathan Swift, essa foi a minha modesta proposta para melhorar os problemas decorrentes da crise da representação, sabendo que não há uma solução definitiva, final para nada nesta vida. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras do Prof. Paulo Kramer. Pergunta da Sra. Cláudia Sampaio dirigida à Prof. Cláudia Feres: "Considera-se que a saída para o Parlamento hoje reside na sua capacidade de sinergia com as outras formas de representação. De que forma ele pode se reinventar como representação na realidade do sistema partidário?". Com a palavra, a Profa. Cláudia Feres.

A Sra. Cláudia Feres Faria - Em primeiro lugar, os partidos não estão em contraposição, assim como o voto individual lá na urna eletrônica, a essa visão um pouco mais ampla da representação apoiada em vários autores, que aqui estou sugerindo como forma de sair desse conceito minimalista de representação e ampliá-lo. Isso já vem sendo feito, faz mais parte da realidade do que, na verdade, é considerado. Então, não vejo nem organização de grupos de interesse nem organização da sociedade em termos partidários como algo contraditório a essa pluralização de formas de representação. É preciso tomar cuidado para não tornarmos isso algo dicotômico; o grande desafio que faz parte das inovações e da sua análise é ver como podemos coadunar essas diferentes formas. Compartilho com o Prof. Paulo Kramer, em relação à exposição do Prof. Cícero, a ideia de que o Parlamento já vem fazendo isso, ou seja, considero uma boa perspectiva essa capacidade de se renovar, de se abrir, de olhar para si mesmo, como está sendo feito aqui agora.

O Sr. Presidente - Acaba de chegar aqui uma pergunta da Fádua dirigida ao Prof. Paulo Kramer, aos 46 minutos do segundo tempo: "Sabemos que os parlamentares recebem diariamente várias demandas de seus representados. Muitos delas são vistas como clientelistas. Como o senhor avalia essas demandas? São legítimas? A classificação de clientelista é preconceituosa?". Com a palavra, o Prof. Paulo Kramer.

O Sr. Paulo Roberto da Costa Kramer - Muito obrigado pela pergunta. Em se falando de preconceito, muitas pessoas que trabalham nessa atividade de articulação ou de representação de interesses - ou, usando um rótulo mais maldito, de "lobby", os lobistas - estão tentando usar outros títulos, outros rótulos, já que o de lobista, mesmo nos Estados Unidos, não é muito engrandecedor. Então, usa-se, cada vez mais, em inglês, diretamente, sem tradução, o termo "advocacy" para o "lobby". Outro dia, uma aluna me perguntou qual a diferença entre "lobby" e "advocacy", e respondi que era muito simples, pois "lobby" era o que ela fazia, e "advocacy", o que eu fazia. Clientelismo nos olhos dos outros é refresco, ou seja, as minhas demandas são sempre puras e ideológicas enquanto as dos outros são clientelismo. Ora, essa é a própria vitalidade da relação representante-representado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Vamos encerrar o painel desta manhã passando a palavra aos expositores, para as suas considerações finais. Com a palavra, o Prof. Paulo Kramer.

O Sr. Paulo Roberto da Costa Kramer - Agradeço aos remanescentes do Plenário por me terem tolerado e quero, mais uma vez, congratular-me com a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com o seu corpo técnico de profissionais, o Alaor, a Patrícia e outros companheiros que estão dando uma contribuição tão importante para o aprimoramento. Eles também são soldadinhos dessa grande empreitada secular, que é cada vez mais ampliar a resiliência do Parlamento e sua adaptação aos desafios das novas eras. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Profa. Cláudia Feres Faria.

A Sra. Cláudia Feres Faria - Gostaria simplesmente de agradecer a oportunidade. Espero que essas iniciativas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais continuem, porque nós, a Assembleia e os representados temos a ganhar.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo.

O Sr. Cícero Romão Resende de Araújo - Também quero dizer que foi uma satisfação esse primeiro contato que tive com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e expressar minha admiração por esta Casa estar preocupada com uma reflexão como a que foi feita hoje por esta Mesa e com a sua capacitação e organização para executar isso. Espero que possamos manter diálogo no futuro. Obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

Ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 9/2/2010

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Délio Malheiros e Gil Pereira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Délio Malheiros, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Eduardo César Schroder e Braga, Secretário-

Geral dos Procons Mineiros, solicitando a intercessão junto à Presidência desta Casa com o objetivo de agilizar a tramitação do Projeto de Lei nº 309/2007, que disciplina o "marketing" direto ativo e cria lista pública de consumidores para o fim que menciona; e de correspondências publicadas no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios do Sr. José Roberto Pereira Neder, Gerente-Geral de Outorga, Acompanhamento e Controle das Obrigações Contratuais da Anatel (substituto), prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.198/2009, da Comissão de Defesa do Consumidor (30/1/2010); e da Sra. Simone Henriqueta Cossetin Scholze, Superintendente Executiva da Anatel, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.819/2009, da Comissão de Defesa do Consumidor (16/1/2010). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 309/2007 (Deputado Adalclever Lopes) e 2.535/2008 (Deputado Délio Malheiros), ambos no 2º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.142, 5.233 a 5.235 e 5.237/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja realizada audiência pública para debater os recentes casos de "recall" de veículos fabricados pela montadora Toyota nos Estados Unidos e na Europa e suas repercussões nos veículos fabricados no Brasil. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Adalclever Lopes, Presidente - Délio Malheiros - Ademir Lucas.

Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 10/2/2010

Às 14h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Vanderlei Miranda e Carlos Mosconi (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (4) em que solicita sejam realizadas visita ao presídio de Coronel Fabriciano e reunião de audiência pública nesse Município, para apurar denúncias de maus tratos e desvio de conduta por parte de alguns Agentes Penitenciários, bem como de suposta existência de uma sala de tortura no estabelecimento; seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos sobre a situação das famílias herdeiras da área denominada Fazenda Peroba (antigo Bairro Ferrusso), que foi desapropriada pelo poder público para a organização e a estruturação do Bairro das Indústrias em Contagem; seja realizada visita aos prédios abandonados do Residencial Saint Martin, no Bairro de Santa Tereza nesta Capital; e seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos e buscar soluções para as famílias que vivem nesses imóveis; Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater, sob o ponto de vista do usuário do serviço de saúde, o Projeto de Lei Federal nº 7.703/2006, em tramitação no Senado Federal, que dispõe sobre o exercício da medicina. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

## ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/2/2010

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.437, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 23/1/2003. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.



Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação da Emenda nº 2, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.416/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de industrialização de máquinas e equipamentos pesados para indústrias siderúrgicas, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.793/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de laticínios, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.794/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de revestimento cerâmico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 630/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre a Política Estadual de Agroindústria Familiar e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 610/2007, do Deputado Weliton Prado, que estabelece diretrizes para o apoio do Estado à fruticultura no Triângulo Mineiro. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 24/2/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.857/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.130/2009, do Deputado Dimas Fabiano; 5.270/2009, da Comissão de Participação Popular; 5.280/2009, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 24/2/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir a situação do Hospital São Francisco de Assis, situado nesta Capital, com os convidados: Srs. Wagner Eduardo Ferreira, Secretário Adjunto de Saúde, representando o Sr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Valma Leite da Cunha, Promotora de Justiça; José Moreira Sobrinho, Presidente do Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo; Roberto Antonio Verônica, Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Belo Horizonte - Sіндеess -; e Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Minas Gerais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às

10 horas do dia 24/2/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.348, 5.349 e 5.351/2010, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 24/2/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.100/2009, do Deputado José Henrique; 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio; 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.518/2009, do Deputado José Henrique; 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.803/2009, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 5.316/2009, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 24/2/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.215/2008, do Governador do Estado, para receber parecer sobre as Emendas de nºs 2 a 46, apresentadas em Plenário.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.381/2010, do Deputado Célio Moreira; 5.412/2010, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 5.445 e 5.446/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 1ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 24/2/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.892/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.696/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 4.022/2009, do Deputado Fábio Avelar; 4.029/2009, do Deputado Walter Tosta; 4.043/2009, da Deputada Maria Tereza Lara; 4.046/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.048/2009, do Deputado José Henrique; e 4.054/2009, do Deputado Tiago Ulisses.

Requerimentos nºs 5.227/2009, do Deputado Ademir Lucas; 5.264, 5.266, 5.282, 5.286, 5.287 e 5.289/2009, da Comissão de Participação Popular; 5.309/2009, do Deputado Duarte Bechir; 5.337, 5.338 e 5.339/2010, do Deputado Wander Borges; 5.341/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 5.360/2010, do Deputado Doutor Viana; 5.363/2010, do Deputado Duarte Bechir; 5.373/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 5.376/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 5.394 e 5.395/2010, do Deputado Doutor Viana; 5.414 e 5.416/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes; e 5.447/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 24/2/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 24/2/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h45min do dia 24/2/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.340/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.357/2010, do Deputado Carlin Moura; 5.367; 5.368; 5.369 e 5.382/2010, do Deputado Gustavo Valadares; 5.393/2010, do Deputado Carlin Moura e 5.443/2010, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 24/2/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.386 a 5.392/2010, da Deputada Ana Maria Resende; 5.405/2010, do Deputado Jayro Lessa; 5.406/2010, do Deputado Wander Borges; 5.419 a 5.430/2010, do Deputado Doutor Viana; 5.440, 5.441, 5.442 e 5.458/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 24/2/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.195/2009, do Deputado Almir Paraca.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 5.415/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão Especial sobre a Arbitragem, a realizar-se às 15 horas do dia 24/2/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 24/2/2010, destinadas, ambas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 19.437, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 23/1/2003; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado; e 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução nºs 2.416/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de industrialização de máquinas e equipamentos pesados para indústrias siderúrgicas, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75; 3.793/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de laticínios, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975; e 3.794/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de revestimento cerâmico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75; e dos Projetos de Lei nºs 610/2007, do Deputado Weliton Prado, que estabelece diretrizes para o apoio do Estado à fruticultura no Triângulo Mineiro; 630/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre a Política Estadual de Agroindústria Familiar e dá outras providências; 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado; e 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de fevereiro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Especial da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alencar da Silveira Jr., Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/2/2010, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se eleger o Presidente.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Eros Biondini, Vice-Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/2/2010, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 4.070/2009 e 4.144/2010, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Délio Malheiros, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/2/2010, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 4.070/2009 e 4.144/2010, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Zé Maia, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.672/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Carlin Moura, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Cultural e Recreativa Fubá Suado, com sede no Município de Contagem.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.672/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Cultural e Recreativa Fubá Suado, com sede no Município de Contagem, que tem como finalidade a melhoria da qualidade de vida da população local.

Dessa forma, desenvolve atividades educacionais, culturais, sociais, esportivas e recreativas; incentiva a prática do voluntariado; participa de discussões, fóruns e congressos do movimento de associação de moradores; contribui para o estabelecimento de políticas públicas e programas intersetoriais nos níveis federal, estadual e municipal, visando a garantir a universalidade e a qualidade da atenção à criança e a proteção a sua família, na perspectiva de concretizar o direito e as oportunidades de acesso aos bens socioculturais necessários ao desenvolvimento humano e social; mantém publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos a suas atividades.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.672/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.755/2009

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Deputado Gil Pereira, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar a denominação de Professor Hugo Werneck a próprio estadual destinado ao Ministério Público do Estado localizado no Município de Montes Claros.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.755/2009 tem por finalidade dar a denominação de Professor Hugo Werneck ao edifício destinado ao Ministério Público localizado na Avenida Cula Mangabeira, 345, no Bairro Santo Expedito, no Município de Montes Claros.

Filho de Hugo Eiras Furquim Werneck, um dos fundadores da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, o homenageado nasceu em Belo Horizonte, em 1919. Além da dedicação à odontologia, área de sua formação profissional, destacou-se por seu amor à natureza, sendo um dos pioneiros na luta em defesa do meio ambiente no Brasil.

Foi Presidente da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte - FZB-BH - e integrante do Conselho Universitário da UFMG. Fundou o Centro Mineiro para Conservação da Natureza e, em sua gestão, foi criado o borboletário da instituição. Foi, ainda, conselheiro em várias iniciativas relacionadas com a preservação da natureza, algumas ligadas a empresas privadas e ao Ministério do Meio Ambiente.

Na prática de suas atribuições, foi um natural representante do Ministério Público como defensor da natureza e sua preservação. Apesar de nunca ter ocupado cargos nessa instituição, mediante concurso público, defendia a natureza de forma coletiva, como é característico dos integrantes desse órgão.

É importante ressaltar que Hugo Werneck foi muito além da defesa de pássaros ameaçados de extinção ou do meio ambiente, pois deixou a lição de que é preciso observar e respeitar a organização da natureza, para aprendermos a viver melhor em sociedade. Com sua militância na área ambiental e a dimensão humanista de sua atuação, ele deixou um legado de mudanças e transformações que o tempo não apagará.

Por essas considerações, julgamos oportuna e meritória a homenagem que lhe está sendo feita por intermédio da referida proposição, que demonstra o reconhecimento aos relevantes serviços prestados à população mineira.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.755/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Padre João, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.913/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Grupo 3ª Idade Bem Viver, com sede no Município de Cruzília.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.913/2009 pretende declarar de utilidade pública o Grupo 3ª Idade Bem Viver, com sede no Município de Cruzília, que tem como finalidade assegurar o bem-estar e o exercício pleno da cidadania dos idosos residentes na localidade.

Na consecução de suas metas, busca o aprimoramento e o desenvolvimento físico, mental e intelectual de seus assistidos; colabora para a divulgação e implementação do Estatuto do Idoso; promove o convívio dos associados com as demais gerações, estimulando uma velhice ativa; incentiva o voluntariado, oferecendo cursos de capacitação para melhor atender à população idosa.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.913/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.939/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Bráulio Braz, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro João XXIII, com sede no Município de Muriaé.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.939/2009 tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro João XXIII, com sede no Município de Muriaé, entidade civil sem fins lucrativos.

A referida Associação foi fundada em 1983 e tem por finalidade estimular e apoiar a defesa dos interesses comunitários, fomentando o

desenvolvimento do espírito associativo. Para tanto, oferece subsídios, como recursos técnicos e materiais às pessoas carentes e presta assessoria aos moradores, encaminhando suas reivindicações aos órgãos públicos municipal, estadual e federal, além de propiciar espaços para reflexão, onde seus associados podem traçar planos para alcançar melhorias localizadas ou integradas a todo o Município.

A documentação anexada ao processo demonstra que a instituição desenvolve atividades diversas, sempre com o intuito de melhorar a qualidade de vida de seus associados e dos carentes em geral, o que contribui efetivamente para a consolidação da cidadania daqueles a quem presta serviço.

Por isso, é oportuna a declaração de utilidade pública da entidade, determinada pelo projeto em análise.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.939/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.007/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Carlos Gomes, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação de Promoção à Vida Uai Brasil, com sede no Município de Teófilo Otôni.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.007/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Promoção à Vida Uai Brasil, com sede no Município de Teófilo Otôni, que tem como finalidade realizar obras e ações para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Com esse propósito, oferece proteção à saúde da família, da maternidade e da infância; combate a fome e a pobreza; desenvolve atividades educacionais, culturais e esportivas; ministra aos filiados cursos profissionalizantes com o intuito de inseri-los no mercado de trabalho; orienta sobre a preservação do meio ambiente.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.007/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Cecília Ferramenta, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.040/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Rotary Club de Sabará, com sede no Município de Sabará.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.040/2009 pretende declarar de utilidade pública o Rotary Club de Sabará, com sede nesse Município, que tem como finalidade principal promover o desenvolvimento socioeconômico da coletividade.

Parte de uma organização mundial que se notabilizou como um eficaz instrumento de associativismo orientado para servir à comunidade, a instituição desenvolve projetos de alcance social, encontros e palestras, cumprindo a missão gravada em seu estatuto.

Atua, também, na promoção da ética, da cidadania, dos direitos humanos e de outros valores universais.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

## Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.040/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.041/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

## Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Pró-Melhoramento do Bairro Nossa Senhora de Fátima – Apromel do Fátima –, com sede no Município de Sabará.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

## Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.041/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Pró- Melhoramento do Bairro Nossa Senhora de Fátima – Apromel do Fátima –, com sede no Município de Sabará, cuja finalidade é a defesa dos direitos dos moradores do bairro e adjacências.

A Associação desenvolve programas para promover o combate à fome e à pobreza, o desenvolvimento cultural, educacional e social de seus associados; oferece cursos profissionalizantes e mantém centros de treinamento de mão de obra; encaminha seus associados à clínica odontológica, quando necessitam de tratamentos específicos; e firma convênios com órgãos públicos e entidades privadas visando a subsidiar suas iniciativas.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a finalidade de retificar o nome da entidade, de acordo com o art. 1º de seu estatuto.

Por todas as relevantes atividades que desenvolve, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

## Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.041/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.049/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

## Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Córrego de Areia e Adjacência – Acca –, com sede no Município de Fortuna de Minas.

A matéria foi examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

## Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.049/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Córrego de Areia e Adjacência, com sede no Município de Fortuna de Minas, entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos moradores dessa comunidade.

Na consecução de seu propósito, desenvolve atividades voltadas à proteção da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice; promove a integração de seus assistidos no mercado de trabalho; presta assistência às pessoas portadoras de deficiência visando sua integração na sociedade; realiza ações nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte e lazer; defende a melhoria habitacional e de transportes; luta pela preservação do meio ambiente, especialmente dos recursos hídricos e apoia o produtor rural.

Pela importância de suas ações, consideramos a Associação Comunitária dos Moradores de Córrego de Areia e Adjacência merecedora do título de utilidade pública.

## Conclusão



Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.049/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.064/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Ademir Lucas, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural da Pontinha, com sede no Município de Paraopeba.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.064/2009 tem por escopo seja declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural da Pontinha, com sede no Município de Paraopeba.

O Conselho é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1985, que tem por finalidade a proteção da saúde, da família, da maternidade, da infância e da velhice; o combate à fome; a divulgação da cultura e do esporte; a integração dos seus beneficiários no mercado de trabalho.

A entidade procura trabalhar em parceria com órgãos e entidades rurais do Município, com a finalidade de levar a efeito as relevantes atividades sociais e assistenciais previstas em seu estatuto.

Por essas considerações, é oportuna a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.064/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.072/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo alterar o art. 1º da Lei nº 1.645, de 16/9/57, que declara de utilidade pública o Asilo São Vicente e Santo Antônio, com sede no Município de Uberlândia.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.072/2009 tem por objetivo alterar o art. 1º da Lei nº 1.645, de 16/9/57, que declara de utilidade pública o Asilo São Vicente e Santo Antônio, com sede no Município de Uberlândia, em consequência da alteração estatutária realizada em setembro de 2008, que modificou sua denominação para Instituição Social São Vicente e Santo Antônio.

Pelo disposto no estatuto da instituição, verificamos que seu propósito não se alterou, pois apresenta as mesmas condições formais que lhe permitiram o recebimento do título de utilidade pública por meio da Lei nº 1.645. Ademais, a entidade, mantém o seu objetivo da caridade no campo da assistência social e da promoção da pessoa humana.

Assim sendo, a proposição em tela é oportuna, pela necessidade de atualização da identidade jurídica da entidade, originária da referida alteração estatutária.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.072/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.076/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Organização Jovens Construindo a Cidadania do Brasil -, JCC Brasil -, com sede no Município de Uberlândia.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.076/2009 pretende declarar de utilidade pública a Organização Jovens Construindo a Cidadania do Brasil - JCC Brasil -, com sede no Município de Uberlândia, que tem como finalidade precípua defender os interesses, os direitos e as demandas dos seus associados.

Para a consecução de seus propósitos, promove atividades e ações que visam colaborar para a criação de ambiente escolar e comunitário saudável e harmônico, livre de drogas, crimes e violência, valorizando o exercício da plena cidadania; realiza estudos, pesquisas e projetos nas áreas de educação, esporte, saúde, meio ambiente, turismo, lazer, cultura, direito, defesa social e informática; para isso, procura manter intercâmbio com entidades científicas, de ensino e de desenvolvimento social, nacionais e internacionais; e desenvolve também ações preventivas ao uso de substâncias químicas e de tratamento de dependentes, em parceria com entidades que atuam na recuperação e na reinserção social de jovens e adultos.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.076/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Cecília Ferramenta, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.077/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Caminhos da Vida de Araxá, com sede no Município de Araxá.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.077/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Caminhos da Vida de Araxá, com sede no Município de Araxá, que tem como finalidades a promoção humana e a melhoria da qualidade de vida de seus assistidos.

Para a efetivação de seu propósito, a entidade promove ações nas áreas da saúde, da educação e do lazer, realiza palestras para a prevenção de doenças, uso de drogas, gravidez precoce e outros problemas enfrentados pela comunidade e incentiva o trabalho em regime de mutirão. Além disso, desenvolve projetos de treinamento e orientação profissional e ampara pessoas viciadas em entorpecentes, encaminhando-as a locais para atendimento e recuperação.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.077/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.078/2009

## Comissão de Saúde

### Relatório

De autoria do Deputado Zé Maia, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Brasileira dos Estudantes contra as Drogas – Abecad –, com sede no Município de Ituiutaba.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.078/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Brasileira dos Estudantes contra as Drogas – Abecad –, com sede no Município de Ituiutaba, que possui como finalidade associar estudantes e simpatizantes para combater e prevenir o uso e o tráfico de drogas.

Com caráter filantrópico e sem fins lucrativos, a entidade busca a recuperação de dependentes químicos em clínicas de repouso, com acompanhamento psicológico e sua posterior reintegração na família, na sociedade e no mercado de trabalho; organiza atividades comunitárias voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos jovens necessitados; realiza cursos de natureza cultural, técnicos e profissionalizantes; fomenta a prevenção e a divulgação dos efeitos maléficos das drogas por meio impresso, por rádio e televisão comunitários; apoia as ações de entidades públicas ou privadas de combate ao tráfico e ao consumo de entorpecentes.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.078/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Ruy Muniz, relator.

## Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.079/2009

### Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Chico Uejo, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Lar da Criança Divina Lucas da Silva, com sede no Município de São Gotardo.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.079/2009 pretende declarar de utilidade pública o Lar da Criança Divina Lucas da Silva, com sede no Município de São Gotardo, que tem como finalidade, entre outras, prestar auxílio e proteção às crianças e adolescentes.

Para a consecução de suas metas, procura desenvolver atividades de socialização e lazer para as crianças carentes; organiza cursos de orientação familiar; distribui refeições; oferece cursos profissionalizantes mediante convênios com outras entidades, desenvolve ações que visam prestar esclarecimentos sobre noções de higiene e saúde e oferece assistência médica e odontológica à população em geral, bem como amparo a gestantes de famílias carentes do Município.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.079/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Cecília Ferramenta, relatora.

## Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.082/2009

### Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Grupo da Melhor Idade Serenidade – GMISER –, com sede no Município de Sabará.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.082/2009 pretende declarar de utilidade pública o Grupo da Melhor Idade Serenidade – GMISER –, com sede no Município de Sabará, que tem como finalidade desenvolver e apoiar ações para a defesa da qualidade de vida dos moradores locais, especialmente os idosos.

Para alcançar suas metas, oferece assistência social amparando a velhice; promove a reabilitação e integração na vida comunitária de pessoas com deficiências; desenvolve atividades nas áreas da educação, da cultura, do esporte e do lazer; presta assistência médica aos mais necessitados.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.082/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Cecília Ferramenta, relatora.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 309/2007

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

#### Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o Projeto de Lei nº 309/2007, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.822/2004, disciplina o "marketing" direto ativo e cria lista pública de consumidores para o fim que menciona. Foram anexados à proposição os Projetos de Lei nºs 897/2007, do Deputado Délio Malheiros; 1.106/2007, do Deputado Carlos Pimenta; e 2.566/2008, do Deputado Leonardo Moreira.

A proposição foi aprovada no 1º turno, cabendo agora a esta Comissão deliberar sobre a matéria no 2º turno, nos termos do art. 189, § 1º, do Regimento Interno.

Segue anexa a redação do vencido, que integra este parecer.

#### Fundamentação

O projeto em estudo pretende disciplinar as atividades do "marketing" direto ativo, constituído pela oferta de produtos ou serviços, particularmente por meio de ligações telefônicas, o que, em muitos casos, tem trazido desconforto para os consumidores usuários dos serviços de telefonia. Para registro dos consumidores que não desejam receber ofertas comerciais por meio desse tipo de "marketing", o projeto institui a lista pública, denominada Lista Antimarketing. A proposição em análise prevê a possibilidade de tal lista ser administrada por Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip –, cujas atividades estão disciplinadas na Lei nº 14.870, de 16/12/2003. A proposição veda, ainda, a prática do "marketing" direto ativo nos domingos e feriados, bem como das 21 às 24 horas e da zero hora às 8 horas nos demais dias da semana.

O Código de Proteção e Defesa do Consumidor, norma que dispõe sobre a proteção do consumidor, visa a garantir à parte hipossuficiente – o consumidor – a defesa de seus direitos não só na fase contratual, como também na fase pré-contratual, ou seja, na oferta de produtos ou serviços. A proposição em tela mostra-se em consonância com a legislação federal, uma vez que protege o consumidor, parte vulnerável nas relações contratuais no mercado, ao estabelecer critérios para a prática do "marketing" direto ativo no Estado, com o intuito de evitar abuso na prestação desse serviço.

Como foi salientado por esta Comissão no 1º turno:

"O projeto em estudo mostra-se mais abrangente e inovador, uma vez que regulamenta o 'marketing' direto ativo, que é, nos termos do parágrafo único do seu art. 1º, a estratégia de vendas que consiste em estabelecer interação entre o fornecedor e o consumidor com o escopo de oferecer produtos, independentemente da vontade deste. Sabe-se que tal prática é efetivada por vários meios, como ligações e mensagens telefônicas, mensagens eletrônicas e cartas. Se aprovado o projeto, em nosso Estado ficará resguardada a vontade e a privacidade do consumidor, parte hipossuficiente na relação contratual."

Nota-se, dessa forma, que a medida em questão está em consonância com a legislação federal, e, se aprovado o projeto, inovará o Estado na proteção do consumidor.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 309/2007 na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Adalclever Lopes, Presidente e relator - Délio Malheiros - Ademir Lucas.

(Redação do Vencido)

Disciplina o "marketing" direto ativo e cria lista pública de consumidores para o fim que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica criada lista pública para registro dos consumidores que não desejam receber ofertas comerciais por meio de "marketing" direto ativo (Lista Antimarketing).

Parágrafo único – Para os efeitos desta lei, entende-se por "marketing" direto ativo a estratégia de vendas que consiste em estabelecer uma interação entre fornecedor e consumidor, independentemente da vontade deste, com o objetivo de oferecer produtos.

Art. 2º – O Poder Executivo poderá celebrar termo de parceria com Oscip para a manutenção da lista de que trata esta lei.

Art. 3º – A todo consumidor residente no Estado é assegurado o direito de requerer inclusão na lista.

Art. 4º – É vedado ao fornecedor apresentar ofertas comerciais por meio de "marketing" direto ativo ao consumidor cadastrado na lista, salvo com autorização prévia e expressa deste.

Art. 5º – A inclusão de consumidor na lista e a consulta à lista por fornecedor será sujeita a pagamento, na forma do regulamento desta lei.

Art. 6º – É vedado ao fornecedor apresentar ofertas comerciais por meio de "marketing" direto ativo a qualquer consumidor, nos seguintes dias e horários:

I – nos domingos e feriados, em qualquer horário;

II – em qualquer dia, das 21 às 24 horas e da zero hora às 8 horas.

Parágrafo único – O disposto neste artigo não se aplica ao fornecedor que detenha autorização do consumidor específica para os horários indicados neste artigo.

Art. 7º – O descumprimento desta lei sujeita o fornecedor às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

Art. 8º – No caso de acordo entre o fornecedor e o consumidor lesado, extingue-se a penalidade administrativa, na forma do regulamento desta lei.

Art. 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 2.535/2008

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

De autoria do Deputado Ruy Muniz, o Projeto de Lei nº 2.535/2008 dispõe sobre os serviços telefônicos de atendimento ao cliente e dá outras providências.

A proposição foi aprovada no 1º turno, cabendo agora a esta Comissão deliberar sobre a matéria no 2º turno, nos termos do art. 189, § 1º, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em estudo pretende trazer solução para um grave problema, que gera desgastes de toda a ordem para os consumidores que utilizam os serviços de atendimento ao cliente, prestados por via eletrônica ou telefônica, pelos fornecedores estabelecidos no Estado.

Segundo o projeto em tela, tão logo o consumidor acione o serviço telefônico, deve ser informado do tempo de espera, que não pode exceder 15 minutos.

Não é demais lembrar que este relator formulou proposta com conteúdo similar (Projeto de Lei nº 2.725/2008), que tramita nesta Casa Legislativa.

Voltando à proposta em análise, foi ela aprimorada quando do seu trâmite pela Comissão de Constituição e Justiça, que lhe apresentou o Substitutivo nº 1, alterando o tempo de espera para 1 minuto.

Ao mesmo tempo, o mencionado substitutivo excluiu o projeto dos serviços regulados pela União, por já existir norma federal sobre a matéria.

São inúmeras as reclamações nos Procons relativas ao tempo que o consumidor aguarda o atendente. Além disso, muitas vezes, a ligação é interrompida, sem nenhuma manifestação da empresa fornecedora, o que evidentemente tem trazido transtornos para os que utilizam esse meio de contato buscando solucionar problemas.

Verifica-se que a iniciativa parlamentar vai ao encontro dos interesses dos consumidores, que não se viam protegidos pelos comandos insculpidos no Decreto Federal nº 6.523, de 31/7/2008, em face da sua abrangência. A referida norma se propôs regular apenas os serviços

autorizados ou concedidos pela União Federal, em que pese ao fato de sua prestação ocorrer por empresas privadas.

Esta Casa Legislativa tem aprovado inúmeras normas que procuram harmonizar os interesses das partes que compõem a relação de consumo e permanece na vanguarda dos acontecimentos ao tentar corrigir esse antigo vício, que contamina a prestação dos serviços cogitados, em benefício de toda a sociedade.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.535/2008 na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Adalclever Lopes, Presidente - Délio Malheiros, relator - Ademir Lucas.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.535/2008

(Redação do Vencido)

Dispõe sobre o serviço telefônico de atendimento ao consumidor – SAC – e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O fornecedor que utiliza sistema telefônico ou eletrônico de atendimento ao consumidor fica obrigado a informar ao usuário do serviço, no início da ligação, a previsão do tempo de espera para atendimento.

§ 1º – O tempo de espera a que se refere o "caput" deste artigo não poderá exceder um minuto.

§ 2º – O disposto nesta lei não se aplica aos serviços regulados pelo poder público federal.

Art. 3º – O descumprimento do comando previsto nesta lei sujeita o infrator às penalidades constantes nos arts. 56 a 59 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Resolução Nº 3.929/2009

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

#### Relatório

De iniciativa desta Comissão, a proposição em epígrafe tem por finalidade aprovar, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica.

O projeto foi aprovado no 1º turno, e agora retorna a esta Comissão a fim de receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 102, IX, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Resolução nº 3.929/2009 tem por finalidade, em obediência ao inciso XXXIV do art. 62 da Constituição do Estado, aprovar a alienação de uma gleba de terra devoluta em nome de Cipriano Alves Pereira, situada no local denominado Fazenda Vereda de Santa Bárbara, no Município de Rio Pardo de Minas, com área de 135,1112ha.

De acordo com o disposto no § 6º do art. 247 da Carta mineira, essa transferência de domínio será realizada na modalidade de compra preferencial.

Cabe ressaltar que a concessão ou alienação de terras devolutas, assim consideradas aquelas que não se encontram no domínio particular, por título legítimo, nem constituem próprios da União, dos Estados ou dos Municípios, têm como finalidade promover o bem-estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo.

Tal medida faz parte da política adotada pelo constituinte mineiro para a área rural, prevista no art. 247 da Constituição Estadual, tendo em vista assegurar o domínio dessas glebas a quem, de fato, possui vínculos com a terra, tendo tornado produtiva parte do território mineiro.

#### Conclusão

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 3.929/2009, no 2º turno.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Carlos Gomes, relator - Dilzon Melo - Domingos Sávio.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

O Deputado João Leite\* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos e cidadãs de Minas Gerais que acompanham esta reunião, nesta tarde, venho à tribuna para dizer que a Comissão de Segurança Pública realizará, no dia 23 de fevereiro, terça-feira, às 10 horas, uma audiência pública para discutir as últimas situações de violência envolvendo mulheres, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Primeiramente, houve um requerimento do Deputado Ruy Muniz, da Comissão de Segurança Pública, para discutirmos tudo que envolvia a morte de uma mulher cabeleireira na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em seguida, a Deputada Maria Tereza Lara fez uma emenda solicitando que a Comissão tratasse da questão da violência da mulher como um todo. Então, nesse momento, ao tomarmos conhecimento dos fatos, com a quebra de sigilo das investigações que a Polícia Civil estava fazendo em relação à morte em série de mulheres na Região Metropolitana, especialmente na região de Contagem, no Bairro Industrial, julgamos necessária a realização da audiência pública na terça-feira, para discutirmos essas mortes, bem como a atuação da Defesa Social nessas questões. A Comissão de Segurança Pública teve a oportunidade de visitar as famílias, entre as quais a de Ana Carolina Menezes Assunção; esteve com sua mãe, Euzana, e com o viúvo, William. Ficamos muito impressionados com a dor de toda a família, diante do relato sobre os momentos em que eles deram conta do desaparecimento da Ana Carolina e sobre as medidas que tomaram. Tivemos então a oportunidade de convidar a família para participar da audiência pública a ser realizada na terça-feira. O relato feito, especialmente pelo viúvo, traz algumas informações importantes para a Assembleia Legislativa e para as Polícias Civil e Militar em relação a sua atuação. Certamente, as Polícias Civil e Militar terão oportunidade de dar esclarecimentos importantes aos cidadãos de Minas Gerais. Queremos, na audiência de terça-feira, contar com a presença da Secretaria de Defesa Social, da Polícia Civil e da Polícia Militar. Será importante também a presença do Instituto de Criminalística, do Instituto Médico Legal e dos familiares das vítimas para discutirmos tal questão. A audiência também poderá trazer-nos expectativas quanto a sugestões importantes, a fim de que a Assembleia Legislativa possa intervir, bem como para que as nossas polícias, o Instituto Médico Legal e o Instituto de Criminalística tenham mais condições de atuar nessas questões.

Quero citar o caso da Ana Carolina, um dos que mais me chamou a atenção, e o relato do William, o seu viúvo. Imediatamente, quando ele soube do desaparecimento dela, acionou o telefone 190. Obteve a informação de que era necessário esperar 24 horas. Ao mesmo tempo, eles conseguiram um contato com o celular da Ana Carolina, que respondeu à ligação e disse que estava próximo à Praça da Cemig, em Contagem, mas que não poderia dar mais nenhuma informação. Desesperado, ele pegou o carro e conseguiu interceptar duas viaturas da Polícia Militar, solicitando que elas rastreassem a região. O carro dela era de fácil identificação pela polícia, pois era escuro e com "insulfilm". Foi perdido o início, o momento em que a vida da Ana Carolina poderia ter sido salva. A polícia esperava esse tempo - parece-me que virou uma lenda - de 24 horas para agir. É interessante que Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados está discutindo essa questão, mas em relação ao desaparecimento de adolescentes e jovens, não de pessoas. A nosso ver, se tivéssemos tido uma atuação firme da polícia naquele momento, teria sido evitada a morte da Ana Carolina. Então, será importante discutirmos na audiência pública de terça-feira essas questões, a qual contará, aliás, com a presença do Ministério Público. É importante que a polícia esclareça a Minas Gerais se é necessário aguardar as 24 horas ou a ação é imediata para achar a pessoa desaparecida. Se a pessoa for vítima do chamado sequestro-relâmpago ou da "saidinha" do banco, se for levada, a ação, a nosso ver, tem de ser imediata. Nessa discussão, também vimos como é importante uma matéria votada neste Plenário recentemente. Refiro-me a um projeto do Deputado Délio Malheiros que quebra o sigilo da localização do telefone celular imediatamente. Se tivéssemos esse instrumento à disposição da polícia, ela saberia imediatamente onde estava o celular da Ana Carolina. Quebrado o sigilo de localização daquele celular, a polícia poderia ter interceptado o veículo e salvo a vida dela. Até antes da sanção governamental seria necessária uma autorização judicial, que demora muito. Nesses casos, teria de ser algo imediato. Lamentavelmente, não tivemos essa brevidade para a atuação da polícia. Então, na terça-feira, essa audiência pública será importante para que a Assembleia Legislativa continue identificando instrumentos para dar mais agilidade ao trabalho das Polícias Civil e Militar. É importante também sabermos, até pela proximidade da revisão do PPAG, se há recursos específicos para serem disponibilizados em programas e compra de equipamentos para dar mais condições tecnológicas para o nosso IML, para o nosso Instituto de Criminalística, a fim de termos efetivamente condições de atuar rapidamente, de dar forças para nossas polícias atuarem com mais brevidade. Concedo aparte, com muito prazer, ao Deputado Délio Malheiros, que citei anteriormente em função desse projeto tão importante, que dará mais agilidade ao trabalho de nossas polícias.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado João Leite, V. Exa. tem razão. Na verdade, V. Exa. é um parlamentar preocupado com a segurança pública em Minas Gerais e, há vários anos, atua nessa área na Assembleia Legislativa. Quero lembrá-lo de que a Lei nº 18.372 decorreu de um projeto nosso nesta Casa que obriga as operadoras a informar à polícia a localização dos celulares no caso de sequestros, ameaças de sequestros, investigações e crimes. Após uma reunião feita com a polícia, chegaram à conclusão de que seria uma revolução para a polícia essa facilitação por via da localização, pois, quando alguém cometer um crime estando de posse do seu celular, será mais fácil prender esse marginal ou descobrir o paradeiro do celular da vítima ou do criminoso, no caso de sequestro-relâmpago e de pessoas desaparecidas. Trata-se de uma revolução para a Polícia Federal. Afinal, às vezes a Polícia Federal está com ordem judicial para acompanhar a conversa do marginal, mas não sabe onde ele está, ou seja, onde se encontra o criminoso.

Então, essa lei que já está sendo utilizada pela polícia, mas há ainda um pouco de má-vontade das operadoras; é, de fato, um instrumento extremamente eficaz para a polícia desvendar casos de sequestros e crimes. Se a polícia trilhar o caminho do marginal, o caminho do celular, poderá resgatar um taxista. O bombeiro poderá resgatar uma pessoa perdida em um precipício, e, até mesmo, a aeronáutica poderá resgatar vítima de acidente aéreo, porque saberá onde está o celular não danificado de uma pessoa vítima de acidente aéreo.

Portanto, Deputado João Leite, estou satisfeito como Deputado e como cidadão de ter conseguido aprovar nesta Casa, com ajuda dos meus pares, esse projeto, que se transformou em lei e que, agora, será um projeto nacional do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que o apresentou em Brasília. Agradeço a V. Exa. o aparte e aproveito para parabenizar sua atuação nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado João Leite\* - Obrigado pela sua contribuição. Deputado Délio Malheiros, uma das famílias nos disse que solicitou as informações às operadoras, mas que só depois de três meses é que elas informaram os números dos telefones para os quais foram feitas ligações do celular de uma das vítimas. Só depois de três meses as operadoras disponibilizaram os números para a família e para a polícia. Veja a situação de insegurança que estamos vivendo em relação a essa situação.

Deputado Délio Malheiros, parabéns a V. Exa. pela visão e contribuição para a segurança das pessoas em nosso Estado. Saiba que, a partir dessa audiência, queremos prestar, por parte da Assembleia Legislativa, todo apoio ao trabalho das nossas polícias. Aliás, reconhecemos o trabalho realizado pela Polícia Civil. Durante o carnaval, ela prendeu o esturador de Sabará, que estava em Pedra Azul e confessou a autoria de quatro estupros na região de Sabará. Queremos reconhecer o trabalho e o esforço da Polícia Civil. Em especial, faço um registro relativo à morte do Presidente da Câmara de São João do Manhuaçu, o Sr. Américo Courradesqui. A Polícia Civil, comandada pelos Delegados Wagner Pinto e Dr. Getúlio, de Manhuaçu, teve um papel importante na prisão do autor e do mandante do crime. Agora, prossegue toda a apuração.

Portanto, a nossa ideia é que nessa terça-feira tenhamos essa grande audiência pública para discutirmos essas questões, procurando trazer informações e esclarecimentos importantes quanto à investigação. O funcionamento dessas rotinas operacionais será fundamental para a população de Minas Gerais, como também ouvir as polícias. Será que é necessário esperar 24 horas após o desaparecimento de uma pessoa para procurar a polícia e começar o trabalho de localização dessas pessoas ou devemos fazê-lo imediatamente?

Outras situações envolvem os diversos órgãos da Polícia Civil. Algo muito solicitado até na própria Assembleia Legislativa é a especialização das

delegacias. Há as Delegacias Especializadas de Mulheres, de Desaparecidos, da Criança e do Adolescente. É importante que haja uma integração dessas Delegacias com os Institutos de Criminalística e Médico-Legal. Essa audiência pública será uma grande oportunidade para discutirmos essas questões.

Sr. Presidente, neste final, gostaria de falar da satisfação de ter passado um momento com essas famílias, mas também do grande impacto que sofremos com a tristeza delas. Eu estava acompanhado dos Deputados Carlin Moura, Maria Tereza Lara e Célio Moreira, e foi impressionante o contato que tivemos com essas famílias, ao ver a dor que estão sentindo há tanto tempo à espera de respostas. Que as nossas polícias descubram, o mais rápido possível, o autor desses crimes tão cruéis e tão bárbaros.

A Assembleia Legislativa está cumprindo com o seu papel de contribuir e ajudar para que tudo isso seja esclarecido. Portanto, convido a todos a participar dessa audiência pública que acontecerá na próxima terça-feira, dia 23, às 10 horas, no nosso auditório junto aos Plenarinhos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado\* - Cumprimento a todos e a todas. Mais uma vez, venho à tribuna para falar da campanha contra as tarifas abusivas praticada pelas companhias de telefone e pelos serviços cobrados pela internet. Já fizemos várias outras campanhas vitoriosas, como o fim da taxa de incêndio para todas as residências de Minas. Hoje, quem é proprietário de uma residência não está mais obrigado a pagar a taxa de incêndio. Conseguimos acabar com a taxa de incêndio e impedir a cobrança de taxa para chamar a polícia, assim como também conseguimos impedir a cobrança de taxa para fazer o boletim de ocorrência. Pela primeira vez na história, em 56 anos de Cemig, conseguimos uma redução na conta de luz, de 17%. Impedimos que a Cemig e a Copasa colocassem no SPC e no Serasa o nome de quem estivesse inadimplente. Pela terceira vez, conseguimos suspender uma licitação de R\$147.000.000,00, cujos valores iriam compor a planilha de custo a fim de aumentar a conta de luz do cidadão.

No ano passado, a Cemig queria um aumento de 31%, e nós conseguimos barrá-lo. Também o ano passado foi o primeiro ano em que não houve aumento no valor da conta de água da Copasa, porque conseguimos barrar esse aumento na Justiça, por meio de representação ao Ministério Público. Aliás, ajuizamos uma enxurrada de representações no Ministério Público contra a Copasa, pelo fato de ela cobrar pelo tratamento de água e não oferecer o tratamento de esgoto, ou seja, por cobrar por um serviço que não era prestado. Agora, estamos com uma nova campanha, e tenho certeza absoluta de que sairemos vitoriosos, como aconteceu com todas as outras campanhas em que tivemos êxito, como o fim da taxa de incêndio, a redução da conta de energia e o não aumento do valor da água da Copasa.

A próxima campanha será contra os valores abusivos cobrados pelas companhias de telefone e internet, por serem eles totalmente astronômicos e fora da realidade, valores cobrados de forma maldosa pelas grandes companhias de telefone. Nos países desenvolvidos, essas mesmas companhias cobram um valor muito mais baixo pelo serviço, e a qualidade é muito melhor. Aqui, desculpem-me a palavra, o serviço é uma verdadeira porcaria e o valor exorbitante. Tenho dados que revelam que falar ao celular no Brasil custa muito mais caro que em outros países. É 73% mais caro que na Inglaterra, 350% mais caro que nos Estados Unidos, 400% mais caro que no México e na Rússia e 800% mais caro que na China. Para se ter ideia, na Índia o valor do minuto para falar ao celular é de R\$0,02; no Brasil, o minuto é mais de 2.000% mais caro que na Índia.

No Brasil, com R\$50,00 o cidadão fala cerca de 111 minutos; no pré-pago, não fala 80 minutos. O minuto é muito mais caro! Na Índia, é possível falar até 2.500 minutos, mais de 41 horas. O cidadão pode ficar praticamente dois dias, sem interrupção, falando ao celular. No Brasil, com esse mesmo valor, o cidadão fala apenas 111 minutos. É um verdadeiro absurdo, um assalto, uma malandragem o que fazem as companhias telefônicas: elas colocam a mão no bolso do consumidor. Como se não bastasse, o serviço é de péssima qualidade. Para se ter uma ideia, em todo o Brasil, um terço das reclamações enviadas aos Procons é contra as empresas de telefonia e internet. Um verdadeiro abuso é cometido pelas empresas de telefonia.

Iremos com tudo, pois sabemos que são empresas poderosíssimas, que lucram bilhões e gastam milhões com a grande mídia. Faremos mobilizações, campanhas e abaixo-assinados. Estamos entrando com ação no Ministério Público, e é importante que o governo federal se posicione. É preciso criar uma alternativa, uma empresa própria para garantir a redução desses valores. Não sou eu quem diz isso, tenho dados oficiais aqui: "A venda casada internet e telefone é totalmente ilegal". Já estamos acionando o Ministério Público quanto à venda casada. Temos aqui: "Brasil tem uma das tarifas mais caras do mundo". No jornal "Valor Econômico" temos: "Tarifa de celular no Brasil está entre as mais caras do mundo". Vejamos o que diz a ONU no "FolhaOnline": "Telefonia no Brasil está entre as mais caras". O serviço de telefonia e internet no Brasil está entre os mais caros do mundo. Segundo o estudo que a ONU divulgou hoje, no "ranking" de 150 países da União Internacional de Telecomunicações, o Brasil aparece no 40º lugar, e o uso de telefone fixo e celular consome a maior fatia da renda "per capita". O acesso à telefonia foi um dos critérios usados pela Organização para elaborar o índice de desenvolvimento e tecnologia de informação e comunicação, que avalia os avanços no setor entre 2002 e 2007. O Brasil caiu seis posições em relação ao índice anterior, e agora ocupa o 60º lugar.

Tomando-se como referência o preço de um pacote básico, concluiu-se que o uso do celular no Brasil é um dos mais caros, consumindo o equivalente a 7,5% da renda média "per capita". Em uma escala crescente de custos, o Estado ocupa a 114ª posição. A telefonia fixa consome a menor fatia. É um verdadeiro absurdo! Está aqui: "A telefonia do Brasil está entre as mais caras do mundo", segundo a ONU.

Para se ter uma ideia, no tocante à internet ocorre outro absurdo. No Brasil, a internet tem uma conexão lenta. Parece uma tartaruga anestesiada, se comparada com a internet dos outros países. E o valor ainda é altíssimo. No Brasil, o custo de um "megabyte" está entre R\$35,00 e R\$109,00. Vocês sabem qual é o valor no Japão? É R\$0,50. E isso não é apenas por um "megabyte", mas por 61 "megabytes". No Brasil, é para 1 "megabyte". Portanto, no Japão deveria ser muito mais caro, mas não é. Lá o cidadão paga o equivalente a R\$0,50 pelo "megabyte".

E quanto é no Brasil? Aqui apenas 1 "megabyte" chega a R\$109,00. Nos Estados Unidos, quase 5 "megabytes" têm o valor de R\$6,20. Na França, são 18 "megabytes". Então, é um verdadeiro desrespeito, um absurdo, um assalto ao bolso do consumidor.

E a carga tributária é elevadíssima, tanto no nível federal quanto no estadual. É um verdadeiro abuso. O ICMS no nosso Estado é caríssimo. Tenho um projeto tramitando para reduzir o valor do ICMS, mas falta vontade política para aprová-lo.

Há um projeto, que apresentamos aqui, para acabar com a assinatura básica da telefonia fixa, que é outro verdadeiro absurdo. Como é nos Estados Unidos? Lá a ligação local é gratuita. O cidadão só paga se for fazer interurbano, não paga pelas ligações dentro do Município nem pela assinatura. Dentro do Município as ligações são de graça, enquanto que, no Brasil, cobra-se um valor absurdo pela assinatura - R\$46,00 -, utilizando-se ou não o telefone, e ainda não é permitido fazer ligações interurbanas.

Concluindo: quando se compra e se utiliza um cartão telefônico, as unidades vão caindo à medida que se fala. No entanto, aqui no Brasil a telefonia fixa não funciona assim. Somos obrigados a pagar um valor todo mês. Foi, aliás, na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso que o valor da assinatura básica foi elevado. Havia o argumento de que era importante expandir as redes. Então, que se fizesse a expansão da telefonia para o Brasil. Mas, para isso, cobrou-se a mais, pois o cidadão já pagava. Segundo minha avaliação, essa foi uma cobrança ilegal, inconstitucional, porque o cidadão já pagava pelo funcionamento da telefonia. E isso acontece apenas no Brasil. O valor foi aumentado de



forma totalmente desproporcional.

Mas agora todas as redes já estão prontas. Temos 53 milhões de linhas de telefones fixos. Dessas, apenas 40 milhões são utilizadas. Estão desativadas 13 milhões de linhas porque as pessoas estão migrando do telefone fixo para o pré-pago em razão do pagamento pela assinatura básica, pois são obrigadas a pagar por ela todo mês. Isso é um verdadeiro absurdo, pois o cidadão pagou para fazer a expansão - que já foi feita -, mas continuam cobrando a assinatura básica mensalmente. Apresentamos um projeto levando isso em consideração. Na Assembleia Legislativa de São Paulo tramitou um projeto semelhante a esse. Ele foi aprovado e virou lei. Entretanto, as companhias de telefonia entraram com recurso, pois têm muito dinheiro, um poder econômico violentíssimo. Elas recorreram e conseguiram uma liminar suspendendo os efeitos da lei.

Espero que nosso projeto possa frutificar nesta Casa. É como sempre falo, tem de haver pressão popular, porque a luta não é fácil. Não existe vitória sem luta, toda conquista precisa de muita luta. "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura". O Parlamento, o governo são como o feijão: funcionam na pressão. Devemos, então, fazê-la. Conclamamos a população organizada, os sindicatos, as entidades, as ONGs, os Vereadores, a Igreja para fazermos uma grande mobilização. Da mesma maneira que tivemos sucesso em campanhas anteriores, temos todas as condições de obtermos sucesso nesta. Depende da participação, da mobilização. Vamos circular abaixo-assinados, realizar estudos técnicos, contando com muitas pessoas da área. Entraremos com várias ações no Ministério Público Estadual. O Deputado Federal Elismar Prado já está preparando as ações para entrar no Ministério Público Federal. Já estamos movimentando-nos para haver demandas de ações na esfera federal. Solicitamos até mesmo que o governo federal, na pessoa do Presidente Lula, intervenha e garanta a internet banda-larga a um preço justo para toda a população brasileira. Os valores hoje cobrados são realmente um absurdo. Esperamos que haja uma política do governo federal no que diz respeito à telefonia fixa - que se acabe com a assinatura básica -, à telefonia celular e à internet. É preciso garantir que toda a população tenha acesso à internet.

Sabemos que não será fácil. Trabalharemos da mesma maneira como em outras campanhas, quando entramos com ações na Justiça contra a Copasa e a Cemig e conseguimos várias vitórias. A luta realmente continua. É muito importante haver mobilização e participação. Percorreremos com a caravana contra os valores absurdos cobrados pelas empresas de telefonia e internet todos os cantos do Estado, iremos ao Sul de Minas, à Zona da Mata, à região central, ao Triângulo, ao Alto Paranaíba, ao Pontal, à região metropolitana. Será uma grande mobilização. Tenho certeza absoluta de que seremos vitoriosos. Gostaria mais uma vez de conclamar a todos.

O jornal "Hoje em Dia" traz a notícia: "O Deputado Weliton Prado lançou uma campanha para acabar com a assinatura básica da telefonia fixa. Em discurso na Assembleia Legislativa, falou sobre o projeto de sua autoria com esse teor, bem como do sucesso de campanhas anteriores encabeçadas por ele, como tarifas de água e de luz. Segundo ele, a telefonia fixa brasileira é uma das mais caras do mundo e oferece os piores serviços". Essa é a realidade da telefonia no nosso país. O serviço é péssimo, uma porcaria - desculpem-nos a palavra -, e o valor é realmente exorbitante.

Finalizando, gostaria de pedir desculpas ao Deputado Domingos Sávio. Teremos oportunidade de travar este debate em outras oportunidades. Depois mostrarei outros exemplos da internet e do telefone fixo. Vejam a diferença entre os valores cobrados pelo uso do celular: no Brasil o serviço é 73% mais caro do que na Inglaterra; 350% mais caro que nos Estados Unidos; 400% mais caro que no México e na Rússia; 800% mais caro que na China; mais de 2.000% mais caro do que na Índia, onde o minuto custa R\$0,02, enquanto aqui a média é R\$0,45. O telefone pré-pago chega a mais de R\$1,00, sinalizando que a diferença é de 5.000%. É um verdadeiro absurdo.

Agradeço e conclamo toda a população de Minas Gerais a participar dessa campanha, da mesma maneira que fizemos sucesso na luta contra a Cemig e a Copasa. Não poderia deixar de falar que sempre que estiver na tribuna me lembrarei da segurança pública e da mobilização de Minas Gerais em defesa da aprovação da PEC nº 300.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, antes de iniciar meu pronunciamento, concedo um aparte ao Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)\* - Agradeço muito ao nobre Deputado André Quintão, que sempre age com seu estilo explicitamente democrático. Congratulo-me por falar com um amigo.

Prezado Deputado André Quintão, quero apenas dizer ao nobre Deputado Weliton Prado que também concordo com ele: as tarifas são exorbitantes, principalmente em relação a um serviço universalizado, hoje alcançando todo o País. É óbvio que é razoável ter uma tarifa mais baixa, se o faturamento é fantástico para as empresas de telefonia. Mas não se trata apenas de preço, e sim de qualidade. Ainda temos muitos excluídos na área rural, nos povoados, nas periferias das cidades, onde está quem mais precisa do celular como ferramenta para sua própria segurança ou para viabilizar alguma atividade. Infelizmente, não é uma questão de mera dificuldade tecnológica, é ganância das empresas, que só querem instalar antena em local onde a densidade populacional é altíssima, para terem lucro.

Entre Formiga, Campo Belo e Candeias, existe uma serra alta chamada Serra da Melancia, que pode alcançar mais de 10 comunidades rurais. O Prefeito de Formiga, pessoa maravilhosa, e o Vereador Gonçalo já me pediram providências. Tenho feito um apelo veemente para que as empresas de telefonia melhorem o sinal em alguns lugares, pois deixam marginalizadas muitas pessoas que precisam fazer uso desse serviço. Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O Deputado André Quintão\* - Obrigado, Deputado Domingos Sávio. Concordo com V. Exa. Eu próprio, apenas para mencionar dois exemplos, tenho solicitações em comunidades bem-povoadas, como Lelivéldia, Distrito de Berilo, onde, por uma questão de número, acima ou abaixo, de famílias, milhares de pessoas que lá moram têm o direito de acesso à telefonia, até mesmo à telefonia fixa. A comunidade de Pradinho, em Bertópolis, há mais de 10 anos reivindica a implantação de um telefone público, mas não a consegue. Portanto a questão, tanto tarifária quanto do acesso, merece, de fato, ser abordada.

Sr. Presidente, queria dizer que hoje o PT inicia mais um congresso nacional. Durante os dias 18, 19 e 20 de fevereiro, o partido reunirá militantes e delegados de todo o País. Daqui a pouco, estarei partindo para esse congresso, com a missão de promover um balanço destes 30 anos do PT, discutir os desafios para 2010, formular e ajustar a proposta de programa de governo que fundamentará a disputa eleitoral de 2010 e, obviamente, tratar dos grandes desafios colocados na conjuntura nacional.

Acredito que essa discussão programática é da mais alta relevância. Um documento, provavelmente intitulado "A Grande Transformação", será objeto de debate por todos nós, tratando exatamente dos passos subsequentes que o País deverá tomar para garantir a continuidade e o avanço das políticas sociais e do novo modelo econômico vigente após o governo Lula.

Hoje esse debate tem muita ligação com o lançamento da Campanha da Fraternidade, cujo tema é "Economia e Vida", levantando exatamente a reflexão de como pôr um modelo econômico a serviço da vida e da emancipação das pessoas. Portanto é exatamente esse o foco que embasa todos os fundamentos programáticos que serão debatidos: como continuar e fazer avançar um projeto de desenvolvimento nacional com

distribuição de renda? Aí, o grande segredo e estímulo que teve o governo Lula durante estes quase oito anos. O modelo econômico adotado pelo Presidente Lula, ou seja, pelo governo Lula, tendo o PT à frente, rompe exatamente com uma tradição no País de desvincular o crescimento e o desenvolvimento econômico da questão social.

O centro do fundamento do projeto econômico do governo Lula é o ser humano, o crescimento das pessoas. Para isso o Presidente e a sua equipe mantiveram a inflação sobre controle, a chamada estabilidade econômica, que, aliás, é importante. Sabemos que nada mais corrói o salário do trabalhador que a inflação alta. O Presidente Lula conseguiu manter e até reduzir os índices inflacionários. Aliás, foi muito além, pois não adianta inflação baixa, se o poder aquisitivo das pessoas também é baixo. Junto com a estabilidade, houve a adoção de políticas redistributivas de renda. Aqui poderíamos mencionar algumas delas, como o Bolsa-Família, que, sem dúvida, é uma das mais importantes - esse programa é coordenado pelo Ministro Patrus Ananias e atende praticamente a 12 milhões de famílias brasileiras, 44 milhões de pessoas -; o ProJovem; o Pronaf, de fortalecimento da agricultura familiar, o qual ampliou em quase 10 vezes o valor disponibilizado para o homem do campo, para o pequeno e o médio produtor; e os programas na área da educação, como o ProUni. Houve um conjunto de políticas públicas sociais, que, juntas, consolidaram o mercado de consumo interno, mercado esse que foi o maior antidoto do Brasil nesse período recente de crise econômica internacional. Além do fortalecimento desse mercado interno, conseguimos também, em um equilíbrio entre investimento externo e do próprio governo, o fortalecimento das nossas estatais, da Petrobras, do papel institucional da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil; conseguimos recolocar o País na rota do crescimento e do desenvolvimento econômico. A média de crescimento econômico nos anos do governo Lula é quase o dobro do período anterior, do governo Fernando Henrique Cardoso; mais de 20 milhões de brasileiros saíram da pobreza - conquista que, por si só, nos orgulha -, pessoas que não se alimentavam hoje o fazem, pessoas e jovens que não tinham perspectiva e oportunidade hoje participam do Enem, têm uma vaga em universidade privada ou federal. Esse é o maior legado do governo Lula: colocar o País na rota do crescimento, mas com distribuição de renda e melhoria da condição de vida das pessoas, e recolocar o Brasil no cenário internacional de maneira mais altiva, soberana e digna. O Brasil, que antes pedia benção ao FMI, hoje empresta a ele. Isso é muito importante. Sabemos que os desafios continuam para muitos, há um passivo social de 500 anos no País. Ainda há muita concentração de renda, de riqueza, de terra no Brasil, ainda há regiões que necessitam de maior desenvolvimento. A questão ambiental também não pode ser esquecida; precisamos acoplar esse crescimento com respeito ambiental dentro do conceito de sustentabilidade.

Portanto o novo programa de governo que o PT e os partidos aliados apresentarão à sociedade brasileira deverá trazer compromissos muito explícitos de manutenção do que está dando certo - essa política econômica com forte viés redistributivo -, mas também apontar outras perspectivas de avanço. Sabemos que o Presidente Lula até lançará o Programa de Aceleração do Crescimento II, o PAC II, com um novo conjunto de obras e intervenções nas diversas áreas - de infraestrutura, de políticas públicas, de logística, etc. É muito importante que o compromisso programático a ser debatido no congresso nacional do PT deixe bem claro também a continuidade e o avanço das políticas públicas sociais. Ainda precisamos enfrentar os desafios da evasão escolar, da juventude que ainda está no mundo das drogas, que entra precocemente no tráfico; ainda há nas grandes e médias cidades regiões que precisam de um forte investimento em saneamento ambiental, em moradia - daí a importância da expansão do programa Minha Casa, Minha Vida. Temos também desafios do âmbito da segurança pública, pois os índices de violência ainda são altíssimos em nosso país, principalmente em determinadas regiões. Portanto, temos um conjunto de desafios. Elogiar o governo Lula não significa colocar uma venda e não enxergar adiante os desafios colocados, ainda que este governo tenha índices altíssimos de aceitação. Nessa última pesquisa, apenas 5% consideram o governo Lula ruim e péssimo. Repito, pela pesquisa do Ibope, apenas 5% da população rejeitam o governo Lula. Não é à toa que a pré-candidata do PT, Ministra Dilma Roussef, está encostando no provável adversário, candidato do PSDB, Governador de São Paulo, José Serra.

É muito importante que neste momento, em que muito se discutem nomes, política de aliança, candidato A, candidato B, partido A, partido B, vice A, vice B, nunca nos esqueçamos que, mais do que o nome, o que fundamenta um processo eleitoral é o projeto que aquele nome representa. E, nesse caso, o documento que o PT irá discutir, a grande transformação acena e aponta exatamente para esse rumo. Por melhor que o Presidente Lula seja - e o Brasil nunca esquecerá o seu legado -, por melhor que seja e será a nossa Ministra, pré-candidata Dilma Roussef, não podemos depender de uma ou de outra pessoa. Nós, do PT, entendemos a política como construção coletiva, e é nesse momento do nosso Congresso Nacional que estabeleceremos as nossas metas e diretrizes programáticas. Obviamente, sem nos esquecermos da tática eleitoral, da política de aliança e da repercussão dessa política de aliança nos Estados. Em uma república federativa, não basta ganhar o Poder Executivo Federal. É preciso bancadas federais e estaduais no Senado e governos estaduais ocupados por aqueles que representam o projeto democrático popular. Em função do pouco tempo, a respeito dessa outra parte, das resoluções sobre política de aliança e sua repercussão nos Estados, falarei desta tribuna em outra oportunidade. Portanto, parabéns ao PT. A melhor forma de comemorar e celebrar os seus 30 anos é projetando um presente e um futuro melhor para o Brasil, à luz do realizado pelo governo Lula. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia. Retornamos do feriado do carnaval já com uma pauta extensa na Casa. Chamo atenção para o que considero fundamental: a audiência convocada pelo ilustre Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, o qual se manifestou sobre o tema nesta tribuna há pouco. Na terça-feira, dia 23, às 10 horas, teremos oportunidade de nos reunir com todas as autoridades da segurança pública de Minas Gerais, o Delegado-Geral de Polícia, os Delegados e as Delegadas responsáveis pelos inquéritos que têm apurado a morte de mulheres na Região Metropolitana, os familiares e a imprensa.

Na semana passada, as visitas que fizemos aos familiares das vítimas foram muito importantes, pois nos ajudaram a esclarecer pontos fundamentais.

Em primeiro lugar, é preciso haver uma legislação mais moderna, que possibilite a atuação imediata da polícia, no caso de desaparecimento ou de sequestro-relâmpago. As famílias relatam que tentavam contatar a polícia, assim que constatavam o sumiço dessas mulheres ou de uma mudança de rotina em sua vida, mas que o princípio obsoleto de só se começar uma investigação 24 horas após o sumiço dificultou muito a apuração dos fatos.

Assim, essa audiência pública nos dará a oportunidade de, em primeiro lugar, instrumentalizar melhor a nossa polícia, para que possa agir de forma eficaz e imediata e evitar tragédias como essas que têm assolado as nossas famílias no Bairro Industrial, na região do Barreiro e em outras cidades da Região Metropolitana. É fundamental darmos condição de trabalho para a polícia e, ao mesmo tempo, cobrarmos dela uma atuação mais eficaz e eficiente. Essa audiência, portanto, vai ser importante, primeiro, nesse aspecto.

O Ministério Público também passa a atuar nessa força-tarefa, com o Promotor Francisco de Assis Santiago acompanhando de perto os acontecimentos, e a imprensa torna-se um parceiro fundamental. Ao acompanhar e fazer a cobertura, os canais de rádio e televisão fazem a diferença, contribuindo muito para a elucidação dos casos. Ainda hoje, após a localização de um corpo em uma fazenda abandonada na cidade de Betim, a imprensa cumpre esse importante papel: ao noticiar o aparecimento do corpo, faz com que a polícia seja mais ágil em comparecer e atuar. Percebemos que no caso do corpo encontrado hoje em Betim não se vai repetir o absurdo que ocorreu no caso da vítima Natália, cujo corpo esteve no IML durante dias e foi enterrado como indigente; somente passado muito tempo é que se desconfiou que aquele corpo poderia ser de alguém que estava na lista dos desaparecidos na Região Metropolitana. É um absurdo enterrar uma pessoa como indigente, com tantas mulheres sumidas, sem que ninguém atente para erro tão crasso. Mas hoje a imprensa ajuda a corrigir esses erros, e provavelmente o corpo encontrado em Betim não será enterrado como indigente e a apuração terá maior agilidade. Fica, portanto, o reforço ao convite para essa audiência que se realizará no dia 23, terça-feira.

Na semana seguinte, Sr. Presidente, no dia 2 de março, teremos uma outra importante audiência conjunta das Comissões de Educação e de

Defesa do Consumidor, em que se tratará do processo de estadualização da Unincor, que vem passando por sérios problemas desde o ano passado. Os alunos que lá estudam estão sem aula e sem professores, mas vêm pagando a mensalidade - no curso de Medicina, por exemplo, a mensalidade é de R\$2.800,00 ao mês. Os pais dos alunos pagam essa mensalidade, mas não está havendo aula. Então, a situação é muito crítica. Essa escola tem câmpus em diversas cidades do Estado - no Sul de Minas e na Região Metropolitana - e alunos em diversos cursos importantes na área de saúde pública, mas, infelizmente, encontra-se num impasse.

Nesta Casa tramitam duas proposições a esse respeito. A primeira é a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, em que se pretende a estadualização da Unincor; por outra proposição pretende-se que, caso não se consiga a estadualização, ao menos ela seja transformada em fundação associada. Mas acreditamos ser possível estadualizarmos a Unincor com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 55 nesta Casa. Isso é importante, Sr. Presidente, porque essa escola tem 40 anos de existência e alunos em diversas áreas. Lembro que isso já ocorreu em situação até menos complexa, como no caso da Fundação Helena Antipoff, que foi estadualizada.

O "deficit" educacional de Minas Gerais é muito grande, por isso achamos importante a estadualização da Unincor. O governo do Estado está devendo o ensino superior ao povo mineiro. O contrário ocorreu com o Presidente Lula, que criou câmpus, como a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; o bellissimo Câmpus JK, em Diamantina; e um câmpus em Teófilo Ottoni, que aos poucos será aprimorado e melhorado. Há ainda muito a ser melhorado, mas já é um bom começo. Em Governador Valadares, há também o câmpus estendido da Universidade Federal, a universidade de Medicina, que foi anunciado pelo Presidente Lula e pela Ministra Dilma na última visita à cidade. O Estado precisa cumprir sua parte e, para isso, é importante a estadualização da Unincor. A audiência do dia 2 de março é fundamental.

Sr. Presidente, a vida não é feita somente de trabalho; claro que trabalhar é importante, mas é importante também falar do bellissimo carnaval da grandiosa Minas Gerais. O Estado tem uma tradição cultural fortíssima, um povo maravilhoso e promove um carnaval de primeira linha. Como jovem que sou - não sou tão jovem, mas um apaixonado pelo nosso povo, pela nossa gente e pelas festas populares - mais uma vez, aproveitei o carnaval de Minas Gerais para rever os amigos e as cidades onde tenho contatos, bem como para assistir a algumas festas bellissimoas. Tive a oportunidade de estar em Esmeraldas, onde o Prefeito Flávio Leroy fez uma mudança no carnaval. Retirou o carnaval do centro e criou uma passarela do samba, uma estrutura moderníssima, maravilhosa, com espaço bastante adequado. Foi uma festa maravilhosa! Essa foi a primeira experiência fora do centro da cidade, e o local era de fácil acesso. Acoplado à estrutura, há também a moderníssima boate Tato, do grande empresário Domicio e sua esposa Sarah, que investem no lazer e entretenimento da cidade. Parabenizo o povo de Esmeraldas pela bellissima festa, o Prefeito Flávio Leroy, o Secretário Rogério e toda equipe que lá atuou. O carnaval de Esmeraldas está de parabéns.

Estive também em Itaguara com o Prefeito Alisson Diego, o mais jovem do Brasil, que manteve a bela tradição do carnaval de rua. Foi uma festa maravilhosa, muito bem organizada e com muita segurança. Várias pessoas da região metropolitana, a população das comunidades rurais e os blocos estiveram lá. Itaguara também fez uma festa maravilhosa. O Prefeito Alisson Diego está de parabéns pela linda organização. O que me chamou a atenção foi a limpeza da cidade. Após a festa, o Prefeito se preocupou com a higienização das ruas para que, no dia seguinte, a cidade estivesse limpa. Itaguara e o jovem Prefeito estão de parabéns. Deputado Doutor Viana, o jovem Prefeito vem fazendo um excelente trabalho na cidade e nos deu uma ótima notícia: Itaguara será sede do Museu Guimarães Rosa, cuja pedra fundamental será lançada nos próximos dias. Provavelmente - e estamos trabalhando para isso - a convite do Prefeito, contaremos com a presença da Ministra Dilma Rousseff nesse lançamento. Ela tem profunda ligação com a região do Oeste de Minas, já estudou em Divinópolis, morou durante um período em Passatempo e tem familiares na região. A Ministra Dilma Rousseff tem grande ligação com a região Centro-Oeste mineira e poderá estar presente no lançamento da pedra fundamental do Museu Guimarães Rosa, uma homenagem a um dos maiores mineiros que essa terra já produziu. Durante três anos em Itaguara, ele teve seu primeiro consultório de medicina. Trabalhando como médico, conheceu o seu compadre kardecista, Compadre Meu Quelemém, que é de lá. O lançamento do museu está previsto para os próximos meses e contará com a presença da Ministra Dilma. Trabalharemos para isso e, sem dúvida, será uma grande conquista para Itaguara.

Tivemos também a oportunidade de participar do maravilhoso carnaval de Guanhões, que possui bellissima tradição de escolas de samba e de blocos caricatos. Este ano as escolas de samba não desfilaram, mas os blocos sim, e estavam lindíssimos, maravilhosos, com participação da população. Foi um carnaval com um conteúdo cultural muito forte e com presença da comunidade. Parabenizo toda a equipe da Secretaria de Cultura de Guanhões e do Prefeito Osvaldo, que fizeram um bellissimo carnaval. Parabenizo também a Câmara de Vereadores, o seu Presidente Demerval, que acompanhou o evento, e todos os Vereadores que estiveram lá. Foi um bellissimo evento, uma bellissima organização da cidade de Guanhões, que está esperando a visita da Comissão de Assuntos Municipais. Estaremos lá no início de março para fazermos uma visita ao Hospital Imaculada Conceição, que está passando por problemas. Enquanto nos divertíamos em Guanhões, o Demerval, que trabalha 24 horas por dia, estava lá cobrando melhorias para o hospital da cidade. Realizaremos uma audiência pública no Hospital Regional Imaculada Conceição para ajudar Guanhões a enfrentar o grave problema por que passa esse hospital. O Vereador Demerval está trabalhando com a Câmara, a Secretaria de Saúde da cidade e os diversos Municípios da região. Faremos essa visita, que já está sendo agendada pela Deputada Cecília Ferramenta para o início de março, a fim de reforçar a necessidade desse hospital.

Não poderia deixar também de comparecer ao carnaval de Peçanha, que está, sem dúvida alguma, entre os três melhores carnavais de Minas Gerais. Diria, talvez o melhor. É um excelente carnaval, com grande participação da juventude, uma festa maravilhosa. O Dr. Márcio, Prefeito, e o Dr. Danilo, Vice-Prefeito da cidade, estão de parabéns. O Dr. Danilo, jovem, atuante e empolgado, que é presença fundamental em Peçanha, estava à frente do carnaval organizando a festa. Parabéns, Peçanha, pelo seu carnaval maravilhoso, com participação da população e uma juventude de primeira linha. Peçanha, como sempre, realizou um bellissimo carnaval, uma festa maravilhosa, com toda a vocação dos seus blocos caricatos. Dessa vez com um novo bloco, o Bloco do Dilão, em homenagem ao grande Odilon, ex-Prefeito da cidade, um grande apaixonado pelo carnaval, que faleceu recentemente. Parabenizo também toda a família do ex-Prefeito Odilon, o Bloco Dilão, que fez uma bellissima apresentação, todos os blocos de Peçanha, o Vice-Prefeito Danilo, que esteve à frente, e o Prefeito Márcio. Por fim, para fechar a semana de festa, estivemos no encerramento do carnaval em Diamantina, que também é maravilhoso, com apresentação das bandas Bartucada e Bat Caverna. O Pe. Gê, Prefeito, deu uma grande contribuição; a Márcia, Secretária de Cultura, esteve também presente e atuante em todos os locais de apresentação, possibilitando boa infraestrutura para os foliões e as equipes. A Secretária Márcia, uma daquelas dirigentes que possui pique, atuante, participa de tudo. Parabéns à Secretária de Cultura de Diamantina, a toda a equipe que ajudou no carnaval da cidade e aos foliões. Diamantina fez uma festa maravilhosa, com o jargão "Quer terminar? Termina. Eu vou pro carnaval de Diamantina". Mas o povo de Minas Gerais não termina a festa, a paz nem a confraternização. Carnaval em Minas é um momento de confraternização. A todos que fizeram do carnaval um momento de confraternização e paz, nossos parabéns, e que haja mais no próximo ano.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Domingos Sávio\* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, cidadãos que nos acompanham na Casa do povo mineiro, telespectadores da TV Assembleia, gostaria, inicialmente, de fazer uma breve reflexão sobre o que aqui foi dito hoje em relação às telefonias e a outros serviços de concessões públicas, tão importantes para todos nós, como a energia elétrica, a água e outros.**

**Primeiro, trata-se de uma constatação elementar. O Deputado Weliton Prado fez aqui, por várias vezes, a elementar constatação de que é um absurdo pagarmos uma das maiores taxas de telefonia móvel do mundo. Chegou até a dizer que vai pedir a intervenção, a ação do governo federal, na pessoa do Presidente Lula.**

**Não pude fazer uma intervenção no momento apropriado, mas quero, agora, concordar com ele, pois as tarifas realmente são abusivas. Todavia, devo fazer uma observação também elementar: o Presidente Lula não precisa fazer intervenção, mas apenas**

**cumprir sua obrigação. A intervenção deveria se dar se o poder de regulamentar os serviços de telecomunicação no Brasil não fosse competência do governo federal. Ou seja, essa intervenção poderia acontecer se o governo federal não detivesse os instrumentos que possui por intermédio do Ministério das Comunicações, comandado pelo Ministro Hélio Costa.**

**O Deputado chegou a dizer, de certa forma, já que insinuou, que a culpa é do ex-Presidente Fernando Henrique. Isso chega a ser hilário, porque, na verdade - é algo inconteste e até a Oposição reconhece -, o ex-Presidente Fernando Henrique tomou as atitudes acertadas, apropriadas para fazer com que o País evoluísse. Vivíamos como na Idade da Pedra, em termos de comunicação. O Brasil tinha uma reserva de mercado que praticamente proibia investimentos nessa área. E, claro, todos sabem que sem investimentos não há como fazer uma rede de comunicação alcançar todo o País. Portanto, é preciso investimentos, e o governo criou as condições para que a iniciativa privada investisse e fizesse com que eles chegassem a todos, aliás, com regras claras de que há obrigações nas concessões para se chegar a todas as comunidades, alcançar todo o País.**

**Mas, lógico, há quase oito anos o ex-Presidente Fernando Henrique saiu, e o PT assumiu o governo. Então, não me venha o PT dizer que agora vai resolver o problema - às vésperas da eleição - ou que vai chamar o Presidente Lula. É hora de fazer um mea-culpa, de fazer uma autocrítica. Como o governo, que tem a obrigação de cuidar para que esse serviço seja prestado com qualidade e preço justo, não faz absolutamente nada, e, depois, o Deputado vem fazer um discurso para passar ao cidadão a ideia de que agora vai chegar um salvador da pátria! Ora, quem nos vê, quem acompanha os trabalhos pela TV Assembleia já está, graças a Deus, vacinado com relação a esse tipo de coisa. Está vacinado, por exemplo, contra essa cantinela de que a taxa de incêndio foi impedida por A ou B.**

Não! Existe taxa de incêndio para a iniciativa privada, para empresas em cidades onde há o serviço para combater o fogo e prevenir outras situações de risco. Por uma decisão do governo Aécio Neves, as pessoas físicas ficaram fora desse processo. É bem verdade que, num primeiro momento, discutia-se que seria uma taxa cobrada de forma ampla. Esta Casa, por unanimidade, defendeu e negociou com o governo Aécio Neves essa questão. Sou Líder da Maioria e, naquela época, era Presidente da Comissão de Administração Pública e, em seguida, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, onde essa matéria foi analisada e votada. Não houve nada disso que fulano inventou. Não tem sentido passar isso para o cidadão. Da mesma forma, não tem sentido dizer que fulano impediu a Cemig ou a Copasa de proceder a aumento. Vamos tratar com respeito quem nos está ouvindo e fundamentar o nosso discurso em fatos verdadeiros. Existem regras para o jogo. É claro que, entre elas, está a ação do Parlamento tanto de votar leis, de fiscalizar como de cobrar ações do Executivo. Assinamos, todos da base do governo, um documento para a Agência Nacional de Energia Elétrica, e eu o entreguei em mãos, solicitando que, no mínimo, em 15% fosse reduzida a conta de energia elétrica de todos os mineiros, uma vez que a Aneel, uma agência nacional, portanto ligada ao governo federal, define qual é a tarifa. A Oposição também, naquela época, pleiteava uma redução, curiosamente de 7%, depois mudaram para 12%. Nós, da base do governo, pedimos uma redução de 15% para as pessoas físicas, e conseguimos mais que isso. Na média, a redução na conta de energia elétrica em Minas Gerais foi até maior que o percentual que a Oposição estava pedindo, o que prova que não foi ela que conseguiu essa redução. Se fosse para atender à Oposição, não teria havido o percentual de redução referido. Também não estou dizendo que fomos nós que o fizemos isoladamente. Fizemos o apelo à agência nacional. Na verdade, o que prevaleceu foi uma regra que vinha da época do governo Fernando Henrique, quando criou as agências, a qual diz que as empresas têm de demonstrar com clareza os números que compõem as suas planilhas e diz também que as agências reguladoras têm o dever de evitar o lucro abusivo. Então, esse mecanismo, criado na época do governo Fernando Henrique, veio em defesa do povo mineiro e fez com que houvesse a redução da tarifa de energia elétrica. Essa é a verdade absoluta. É preciso esclarecer esses fatos para não termos aqui meias verdades. Costumo dizer que meias verdades são piores que uma mentira, porque se usa uma pseudoverdade ou um argumento verdadeiro unido a uma falácia, a uma mentira, e ganha força de convencimento, ilude as pessoas. Então, por exemplo, dizer que se luta pela redução de energia elétrica é uma verdade, mas dizer que foi o responsável pela redução é uma falácia, uma mentira.

Essas coisas são importantes para a evolução da democracia. Quero, depois, aprofundar um pouco a reflexão sobre a desestatização, uma contribuição que me trouxe o Deputado João Leite no que diz respeito à situação da Vale do Rio Doce, da Petrobras, sobre o que significou para o Brasil, o que significa de geração de emprego, de arrecadação, de riqueza que é distribuída para todos os brasileiros, ou que deve ser distribuída para todos os brasileiros, e tentam passar, a toda a hora, uma mentirada danada. Essa é a minha preocupação em fazer o debate e colocar as coisas no devido lugar.

Quero enfocar, nestes últimos minutos, o combate à corrupção. Deputado João Leite, tenho em V. Exa. uma referência para mim na vida pública. Admiro-o muito. Tratar desse assunto estando V. Exa. a presidir esta reunião é, para mim, uma oportunidade rara. Tenho comigo que o Brasil do qual somos contemporâneos, do qual somos, de certa forma, protagonistas da história atual, teve alguns marcos com os quais convivemos, e a juventude que aí está, no mínimo, tem uma informação relativamente nova sobre eles. São marcos da história da formação do País, da Nação e do povo brasileiro. Vamos a um fato recente, a redemocratização do País, que é algo indiscutível. O Brasil passou por um momento tenebroso.

Não vamos discutir o início do período da ditadura, chamado e até defendido por alguns como período da Revolução de 64, mas que se transformou claramente em uma ditadura militar, com o AI-5, com torturas, mortes, perseguições, e toda a espécie de coisas ruins das ditaduras. Sejam elas ditaduras militares, nazifascistas ou populistas, como a de Chávez, de Fidel e do Irã. Ditadura é o antagonismo da democracia, da liberdade e da possibilidade de o ser humano viver plenamente a sua vida. A vida passa logo e, se for sem liberdade, ela não existe. Dessa forma não houve vida plena.

Redemocratização é um processo construído pelo povo brasileiro, com a participação de artistas, de imprensa, de trabalhadores, de profissionais liberais, de intelectuais e de políticos, mas sem derramamento de sangue. Houve sim muito derramamento de sangue durante a ditadura e, é óbvio, até na reconstrução da democracia, pois a resistência à ditadura custou muitas vidas. Então, é um equívoco dizer que não se derramou uma gota de sangue. Na verdade, muito sangue foi derramado pela ditadura, e não cabe ficar aqui dizendo que foi fulano ou sicrano. É um conjunto de forças. Trata-se de um marco fundamental em nossa história que vem construindo o Brasil que todos nós queremos, e não para ficarmos nessa cantinela de que nunca na história deste país, de que eu sozinho fiz, de que eu sou o pai e agora arrumei uma mãe para tudo. O Brasil é de todos os brasileiros. É preciso tomar cuidado, porque querem fazer com que ele seja apenas de um grupo que já foi um partido tido como referência, um exemplo, mas que hoje é motivo de vergonha para muitos.

Depois da conquista da democracia - que está sendo construída -, da transição, veio a estabilização financeira e a organização do País. A Lei de Responsabilidade Fiscal veio para que os Poderes constituídos tenham responsabilidade no uso do dinheiro público. Com isso veio a feitura de orçamentos planejados, o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Assim, a moeda se estabilizou; a economia se estabilizou; e a inflação foi combatida. Houve um papel fundamental do PSDB nesse processo. Foi um momento histórico; porém não foi só o PSDB. O próprio Presidente Itamar Franco teve um papel importante, como também outros partidos. O PMDB foi aliado naquele momento para serem votadas medidas como o Plano Real. Só o PT não votou a favor, como também não votou na posse de Tancredo Neves, na eleição que seria um processo de redemocratização. Vejam que digo que redemocratização é uma etapa importante, e o PT ficou de fora e não aceitou aquela estratégia que deu certo. O PT não aceitou também o Plano Real e votou contra ele. Além disso, votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal para estabilizar a organização financeira e orçamentária dos Municípios e do Estado.

Pois bem, caminhamos na direção da democracia com a superação do período de ditadura militar. Caminhamos na organização de um país de economia forte e organizada, de moeda forte e competitividade internacional. O País está organizado. E o que falta? Esse é o tema que queria abordar, mas deixarei pelo menos a mensagem: o combate à corrupção. Isso está corroendo tudo. Não adianta vir um programa de governo bonito para as próximas eleições; não adianta esse proselitismo em dizer que vou fazer isto, vou fazer aquilo e vou mandar um projeto para a Câmara Federal, se não há atitude verdadeira para combater a corrupção. O combate à corrupção pressupõe no mínimo dois mecanismos

fundamentais: primeiro, a prevenção, pois o ideal é isso. Espero que tenhamos mecanismos claros para que o dinheiro público não seja roubado como tem sido sistematicamente. Estão roubando nas obras do PAC, nas obras federais e nas obras de altos valores. Não sou eu quem está dizendo isso, mas o Tribunal de Contas da União, que listou inúmeras obras do PAC, mas não são todas. Há obras do PAC em várias cidades sendo feitas com seriedade.

Divinópolis é um exemplo disso: as obras estão em andamento em parceria com o Município, e não pesa nenhuma acusação sobre elas. No entanto, o Tribunal de Contas identificou situações de fraude e corrupção em vários lugares. A palavra é prevenir e punir. Aliás, em Brasília, estamos vendo um exemplo disso, a prisão de um Governador, mas não podemos ficar só num exemplo. É como se quiséssemos criar apenas um bode expiatório ou um boi de piranha. É preciso uma atitude firme.

Acredito piamente que é preciso haver mecanismos de transparência na prevenção. Já tive a iniciativa de apresentar uma proposta de emenda à Constituição, para que todo homem público, ao assumir o mandato, autorize o Ministério Público, mediante qualquer acusação, a conhecer o seu sigilo fiscal e patrimonial, não para sair fazendo carnaval com ele, mas para verificar ou afastar indícios de enriquecimento ilícito ou de corrupção. Isso porque hoje, para se poder conhecer a realidade de qualquer homem público, as dificuldades são maiores que as de um cidadão comum, porque ele acaba se valendo de foro privilegiado, que é outra vergonha que precisa acabar neste país. É preciso que tenhamos transparência, e, para isso, o Congresso Nacional tem de sair desse ostracismo, como se isso não dissesse respeito a ele. Vejam, por exemplo, episódios vergonhosos, como o uso de passagem aérea para beneficiar familiares, que é apenas uma gota d'água no oceano, até os sanguessugas e uma série de outros atos para os quais ainda não houve uma resposta concreta do Congresso Nacional, nem sequer um projeto de lei para combater mais eficientemente a corrupção.

O referido projeto de minha iniciativa foi arquivado sob alegação de que só a Câmara Federal é que pode lidar com o sigilo. Obviamente, tomei a iniciativa de abrir o meu sigilo bancário, até para dar o exemplo, para que as pessoas não ficassem dizendo que este Deputado faz proselitismo e que está querendo apenas fazer demagogia. Temos de ter uma atitude firme de combate à corrupção, porque, do contrário, a própria redemocratização e a estabilidade econômica do País ficarão comprometidas. Hoje a corrupção é o maior mal que pesa sobre todo o nosso país e desmoraliza a classe política, porque ela tende a nivelar os políticos por baixo, como se todos fôssemos iguais, o que não é verdade. Agora, mais que nunca, é hora de deixar isso claro.

Encerro por aqui, Presidente, dizendo que cabe, sim, ao governo federal a iniciativa de regular os abusos do custo de uma conta de luz ou de telefonia e de tomar atitude mais firme para moralizar o uso do dinheiro público no País, fazendo com que a corrupção seja tratada como crime que é, e não banalizada como está sendo hoje, ou seja. Não podemos aceitar isso, sob pena de, de fato, não termos uma democracia plena no Brasil. Muito obrigado, Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João\* - Obrigado, Presidente, Deputado João Leite. Saúdo o Deputado Domingos Sávio e as pessoas que nos acompanham das galerias e pela TV Assembleia.

O mês de fevereiro é muito importante para o Brasil, porque estamos celebrando 30 anos do PT, com a abertura do IV Congresso do PT. Nestes 30 anos pudemos perceber a que veio o PT e sentir a razão de sua criação, o seu objetivo e a quem defende, por isso digo que podemos celebrar.

Temos muitas razões. Na realidade, todo o povo brasileiro tem inúmeras razões para celebrar estes 30 anos do PT. Temos clareza de que dispomos de diversos instrumentos para garantir a cidadania, instrumentos para transformar a própria sociedade. Há grupos que se organizam através de associações, categorias que se organizam por sindicatos e outros grupos também se reúnem para organizar a sua vida econômica através das cooperativas. Mas a única ferramenta em uma sociedade de fato democrática que possibilita ao cidadão ter acesso ao poder e com a bandeira distinta é o que chamamos de partido político.

Temos partidos de 50 ou 100 anos que sempre defenderam uma elite muito fechada, que só conseguia enxergar o outro de cima para baixo, faziam de tudo para que o outro tivesse sempre a pior condição de vida. O PT foi criado por trabalhadores já calejados pela organização do movimento sindical, sofridos pela repressão ao movimento sindical nas suas organizações, mas que lutavam por uma qualidade de vida para todos. Houve a participação das comunidades eclesiais de base, ligadas à Igreja Católica, e de profissionais liberais, com o espírito de defender trabalhadores e trabalhadoras deste país. É importante destacar que temos também muitos empresários que são trabalhadores, que trabalham e veem os que ali também trabalham como parceiros, como companheiros, como pessoas e não como objetos ou máquinas. Todos são vistos como pessoas importantes no processo. É preciso enxergar também a diferença.

Hoje à noite, celebrar os 30 anos do PT realizando o IV Congresso é como dar uma olhada para trás, sim. Dar uma olhada às vezes mais distante e ver a situação do Brasil. E enxergar a situação do brasileiro, do idoso e de tantas pessoas, homens e mulheres, sobretudo jovens, que poderiam estar em um espaço de trabalho, mas não havia espaços de trabalho. Não se gerava emprego. O índice de desemprego estava sempre nas alturas.

Se olharmos ainda mais atrás, enxergaremos pessoas que não tinham condições de comprar um carro e outras nem sequer de ter um eletrodoméstico. A pessoa não tinha condição de fazer uma viagem. Há 20 dias, em uma plenária em Olhos d'Água, na avaliação de um Programa de Aquisição de Alimentos - PAA -, um senhor de mais de 70 anos, do Norte de Minas, disse: "Eu tinha medo de morrer e não conhecer a praia. Conheci. Vim da roça e passei o "réveillon" no Rio de Janeiro, graças ao PAA". Com o dinheiro arrecadado da venda de produtos da agricultura familiar para o governo federal, ele conseguiu guardar economias que lhe garantiram a viagem. E dizia: "Estou apenas iniciando; volto para conhecer outras partes do litoral". Confesso que me emocionei, porque essa é a realidade de milhões de pessoas. Às vezes fazer um passeio parece luxo, parece que não é direito. E, mesmo sendo um direito, o cidadão não consegue realizá-lo de fato. Então é esse quadro de Brasil que mudou, e que muitos não admitem, preferem criticar dizendo: "Está inchando a máquina, o PT só pensa nos companheiros, nos amigos". Mas como não contratar, se estamos chegando a 105 universidades federais, sem contar os câmpus? Como não contratar no governo federal, se o número de Cefets foi para 214? Temos de contratar, porque precisamos de um Estado forte e atuante em todas as áreas. Foi citada aqui pelo colega, Deputado Domingos Sávio, a questão da estatização e da privatização. Na verdade, precisamos de empresa com saúde econômico-financeira melhor que a Petrobras, que é uma estatal, uma empresa do Estado brasileiro? E a vitalidade do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Nordeste? O PT mostrou que é bom para governar, que é competente, que faz as empresas públicas serem também eficientes, tanto no atendimento ao cidadão quanto em termos de saúde financeira respeitável, confiável. É esse o novo Brasil que temos. As pessoas dizem: "Hoje tenho um carro novo; troquei todos os eletrodomésticos". Vivemos um Brasil de todos, de fato. Todos conseguem se alimentar melhor. Essa questão era a grande bandeira do nosso companheiro Ministro Patrús Ananias, dando continuidade ao trabalho tanto do Graziano como da Benedita da Silva: garantir a cada cidadão brasileiro acesso ao alimento em quantidade, qualidade e regularidade, fazendo quatro ou cinco refeições por dia. Isso é dignidade humana, que, de fato, já está sendo resgatada em um estágio bem-avanzado.

É importante lembrarmos também da infraestrutura. E aí infelizmente não podemos deixar de lado este grande jargão: "Nunca na história deste país, em tão pouco tempo, avançou-se tanto em linhas de transmissão". E fala-se da questão da energia. As redes mais pesadas de transmissão - 30% delas - foram financiadas e garantidas pelo governo federal, muitas vezes em parceria com governos estaduais, sim, e outras em parceria com as próprias empresas, e algumas públicas, no caso, a Cemig. O Lula, com convicção e clareza, disse que, no seu

governo, o que é destinado à educação não é despesa, e sim investimento, investimento sagrado. Somente o orçamento dessa área saltou de R\$20.000.000.000,00 para R\$60.000.000.000,00. O Presidente tem clareza de que é preciso investir na juventude, na criança e no adolescente. Mesmo em setores da educação que são de competência do Município ou do Estado, ele não deixa de investir. Foram construídos 130 prédios somente para a pré-escola. O governo vem investindo na criança, no adolescente, no jovem, no adulto. Quantas pessoas se sentiram motivadas a retomar os estudos, incluindo cursos universitários! Encontramos pessoas de 70, 80 anos iniciando seus estudos. O Brasil sempre negou esses direitos aos cidadãos.

O nobre colega que me antecedeu, Deputado Domingos Sávio, sabe bem, como ex-Prefeito, que às vezes um ano é o suficiente para um péssimo gestor arrebentar o Município, o Estado e o País. É importante destacar que, nestes últimos sete anos, o Presidente Lula sempre teve ao seu lado uma grande mulher, Dilma Rousseff, que coordena o Ministério da Casa Civil e, em consequência, todas as outras Pastas. É verdade que cada Ministro tem grande autonomia em sua Pasta, mas deve satisfação à Casa Civil. Ela é a grande gerente, uma mulher mineira e de fibra, que garantiu essa diferença na linha de gestão. Temos a honra, como mineiros, de dar essa contribuição. Temos motivos para celebrar os 30 anos do PT porque milhões e milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza, outros milhões saíram da linha da miséria e vivem com dignidade. Nesse quesito, temos a grande marca do nosso companheiro, também mineiro, Patrus Ananias, que conseguiu imprimir no governo Lula, com muita clareza, o compromisso social, a responsabilidade com o social, com o ser humano, com a criança e o com o idoso, garantindo qualidade de vida a todos. Essa é a diferença deste governo. Damos os parabéns ao PT e a todas as lideranças que empunharam a bandeira desse partido de massa, socialista, que quer que as riquezas sejam para todos os brasileiros, e não apenas para alguns, como era o rumo político dado antes do Lula. Hoje temos de ver o Brasil antes, durante e depois do governo Lula, com a continuação dos programas implantados pelo Presidente. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/2/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Fábio Avelar

exonerando, a partir de 23/2/10, Carolina Kangussu Gonçalves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

#### Gabinete da Deputada Rosângela Reis

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais – Diário do Legislativo, edição de 20/2/10, que nomeou Graziela Scarpatti Viana Ferreira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Anderson Scarpatti Bouças para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Cor Maria Ferreira Costa para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Célio Moreira, Vice-Líder do BSD;

nomeando Darlayne Moreira para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Nos termos da Resolução nº 800, de 5/1/67, c/c as Deliberações da Mesa nºs 363, de 29/3/89, e 1.541, de 29/4/98, e tendo em vista o Parecer da Mesa tomado em sua reunião, de 1º/2/10, assinou o seguinte ato:

prorrogando a disposição da servidora Ione da Costa Pereira Gama, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-31, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, para o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, para continuar a prestar serviços no Cartório da 102ª Zona Eleitoral, de Divinópolis, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010, com ônus para esta Casa.

#### Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Net Belo Horizonte Ltda. Objeto: prestação, por empresa operadora de TV por assinatura, a cabo, de serviços de captação, instalação e distribuição de 200 pontos de sinais de TV, bem como o empréstimo, em regime de comodato, de decodificadores e controles remotos, incluindo manutenção corretiva e preventiva dos serviços e equipamentos. Objeto deste aditamento: terceira e última prorrogação contratual, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 17/1/2010. Dotação orçamentária: 1011011227012009339039101.

## ERRATAS

### ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/2/2010

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 13/2/2010, na pág. 62, col. 1, sob o título "REQUERIMENTOS", no Requerimento Nº 5.438/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, onde se lê:

"pelos 191 anos de emancipação desse Município", leia-se:

"pelo transcurso do 191º aniversário de fundação desse Município".

E no Requerimento Nº 5.439/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, onde se lê:

"pelos 261 anos de emancipação desse Município", leia-se:

"pelo transcurso do 261º aniversário de fundação desse Município".

#### COMUNICAÇÃO

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 13/2/2010, na pág. 62, col. 3, no despacho, onde se lê:

"(- Ciente. Oficie-se.)", leia-se:

"(- Ciente. Publique-se.)".